

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA WOLFF BRIDI

**ATIVISMO TRANSNACIONAL SOBRE POBREZA MENSTRUAL:  
O DIA INTERNACIONAL DA HIGIENE MENSTRUAL**

FLORIANÓPOLIS

2023

GIULIA WOLFF BRIDI

**ATIVISMO TRANSNACIONAL SOBRE POBREZA MENSTRUAL:  
O DIA INTERNACIONAL DA HIGIENE MENSTRUAL**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro de Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mónica Salomón

FLORIANÓPOLIS

2023

### Ficha de identificação da obra

Bridi, Giulia Wolff  
Ativismo transnacional sobre pobreza  
menstrual: o dia internacional da higiene  
menstrual / Giulia Wolff Bridi ;  
orientadora, Monica Salomón Gonzalez, 2023.  
117 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)  
- Universidade Federal de Santa Catarina,  
Centro Socioeconômico, Graduação em Relações  
Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Pobreza  
Menstrual. 3. Ativismo Transnacional. 4. Dia  
Internacional da Higiene Menstrual. 5. Gênero.  
I. Gonzalez, Monica Salomón. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Relações Internacionais. III. Título.

GIULIA WOLFF BRIDI

**ATIVISMO TRANSNACIONAL SOBRE POBREZA MENSTRUAL:  
O DIA INTERNACIONAL DA HIGIENE MENSTRUAL**

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Mónica Salomón  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Débora de Carvalho Figueiredo  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Liana Bohn  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Monica Salomon Gonzalez

Data: 03/07/2023 12:24:05-0300

CPF: \*\*\*.818.939-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof.(a), Dr.(a) Mónica Salomón  
Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

## AGRADECIMENTOS

À professora Mônica, por me incentivar a estudar sobre gênero, pela excelente orientação e pela confiança depositada no meu trabalho desde o primeiro momento, quando eu mesma não sabia por onde começar.

Aos meus pais, Adriane e Vitoraldo, que me deram todo o suporte e incentivo do mundo para buscar meus objetivos acadêmicos e profissionais. Obrigada por possibilitar que eu me tornasse a mulher que a Giulia de cinco anos atrás gostaria de ser ao final desta graduação.

À minha irmã, minha melhor amiga e meu grande amor nesta vida, por todo o carinho, e por ter dado às minhas longas noites de estudo uma trilha sonora acústica (mesmo eu não podendo escolher as músicas, claro).

Aos meus avós, Aglair e Edmur, Lúcia e Breno (*in memoriam*), por terem me ensinado que o meu estudo é o meu bem mais valioso. Obrigada por cada momento em que se sentaram ao meu lado e ouviram tudo que eu tinha para falar sobre a escola, a faculdade e cultivaram em mim o desejo de sempre continuar aprendendo!

Ao meu parceiro e meu maior afeto, Lucas, por ser meu exemplo de comprometimento e dedicação, por torcer intensamente por mim a cada etapa do caminho e me motivar a ir atrás de tudo o que eu já quis fazer, especialmente quando eu não tinha coragem. Obrigada por deixar a minha vida mais bonita e segurar a minha mão.

À minha amiga da vida, Maya, por compartilhar todas as risadas, choros e desesperos desta trajetória comigo, e aos meus amigos do coração, João Eduardo, Maria Cecília, Leonardo, Luiz Felipe, Jéssica, Júlia e Théo, por quem tenho tanto carinho e foram tão essenciais para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

Aos amigos que conheci ao longo da minha graduação e que tornaram esse caminho, às vezes tão árduo, muito mais leve. Obrigada, Briana, Lucía, Maria Luiza, Larissa, Lucas M., Ademilton e Marina, por dividirem tantos momentos importantes comigo. Sou grata por nossos caminhos terem se cruzado!

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, o lugar em que sonhei estar por tantos anos e que me retribuiu não apenas com um ensino de excelência, mas com tantas oportunidades, portas abertas e pessoas incríveis que conheci no caminho. Obrigada por abrir meus olhos para outras realidades e estimular meu pensamento crítico. Em especial, agradeço ao GELOG, que foi tão transformador na minha vida, e a todos os professores do curso de Relações Internacionais, que se dedicam intensamente na formação dos seus alunos. Finalizo meu ciclo infinitamente grata e orgulhosa por ter feito parte desta instituição.

*“Em uma sociedade sexualmente igualitária, as mulheres iriam considerar sua menarca simplesmente como o seu jeito especial de chegar à fase adulta [...]. A menstruação inspira horror na menina adolescente, porque ela é jogada em uma categoria defeituosa e inferior. Essa sensação de ser rebaixada pesará muito sobre ela. Ela manteria o orgulho no seu corpo que sangra, se ela não perdesse o seu orgulho em ser humana.” (BEAUVOIR, 1949)*

## RESUMO

Desde o início do século XXI, a problemática da pobreza menstrual vem ganhando cada vez mais proeminência na agenda política internacional. Essa movimentação se deve ao fato de que uma série de atores tem se articulado para garantir que meninas e mulheres de todo o mundo tenham acesso a condições dignas de higiene e saúde menstrual. Uma destas articulações é a rede de ativismo transnacional que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual, a qual se destaca pela magnitude de suas conexões, seu amplo alcance e por sua abordagem holística na luta contra a pobreza menstrual. Com base nisso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual através do estudo de caso do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Utilizando-se do quadro conceitual desenvolvido por Keck e Sikkink (1998), a pesquisa descreve as principais estratégias e métodos empregados por esta rede de ativismo para alcançar dos seus objetivos na esfera internacional. A análise conclui que a plataforma de ativismo emprega uma série de estratégias distintas e complementares, que permitem atingir um público cada vez maior e mais diverso em termos de contextos sociais e culturais, transformando as normas estigmatizantes em torno da menstruação e pressionando os tomadores de decisão a nível doméstico e internacional para a adoção de políticas e compromissos relacionados à higiene e saúde menstrual.

**Palavras-chave:** pobreza menstrual; ativismo transnacional; ativismo menstrual; feminismo.

## ABSTRACT

Since the beginning of the 21st century, menstrual poverty is gaining prominence on the international political agenda. This movement is influenced by the articulation of a series of actors, to ensure that girls and women around the world have access to decent conditions of hygiene and menstrual health. One of these articulations is the transnational activism network on behalf of the International Menstrual Hygiene Day, which stands out for the magnitude of its connections, its broad reach for the public opinion and for its holistic approach concerning the fight against menstrual poverty. Considering this framework, the present paper aims to analyze the transnational advocacy on menstrual poverty using the case study of the International Menstrual Hygiene Day. Using the conceptual framework developed by Keck and Sikkink (1998), this research describes the main strategies and methods this advocacy network employs to achieve its goals in the international sphere. The analysis concludes that the advocacy platform adopts several distinct and complementary strategies, which allow it to reach an increasingly larger and more diverse audience in terms of social and cultural contexts, transforming stigmatizing norms around menstruation and putting pressure on decision makers for the adoption of policies and commitments related to hygiene and menstrual health both at the domestic and international level.

**Keywords:** period poverty; transnational advocacy; menstrual activism; feminism.



## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Número de Parceiros do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022).....	77
Gráfico 2 - Evolução do Número de Pessoas Alcançadas Pela Campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022) .....	78
Gráfico 3 - Evolução das Contribuições nas Mídias Sociais sobre a Campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022) .....	80
Figura 1 - Infográfico: A Relação entre a Gestão da Higiene Menstrual e os Objetivos da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. ....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF Agência Francesa de Desenvolvimento  
AIDS Acquired Immunodeficiency Syndrome  
BWHBC Boston Women's Health Book Collective  
CDC Controle de Doenças  
DIU Dispositivos Intrauterinos  
DIHM Dia Internacional da Higiene Menstrual  
DST Doenças Sexualmente Transmissíveis  
FDA Federal Drug Administration  
GHM Gestão da Higiene Menstrual  
GIZ Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
LBTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais  
MH Alliance Menstrual Hygiene Alliance  
MH Day Menstrual Hygiene Day ou Dia Internacional da Higiene Menstrual  
MH Hub Menstrual Health Hub  
OBOS Our Bodies, Ourselves  
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OMS Organização Mundial da Saúde  
ONG Organização Não Governamental  
ONU Organização das Nações Unidas  
P&G Procter and Gamble  
SCT Síndrome de Choque Tóxico  
TPM Síndrome Pré-Menstrual  
UNFPA Fundo de Populações das Nações Unidas  
UNICEF Fundos das Nações Unidas para a Infância  
WASH Water, Sanitation and Hygiene  
WSSCC Conselho Colaborativo de Abastecimento de Água e Saneamento  
WU Wash United

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>20</b>
2.1 Gênero como Categoria De Análise nas Relações Internacionais .....	20
2.1.1 As Teorias Políticas Feministas .....	25
2.2 Ativismo Transnacional de Mulheres .....	30
<b>3 A MENSTRUÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL E POLÍTICO.....</b>	<b>39</b>
3.1 Manifestações E Impactos do Estigma em Torno da Menstruação .....	39
3.2 Menstruação e Gênero: Os Estudos Menstruais Críticos.....	46
<b>4 ATIVISMO MENSTRUAL .....</b>	<b>51</b>
4.1 O Desenvolvimento Do Ativismo Menstrual .....	51
4.1.1 Primeira Fase: Inserção da Menstruação no Ativismo Mainstream e as Feministas Espiritualistas .....	52
4.1.2 Segunda Fase: a Síndrome do Choque Tóxico e Críticas à Indústria de Cuidados Femininos.....	56
4.1.3 Terceira Fase: Ativismo Menstrual Radical .....	58
4.1.4 Críticas à Gestão da Higiene Menstrual.....	62
4.2 Gestão da Higiene Menstrual e a Transnacionalização do Ativismo Menstrual .....	63
4.2.1 Gestão da Higiene Menstrual e o Enquadramento da Pobreza Menstrual .....	70
4.2.1.1 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir da Igualdade de Gênero .....	71
4.2.1.2 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir da Saúde Pública .....	71
4.2.1.3 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir dos Direitos Humanos .....	72
<b>5 DIA INTERNACIONAL DA HIGIENE MENSTRUAL .....</b>	<b>74</b>
5.1 O Dia Internacional da Higiene Menstrual como uma Rede de Ativismo Feminista Transnacional.....	74
5.1.1 Política da Informação .....	79
5.1.2 Política Simbólica .....	86
5.1.3 Política de Incidência ou “Leverage” .....	90

5.1.4 Política da Responsabilidade .....	98
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em torno de 1.8 bilhão de pessoas menstruam todos os meses, o que significa dizer que, em qualquer dia comum, mais de 300 milhões de mulheres ao redor do globo estarão menstruando (BANCO MUNDIAL, 2022). Só no Brasil, Bahia (2021) estima que 30% da população total de 214 milhões de pessoas menstrua, o que corresponde a 60 milhões de mulheres e meninas que devem lidar com a sua menstruação todos os meses. Entretanto, o número aproximado de pessoas – sejam elas mulheres, meninas, homens transgênero e pessoas não-binárias – que não têm acesso à produtos e infraestrutura adequados para realizar a sua higiene menstrual de forma digna e saudável é de 500 milhões em todo o mundo (BANCO MUNDIAL, 2022). Esta situação vem sendo conhecida pelo termo “pobreza menstrual”, e foi usado pela primeira vez por Joanna Chrichton, Jerry Okal, Caroline W. Kabiru, e Eliya Msiyaphazi Zulu em seu trabalho sobre o tema em comunidades do Quênia, em 2013.

De acordo com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), braço da ONU responsável por questões populacionais, a pobreza menstrual se refere ao “desafio que mulheres e meninas de baixa renda enfrentam ao tentar comprar produtos de higiene menstrual” ou “[...] ao aumento da vulnerabilidade econômica que mulheres e meninas enfrentam devido ao fardo financeiro imposto pelos suprimentos menstruais” (UNFPA, 2022, tradução própria). Estes custos vão além da compra de métodos confiáveis para o manejo da higiene menstrual, incluindo medicamentos para dores e roupas íntimas. A indisponibilidade de água, a ausência de saneamento e locais de descarte adequados para absorventes e papel higiênico, bem como a falta de privacidade são outros fatores práticos que afetam diretamente a capacidade de meninas e mulheres de realizarem a sua higiene menstrual (CRICHTON et. al, 2013).

Os impactos da pobreza menstrual são amplos e diversos. As tentativas de absorver o sangue com retalhos, meias ou jornais são responsáveis por causar – além de roupas manchadas e odores indesejados – infecções no trato uterino e, em casos mais extremos, até mesmo a morte (ZIVI, 2020). Por outro lado, ao exacerbar as vulnerabilidades econômicas e sociais em que estas meninas e mulheres estão inseridas, a pobreza menstrual também aumenta sua exposição a situações de riscos para a saúde sexual e reprodutiva, e, conseqüentemente, aumentando as taxas de gestações indesejadas e doenças sexualmente transmissíveis, como a HIV, entre a população feminina. Em áreas rurais do Quênia, foi apontado o uso da prostituição para a compra de absorventes, o qual foi reportadamente seis vezes mais alto entre meninas abaixo de 15 anos – parcela que também demonstra maior dependência de itens tradicionais, como panos

e algodão, para o manejo da sua higiene menstrual, dentro da amostra populacional analisada. Já entre as mulheres adultas, foi percebida a maior probabilidade de exposição à coerção sexual e a dependência de maridos ou parceiros sexuais para acessar estes recursos (PHILLIPS-HOWARD, 2015; UNFPA, 2022).

Entretanto, ao cunhar o termo “pobreza menstrual”, Crichton et al. (2013) argumentaram que as dificuldades desta situação também se estendem ao âmbito psicológico. Isto é, a falta de informação, apoio e direcionamento acerca da menarca – e da menstruação, de forma geral – seja por parte de familiares, da escola ou da própria comunidade têm impacto fundamental sobre o bem-estar e o desenvolvimento social de meninas e mulheres. Dada a importância da menarca e dos ciclos menstruais subsequentes como aspecto que caracteriza a puberdade feminina, o suporte prático e emocional adequado, bem como a educação sobre a menstruação como um fenômeno fisiológico, é de extrema importância para que meninas encarem o período menstrual de forma positiva e natural (SOMMER, 2009).

Para além das consequências na saúde física e mental, a realidade da pobreza menstrual coloca barreiras significativas à participação de mulheres na esfera pública devido aos tabus e estigma que circundam a menstruação. Apesar de ser um fenômeno natural e biológico do corpo humano, a crença na menstruação como algo sujo, constrangedor, impuro ou até mesmo uma maldição persiste em todas as sociedades e se expressa de diferentes formas na vida cotidiana. Na Índia e no Nepal, mulheres costumam ser proibidas de entrar em templos e são consideradas “intocáveis” durante a menstruação. No Reino Unido e nos Estados Unidos, a construção cultural da TPM (tensão pré-menstrual) é responsável por isolar e internalizar sentimentos de inferioridade entre as mulheres (CRAWFORD, 2014).

Nesta perspectiva, pessoas que menstruam e têm dificuldades para comprar produtos menstruais ou acessar infraestruturas seguras deixam de frequentar a escola e o ambiente de trabalho, o que, por sua vez, tem impactos duradouros na sua educação e oportunidades econômicas (UNFPA, 2022; ZIVI, 2020). No estudo de Crichton et al. (2013), feito na região de Korogocho, Quênia, meninas em idade escolar relataram que a falta de acesso à produtos menstruais e a troca de absorventes com baixa frequência são responsáveis por causar desconforto físico, constrangimentos e ansiedade devido ao medo constante de serem expostas enquanto menstruadas através de vazamentos, manchas ou odores indesejados. Cólicas menstruais e a falta de conhecimento e instrução acerca de medicamentos analgésicos também

foram apontados como fatores que não afetam apenas a presença das meninas em aula, mas a sua concentração e capacidade de aprendizado no ambiente escolar.

A questão da menstruação e as normas estigmatizantes relacionadas a ela vem sendo adereçadas desde o fim da década de 1960, quando mulheres associadas ao movimento feminista começaram a criar resistência às práticas médicas padrão e tratar dos fenômenos corporais femininos como a menstruação sobre as suas próprias experiências e perspectivas. Desde então, o ativismo menstrual expandiu seu escopo para aprofundar suas críticas e abarcar as subjetividades de raça e classe social (BOBEL, 2010; BOBEL; FAHS, 2020).

Assim, no início dos anos 2000, o ativismo menstrual ganhou dimensão global, na medida em que uma série de esforços foram mobilizados na arena internacional entre atores de diversos países e variados contextos sociais e culturais para lutar contra a pobreza menstrual. A articulação de ativistas interessados na pauta dentro de setores de atuação global, como o de Água, Saneamento e Higiene (utilizado na literatura pela sigla em inglês, WASH), Educação e Saúde deu origem à vertente do ativismo menstrual chamada Gestão da Higiene Menstrual. Por sua vez, estes ativistas vêm exercendo uma influência crescente no avanço de políticas e na definição de compromissos relacionados ao combate da pobreza menstrual por atores estatais e não estatais, tanto no âmbito doméstico como internacional (SOMMER et. al, 2015).

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o ativismo transnacional sobre a pobreza menstrual. Para atingir este objetivo, a rede de ativismo que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual foi escolhida como estudo de caso para tratar das iniciativas que engajam pessoas ao redor do globo para lutar em prol de uma única causa – neste caso, o combate à pobreza menstrual. Esta escolha se justifica, primeiramente, pela relevância e magnitude do movimento entre as redes que atuam contra a pobreza menstrual em escala global. Em segundo lugar, o Dia Internacional da Higiene Menstrual adota uma abordagem holística em relação à pobreza menstrual, isto é, colocando-a como uma problemática marcada pelas hierarquias e estereótipos de gênero.

Iniciado em 2014, pela ONG alemã Wash United, o Dia Internacional da Higiene Menstrual (*Menstrual Hygiene Day* ou MH Day) é um evento global organizado por uma plataforma de ativismo de mesmo nome, que atua para que meninas e mulheres tenham acesso à saúde e higiene menstrual digna e saudável. Com mais de 900 parceiros, entre ONGs domésticas e internacionais, agências governamentais, fundações, empresas privadas e instituições educacionais, a rede representa a maior mobilização global para a luta contra a pobreza menstrual. Através das campanhas e atividades, desenvolvidas tanto em conjunto, como por

seus parceiros locais, o MH Day tem crescido exponencialmente em seu alcance, trazendo conscientização e iniciando debates sobre a menstruação em diversos países. Em 2022, foram cerca de 700 milhões de pessoas impactadas pela plataforma. Da mesma forma, a rede tem sido a mais importante mobilizadora da opinião pública em torno do tema da pobreza menstrual, através da sua campanha anual do Dia Internacional da Higiene Menstrual (MH DAY, 2023 d).

Por outro lado, o MH Day entende a pobreza menstrual como uma causa-chave da desigualdade de gênero. De acordo com o seu website “os desafios relacionados à menstruação têm um impacto negativo grave na saúde, nas oportunidades educacionais e de geração de renda e no status social de mulheres e meninas” (MH DAY, 2023, online, tradução nossa). Logo, com o propósito de garantir que nenhuma mulher seja lesada ou desmerecida simplesmente em razão da menstruação, o MH Day também foca suas iniciativas para quebrar o tabu e acabar com o estigma que são diariamente reforçados em torno deste fenômeno. Isso inclui o desenvolvimento de projetos e atividades que vão além da garantia do acesso à produtos próprios e seguros para a realização da higiene menstrual, estendendo-se para a educação de crianças em idade escolar sobre a menstruação, campanhas para a mudança de normas sociais negativas e para a gerar financiamento para as iniciativas voltadas para a área de Gestão de Higiene Menstrual, e, sobretudo, o engajamento com formuladores de políticas a nível local e internacional para a garantia dos direitos das mulheres no que tange à sua saúde e a higiene menstrual apropriadas (MH DAY, 2023).

Com base neste panorama, o trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira e por meio de quais estratégias age a plataforma de ativistas que organiza o Dia Internacional da Higiene Menstrual? Para este fim, será utilizado o quadro conceitual desenvolvido por Keck e Sikkink (1998), cuja análise sobre as redes transnacionais de ativismo gira em torno de quatro diferentes estratégias empregadas por elas: a política da informação, a política simbólica, a política de incidência e a política da responsabilidade. Assim, serão elencadas as diferentes iniciativas dos ativistas do Dia Internacional da Higiene Menstrual que se encaixam em cada uma destas quatro estratégias. Entre as fontes utilizadas, estão os documentos produzidos pelo MH Day e seus parceiros, tais como materiais de divulgação e informativos, declarações, relatórios de campanha e *newsletters* disponibilizados através do website da rede, além de vídeos e *posts* em redes sociais produzidos por eles. A fim de aprofundar a análise, também são utilizadas publicações acadêmicas e artigos de jornal sobre os temas relacionados.



A monografia está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem caráter teórico sobre o gênero como categoria de análise, as teorias políticas feministas e o ativismo transnacional de mulheres, trazendo os conceitos e debates necessários para o entendimento do Dia Internacional da Higiene Menstrual como uma rede de ativismo transnacional. O segundo capítulo busca situar a menstruação como um fenômeno político e social, expondo a sua condição estigmatizada e relacionando-a com as questões de gênero. O terceiro capítulo descreve as diferentes fases do ativismo menstrual, desde as suas primeiras manifestações domésticas até a sua transnacionalização, através do movimento da Gestão da Higiene Menstrual (GHM). Finalmente, o quarto capítulo apresenta o estudo de caso sobre o Dia Internacional da Higiene Menstrual, utilizando o quadro conceitual desenvolvido por Keck e Sikkink (1998) para descrever as estratégias empregadas pela rede transnacional de ativismo sobre pobreza menstrual.

## 2 GÊNERO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo tem caráter teórico e busca apresentar conceitos, teorias e debates chave para a análise do ativismo transnacional sobre a pobreza menstrual e, mais especificamente, sobre o Dia Internacional da Higiene Menstrual. Primeiramente, o gênero será examinado enquanto categoria de análise nas Relações Internacionais, passando pelas diferentes abordagens da teoria política feministas e como elas se expressam na disciplina. Isso, porque o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual está intimamente ligado à história do ativismo menstrual. Segundo Bobel (2010, p. 7), o ativismo menstrual, de forma geral, está profundamente ligado aos movimentos sociais e às epistemologias feministas, pois ao desafiar a cultura menstrual estigmatizante, conecta este campo de atuação com os estudos sobre a origem e persistência das diferenças de sexo e gênero.

Ao mesmo tempo, é impossível falar sobre as características e a evolução do ativismo transnacional sobre pobreza menstrual sem tratar do ativismo transnacional de mulheres de forma mais ampla. Sendo assim, a segunda parte deste capítulo trata sobre o ativismo transnacional de mulheres e as redes feministas transnacionais, com o intuito de elucidar as principais características e estratégias deste tipo de mobilização, e a sua relação com o gênero como categoria de análise.

### 2.1 Gênero como Categoria De Análise nas Relações Internacionais

Este trabalho se utiliza do gênero como categoria de análise (SCOTT, 1985) para explorar o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual, que vem ganhando proeminência na arena internacional através da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual. De acordo com Steans (2013), uma categoria de análise é aquela que permite a investigação crítica das problemáticas de determinada área temática. Portanto, o gênero como categoria de análise instiga a pensar como o gênero funciona nas relações sociais humanas e como ele dá um sentido à organização e a percepção do conhecimento histórico (SCOTT, 1985, p. 1054). Nas Relações Internacionais, esta ferramenta conceitual possibilita reexaminar as questões, os processos, atores e instituições que os acadêmicos da disciplina interrogam através de outras “lentes”. A metáfora das lentes, muito comum na literatura feminista, procura demonstrar que é possível enxergar outras realidades dentro da política internacional e produzir análises mais completas

por meio de focos alternativos (PETERSON; SISSON RUNYAN, 1993 apud. ZALEWSKI, 2010, p. 29).

O gênero como categoria de análise tem sido muito utilizado pelas autoras feministas das Relações Internacionais para analisar criticamente temas e conceitos chave da disciplina, como a política exterior, a segurança internacional e a soberania estatal (SJOBERG; TICKNER, 2013; STEANS, 2013). Trabalhando com questionamentos como “que questões consideramos importantes levar em conta ao investigar a política internacional?”, “que tipos de conhecimento consideramos legítimos e autorizados?” e “quais são as vidas que contam como importantes?”, estas estudiosas apresentam relatos muito diferentes do que aqueles convencionalmente fornecidos sobre a política internacional (ZALEWSKI, 2010).

Não por acaso, os enfoques de gênero foram inseridos no campo das Relações Internacionais durante a década de 1980, no contexto do “terceiro debate”<sup>1</sup>. Com o fim da Guerra Fria, as questões de segurança deixam de ocupar o centro da agenda e as bases positivistas da disciplina, centrada em abordagens científicas e economicistas, começam a ser questionadas. Ao mesmo tempo em que novos temas e problemáticas passam a proliferar, também surgem novas maneiras de entendê-los e explicá-los. Assim, os teóricos “pós-positivistas” – associados às teorias críticas, aos feminismos, ao construtivismo e ao pós-modernismo – desafiaram os fundamentos epistemológicos e ontológicos da disciplina com abordagens mais próximas da sociologia. Representando uma ruptura com as formas anteriores de construção de conhecimento, os pós-positivistas criticavam o desinteresse dos positivistas em incluir as variáveis relativas à dimensão social dos fenômenos internacionais em suas análises (MONTE, 2013; SJOBERG; TICKNER, 2013).

As feministas nunca ficaram satisfeitas com as fronteiras impostas pelos estudos convencionais das RIs, buscando respostas e metodologias exteriores da disciplina para as suas questões de interesse (TICKNER, 2001, p. 11). Muitas dessas acadêmicas se identificam como pós-positivistas, embora apresentem algumas distinções relevantes, tais como a crítica sobre a ausência das questões de gênero nestas abordagens e o compromisso com o gênero como

---

<sup>1</sup> O primeiro debate das RI ocorreu entre 1930 e 1940, quando os teóricos realistas criticaram a noção idealista da possibilidade de cooperação internacional, através da consolidação de normas e instituições internacionais, enfatizando a natureza anárquica do sistema internacional. O segundo debate (1950-1960) girou em torno da natureza metodológica da disciplina, contrapondo os teóricos “tradicionalistas” do primeiro debate e outros estudiosos orientados para métodos mais científicos e que se utilizavam de modelos das ciências naturais e da economia para construir suas teorias. Já o terceiro debate (1980-1990) tratou do confronto epistemológico entre os “positivistas” (defensores das teorias clássicas) e os “pós-positivistas” ou “reflexivistas” (teoria crítica, pós-moderna e feminista) (TICKNER, 2001; SALOMÓN, 2002).

categoria de análise. Ao levantar questões que não eram vistas como centrais para a análise da política internacional, as feministas das RI foram impelidas a reconsiderar as epistemologias e metodologias que eram usadas até então, e, através de novas histórias, jogaram luz sobre o impacto diferenciado das instituições e normas do sistema internacional na vida de homens e mulheres (SJOBERG; TICKNER, 2013; ZALEWSKI, 2010).

De acordo com Monte (2013), as abordagens feministas das RIs tem em comum o fato de incluir no seu projeto científico uma dimensão política – não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes. Nesta perspectiva, a fim de aprofundar a discussão sobre o gênero como categoria de análise e o seu impacto no campo das Relações Internacionais, faz-se necessário elucidar conceitos-chave da teoria feminista, tais como o próprio “gênero” e o “patriarcado”.

Em primeiro lugar, a compreensão do que é o “gênero” implica diferenciar sua definição de “sexo”. O sexo se refere à diferença biológica entre homens e mulheres. Já o gênero, como colocado pelas feministas, denota a distinção entre homens e mulheres com base em fatores sociais – ou seja, seus papéis e posições sociais, comportamentos e identidades (MIKKOLA, 2011, p. 70). Gayle Rubin (1975, p. 165, tradução nossa) chamou este conjunto de arranjos, no qual “a matéria bruta da procriação humana é moldada pela intervenção social”, de sistema sexo-gênero. Neste sentido, o gênero está relacionado com as construções sociais que dizem como homens e mulheres devem se comportar (SCOTT, 1985). Força, racionalidade, independência e a correspondência ao âmbito público estão frequentemente associadas com o masculino, enquanto a fraqueza, a sensibilidade, a necessidade de proteção e o pertencimento à esfera privada dizem respeito ao que é feminino (SJOBERG; TICKNER, 2013).

Cabe pontuar, no entanto, que homens e mulheres, individualmente, podem não apresentar estas características. Pessoas de ambos os sexos são socializadas – ensinadas a se comportar – desde a infância para corresponder à masculinidade e a feminilidade: noções culturais do que é apropriado para cada gênero em termos de temperamento, características, interesses, gestos e expressão (MIKKOLA, 2011; MILLET, 2016). Cunhado originalmente por Connell (2005), o conceito de “masculinidade hegemônica” corresponde a um tipo específico de masculinidade, mas às quais poucos homens realmente se conformam (em geral, se limita aos homens brancos e ocidentais). Os atributos associados a este tipo de masculinidade incorporam a forma mais honrada de se posicionar como um homem, de acordo com o contexto

histórico e cultural, exigindo que todos os outros homens se posicionem em relação a ela. Assim, a análise feminista demonstra como essas construções servem para apoiar o poder masculino e a subordinação feminina, além reforçar o poder dos grupos dominantes, tendo em vista que as minorias têm sido caracterizadas como carentes dessas características (STEANS, 2013).

Nesse sentido, o aspecto mais importante da identidade de gênero é o caráter relacional da sua construção, dependendo uma da outra para o seu significado. Homens, mulheres, e o próprio Estado tendem a identificar as características masculinas como mais positivas, o que se reflete diretamente no acesso a recursos, poder e autoridade, que afetam a posição feminina na sociedade. A historiadora Joan Scott (1988) argumenta que esta compreensão se estabelece através de oposições binárias que afirmam o significado de masculino e feminino de forma hierárquica, e que, com o uso da linguagem, moldam a percepção de mundo da sociedade ocidental. Portanto a dicotomia masculino/feminino não diz respeito apenas à construção de identidades em torno dos sexos biológicos, mas à forma de organizar e separar a sociedade em grupos, moldando instituições, normas domésticas e internacionais (MONTE, 2013, p. 70).

As relações desiguais de gênero são responsáveis por sustentar a estrutura social e política patriarcal. O patriarcado pode ser definido como “o sistema de estruturas sociais e práticas no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres” (WALBY, 1989, p. 20, tradução nossa). Lerner (2019, p. 269) acrescenta que a dominação masculina sobre as mulheres não é apenas manifestada na esfera familiar, como é institucionalizada e estendida para toda a sociedade. Desta forma, a dominação masculina é aprendida pelos homens e absorvida de forma inconsciente pelas mulheres através da naturalização de comportamentos e da ratificação das ações que justificam a opressão e inferiorizam as mulheres – uma forma de “violência simbólica”, ou seja, uma violência silenciosa, sofrida de forma inconsciente e através da cumplicidade entre aqueles que a sofrem e aqueles que a infligem (BOURDIEU, 1990, p. 6-7). O feminismo<sup>2</sup>, portanto, se opõe às práticas socialmente estabelecidas que violentam as mulheres; “é a ideia radical de mulheres também são seres humanos e que são moralmente iguais aos homens [...], que a vida das mulheres não deve ser descartada e que as mulheres não devem ser tratadas como uma casta subordinada” (OKIN et. al, 2010, p. 3, tradução nossa).

---

<sup>2</sup> Aqui, é necessário pontuar que a o feminismo não é um movimento homogêneo, incluindo divisões internas e uma variedade de vertentes. Dentre elas estão as correntes radical, liberal, socialista, pós-moderna, entre outras. Este trabalho utiliza os termos feminismo e feministas indistintamente para referir-se a todas as mulheres que buscam a emancipação das mulheres frente a opressão de gênero.

A partir do entendimento destes conceitos, é possível compreender como as relações desiguais de gênero são construídas e sustentadas em diversas arenas da vida pública e privada, estendendo-se ao âmbito internacional. Segundo Tickner (1992, p. 6, tradução nossa), “em nenhum lugar da esfera pública os estereótipos de gênero são mais aparentes do que na política internacional”, onde as características associadas à masculinidade hegemônica frequentemente são projetadas nos comportamentos dos Estados, ligando seu sucesso como atores internacionais à sua capacidade militar, autonomia e autoajuda. Do mesmo modo, o uso da força e a violência, no formato da guerra, têm sido aplaudidos na arena internacional como um ato digno de defesa estatal. Esta celebração do poder masculino também está relacionada ao fato de que os homens têm sido os atores-chave na política internacional e no campo que as estuda, e estão diretamente ligados a cenários políticos e sociais patriarcais. Portanto, as discussões nas RIs tendem a ficar limitadas àqueles que desconsideram a atuação das mulheres na política internacional (TICKNER, 1992; MONTE, 2013; RUIZ, 2004).

Por outro lado, as violências a que estão sujeitas as mulheres, e que muitas vezes são vistas como particulares, na verdade fazem parte de um quadro político e social mais amplo. De acordo com Cynthia Enloe (1989, p. 350, tradução nossa) “o pessoal é internacional”<sup>3</sup>. Isto significa dizer que os papéis de gênero que estão inseridos no cotidiano e na vida privada de homens e mulheres foram, desde sempre, delineados por políticas colonizadoras, estratégias de mercado ou doutrinas militares com o intuito de excluir as mulheres da arena internacional. Para a autora, não há como separar as desigualdades de gênero que ocorrem em nível doméstico do âmbito internacional, especialmente ao considerar a intensidade de interconexões proporcionadas pela globalização:

Hoje, é quase um clichê dizer que o mundo está encolhendo, que as fronteiras dos Estados são porosas [...]. Frequentemente persistimos, no entanto, em discutir as relações de poder pessoal como se fossem contidas por estados soberanos. Consideramos a violência contra as mulheres sem investigar como o comércio global de pornografia na Internet opera, ou como as empresas que oferecem passeios sexuais e noivas por correspondência conduzem seus negócios além das fronteiras nacionais. Da mesma forma, tentamos explicar como as mulheres aprendem a ser “femininas” sem desvendar os legados deixados pelas autoridades coloniais que usaram os ideais vitorianos de domesticidade feminina para sustentar seus impérios; ou tentamos rastrear o que molda as ideias das crianças sobre feminilidade e masculinidade sem olhar para as políticas de investimento estrangeiro dos governos que incentivam as campanhas publicitárias globais de

---

<sup>3</sup> Adaptação do lema feminista “o pessoal é político”, voltado para chamar a atenção para o fato de que as esferas públicas e privadas estão interconectadas (SHEPHERD, 2010).

gigantes como McCann Erickson, BBDO ou Saatchi e Saatchi (ENLOE, 1989, p. 350, tradução nossa).

Portanto, o gênero não é algo que adicionamos ao estudo da política mundial, mas uma parte integrante de seu funcionamento (SHEPHERD, 2010, p. 4). É com base nesse posicionamento que as feministas das Relações Internacionais vão além do foco tradicional da disciplina para olhar para as atividades desempenhadas por mulheres e questionar por que elas são tidas como irrelevantes no contexto da política internacional (ZALEWSKI, 2010).

Sendo assim, enquanto as RIs geralmente adotam uma abordagem “de cima para baixo”, focada nas grandes potências e no comportamento estatal, as abordagens feministas, utilizando-se do gênero como categoria de análise, partem de uma pesquisa a nível local, observando indivíduos inseridos em estruturas sociais (TICKNER, 2001). O valor encontrado no feminismo como recurso teórico está muito além do recolhimento de informações mais apropriadas sobre as mulheres no contexto das Relações Internacionais, mas na elucidação das dimensões de gênero presentes nas teorias, ações e estruturas da política internacional e nas diversas formas de opressão feminina inseridas nela (SJOBERG; TICKNER, 2013).

### 2.1.1 As Teorias Políticas Feministas

Como apontado na seção anterior, o terceiro debate das Relações Internacionais serviu como uma porta de entrada para os estudos de gênero na disciplina, visto que, frente às novas problemáticas que surgiam, uma série de autoras se utilizou da teoria política feminista como uma nova forma de contribuir com o conhecimento sobre a política internacional. No entanto, outro fator que impulsionou a utilização do gênero como categoria de análise nas RIs foram os debates epistemológicos que ocorreram anteriormente dentro da própria teoria feminista, durante a chamada “segunda onda”, entre as décadas de 1960 e 1970 (TICKNER, 2001).

O movimento feminista costuma ser dividido em três gerações ou “ondas”. Cada uma delas trouxe diferentes reivindicações das mulheres, construídas conforme necessidades políticas dos contextos sociais e históricos do seu tempo (NARVAZ; KOLLER, 2006; SCOTT, 1985). A primeira onda corresponde ao surgimento do movimento feminista, no fim do século XIX, e lutava contra a discriminação das mulheres e pela garantia dos seus direitos civis, políticos, educativos e, sobretudo, o direito ao voto. As feministas dessa fase ficaram conhecidas como “feministas liberais” e lideraram o movimento em países como EUA, Inglaterra e França. A segunda onda surge nas décadas de 1960 e 1970, enfatizando a denúncia

da opressão masculina, a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres e a visibilidade acerca das especificidades da experiência feminina. Por fim, a terceira onda feminista se inicia no fim dos anos 1980, amplia ainda mais este escopo ao colocar ênfase na subjetividade e na singularidade das experiências, deslocando o foco dos estudos das mulheres para as relações de gênero, incluindo debates sobre raça e classe no movimento feminista (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Sendo assim, o desenvolvimento do movimento e do pensamento feminista não foi apenas desigual, mas envolveu profundas discordâncias (BRYSON, 2003, p. 2) e à época do terceiro debate em RI, o movimento feminista passava por uma nova transformação. Os debates da segunda onda feminista atraíram acadêmicos de diversas áreas, epistemologias e perspectivas, que engajaram abertamente na discussão. Por sua vez, o espectro de influência do feminismo foi ampliado sobre outros campos de estudo – além das RIs, a sociologia, a literatura e as ciências naturais – nos quais acreditava-se que as metodologias utilizadas não abarcavam a complexidade das suas bases generificadas (TICKNER, 2001; MONTE, 2013).

De forma geral, a teoria feminista é aquela que vê a relação entre os sexos como sendo caracterizada pela inequidade, subordinação e opressão – e que esta é uma questão relacionada ao poder político, ao invés de um simples fato natural. Ao colocar as mulheres no centro da análise política e questionar as raízes da subordinação feminina, a teoria feminista é uma teoria de engajamento; isto é, tem o objetivo de gerar conhecimento para guiar a ação política feminista (BRYSON, 2003). Existem diferentes perspectivas, no entanto, sobre o que constitui a subordinação feminina e como eliminar esta estrutura (WALBY, 1989). A fim de situar os enfoques teóricos feministas na disciplina cada vez mais fragmentada que são as Relações Internacionais, faz-se necessário tratar das suas diferenças.

Há diversas tipologias para estas vertentes, contudo, elas costumam seguir ao critério político ou ao critério epistemológico (SALOMÓN, 2002). A tipologia que segue o critério político foi elaborada inicialmente por Alison Jaggar (1983) e divide a teorização feminista em três vertentes: o feminismo liberal, o feminismo marxista ou socialista<sup>4</sup> e o feminismo radical. Mais tarde, esta distinção foi aprofundada para incluir também as correntes psicanalistas e pós-modernas. Já a tipologia epistemológica é a que costuma ser usada com mais frequência nos

---

<sup>4</sup> A tipologia original estabelecida por Jaggar (1983) colocava quatro diferentes vertentes: o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo marxista e o feminismo socialista. No entanto, com o aprofundamento dos estudos feministas, muitos autores deixaram de diferenciar o feminismo marxista do socialista (SALOMÓN, 2002, p. 33, nota de rodapé)



enfoques das RIs, sendo comumente divididas entre o feminismo empiricista, o feminismo do ponto de vista, feminismo pós-moderno e o feminismo pós-colonial (SALOMÓN, 2016).

O feminismo empiricista pertence à tradição das abordagens positivistas, que constroem teorias causais sobre o comportamento de Estados, instituições internacionais e atores transnacionais. Em seguida, o feminismo de ponto de vista vem de uma tradição pós-marxista e, portanto, tem afinidades com os estudos críticos de segurança e a economia política internacional. O feminismo pós-moderno vem do pós-modernismo das RIs, ao mesmo tempo que influenciou essa abordagem de maneiras significativas, e questiona a ideia de mulher enquanto categoria única. Por fim, o feminismo pós-colonial parte da crítica ao domínio continuado do mundo ocidental e das antigas potências sobre o resto do mundo (HARDING, 1986; SALOMÓN, 2002; 2016).

De acordo com o feminismo empiricista, o sexismo e o androcentrismo na pesquisa científica são vieses sociais, e podem ser corrigidos pela aderência estrita às metodologias científicas já existentes. Sendo assim, o feminismo empiricista limita o problema à "má ciência", ao invés de desafiar as normas metodológicas utilizadas. Esta epistemologia está relacionada com positivismo, tradição que defende que a existência de uma realidade objetiva e independente dos entendimentos particulares dos cientistas. Desta forma, esta epistemologia trata os gêneros feminino e masculino como categorias empíricas biológicas e bastante não problemáticas (HARDING, 1986; HANSEN, 2010).

Embora as vertentes políticas da teoria feminista não desinem um posicionamento epistemológico e metodológico particular (SÓLOMON, 2016), o feminismo empiricista está largamente associado à tradição liberal, que vê os seres humanos como agentes racionais e individualizados. Assim, as feministas liberais reivindicam que a igualdade de oportunidades para homens e mulheres é essencial para acabar com a opressão feminina, colocando a subordinação feminina não como parte de uma estrutura abrangente, mas da soma de numerosas pequenas privações (WALBY, 1989; WATSON, 2013). Nesse sentido, a presença de mais mulheres na ciência permitiria identificar e evitar mais facilmente o viés androcêntrico neste campo (TICKNER, 2001). Com base nessas suposições, a agenda de pesquisa do feminismo liberal nas RI tem analisado quantitativamente como o gênero está relacionado ao comportamento do Estado, os impactos diferenciados da política externa e da economia global sobre homens e mulheres e as violências desproporcionais que acometem mulheres na esfera internacional, tais como o tráfico humano e a incidência da violência sexual nos conflitos armados (SJOBERG; TICKNER, 2013).

No entanto, entre as décadas de 1960 e 1970 a epistemologia empirista e a crença na possibilidade de plena igualdade passaram a ser questionadas. O feminismo do ponto de vista contestou a possibilidade de conhecimento objetivo e a separação entre “conhecimento e conhecedor”, uma vez que a ciência atual reflete a posição dominante dos homens na vida social. Logo, esta epistemologia defende que a posição subjugada da mulher fornece um "ponto de vista" melhor e mais completo sobre os fenômenos sociais (BRYSON, 2003). Segundo Tickner (2001, p. 14, tradução nossa), “enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas de saber das mulheres tentam construir uma visão de mundo baseada em relacionamentos e conexões”.

Para estas estudiosas, as causas da subordinação feminina são estruturais, estando enraizadas no patriarcado, nas desigualdades de gênero e na limitação das mulheres aos papéis reprodutivos. As feministas de ponto de vista tem uma compreensão crítica do Estado como um conjunto de práticas patriarcais que suportam e silenciam as desvantagens enfrentadas pelas mulheres. Deste modo, o fato de que as feministas liberais não consideram a necessidade de realizar mudanças nas estruturas institucionais e de poder existentes é visto como apenas mais uma forma de sustentar a dominação masculina (GOLDSTEIN, 2001; TICKNER, 2001).

O ponto crucial para este entendimento é a separação histórica entre as esferas pública e privada: enquanto os homens participam e governam as instituições da vida pública, sendo associados ao papel produtor, as mulheres são relegadas ao ambiente privado, ficando responsáveis pelo cuidado da casa e da família, ou seja, ao papel reprodutor. Essa divisão de trabalho generificada foi criada ainda no século XVII, frente às necessidades de expansão do capitalismo ocidental. Para sustentar os interesses do Estado e da economia, foram estabelecidas as dicotomias que polarizam os papéis de homens e mulheres e, por conseguinte, as construções sociais de gênero que sustentam as noções modernas de masculinidade e feminilidade (HANSEN, 2010, p. 22). Assim, embora as mulheres sempre tenham trabalhado fora de casa, o seu “papel” como donas de casa, cuidadoras e mães, foi institucionalizado, diminuindo a sua segurança econômica e autonomia (PANDE, 2007; BERGERON, 2009 apud. SJOBERG; TICKNER, 2013).

Foi nesse sentido que as feministas pós-empiristas afirmaram que “o pessoal é político”, e a remoção das barreiras legais não era suficiente para acabar com a discriminação contra as mulheres. Assim, as correntes políticas ligadas ao feminismo do ponto de vista se dividiram entre psicanalista, radical e marxista (MONTE, 2013). Enquanto as tradições psicanalíticas

buscam as causas da subordinação das mulheres nas práticas de socialização da primeira infância, radicais e socialistas buscam explicações nas estruturas do patriarcado que naturalizaram a subordinação das mulheres ou no mercado de trabalho, no qual o controle dos homens sobre a força de trabalho feminina fundamenta tanto o patriarcado, como o próprio sistema capitalista (BRYSON, 2003, WALBY, 1989; WATSON, 2013).

Essas abordagens colocaram ênfase na diferença, na necessidade de valorização das características e experiências femininas e na influência dos contextos sociais, políticos e ideológicos sobre a construção do conhecimento – o que implica entender a realidade por meio do ponto de vista das mulheres (HANSEN, 2010). Por conseguinte, no campo das RIs, esta epistemologia procura reinterpretar a teoria e a prática da disciplina através de uma lente feminista, trocando o foco do sistema estatal para os relatos individuais, principalmente para aquelas mulheres que estão à margem do sistema de poder e são sistemicamente ignoradas (TICKNER, 2001; SALOMÓN, 2002).

Por sua vez, o feminismo pós-moderno critica a concepção essencialista da mulher das outras duas perspectivas, demonstrando – assim como estudiosos pós-modernos de outras áreas – ceticismo sobre alegações universalizantes a respeito da existência, da ciência, da natureza e, sobretudo, acerca do próprio ser humano. Durante a década de 1990, portanto, o consenso de que as várias causas estruturais da opressão feminina poderiam ser explicadas passou a ruir. Para as feministas pós-modernas, as fontes de opressão são complexas e estão em constante estruturação. Logo, as feministas de ponto de vista falharam em considerar as diferenças entre as mulheres baseadas em raça, classe, orientação sexual e localização geográfica. Frente às identidades fragmentadas que surgem relacionadas a estas variáveis, apenas através da solidariedade a construção do conhecimento feminista pode ser mais plausível e menos distorcida (HARDING, 1986; MONTE, 2013).

Em vista disso, o que difere o feminismo pós-moderno das outras abordagens não é o tipo de material estudado, mas se este é usado para revelar as experiências das mulheres ou a constituição de “mulheres” no discurso. As feministas pós-modernas, portanto, dedicam-se à análise do discurso para demonstrar como eles constroem sujeitos e tornam certos cursos de ação legítimos, enquanto outras posições são silenciadas (HANSEN, 2010). Elas entendem que os discursos e estruturas hegemônicos são influenciados pela ideologia patriarcal e pela dominação masculina. Nas Relações Internacionais, o feminismo pós-moderno lida com o conceito de gênero com o intuito de o desconstruir, analisando os tipos de papéis sociais para homens e mulheres que são construídos no contexto da política mundial (SALOMÓN, 2002).

Finalmente, o feminismo pós-colonial explora as intersecções entre gênero, raça e classe. Ou seja, as mulheres não devem ser entendidas apenas como um grupo que sofre o domínio ocidental, mas como pertencentes a outros grupos subjugados de acordo com sua raça e classe social, tendo experiências e identidades diferentes de outras mulheres (SOLOMÓN, 2016). Estas feministas entendem que o feminismo predominante na academia de Relações Internacionais só permitem a manifestação da “diferença” de acordo com padrões e referências pré-estabelecidas (SWARR, NAGAR, 2012, p. 18). Portanto, segundo Mohanty (2005, p. 10, tradução nossa), o feminismo pós-colonial foca “na forma que o ocidente coloniza o gênero, em particular, as suas dimensões de cor, raça e de classe”.

O feminismo é um campo político, tanto quanto teórico-epistemológico, que vem problematizando e desconstruindo a si mesmo desde as suas primeiras doutrinas (NARVAZ; KOLLER, 2006). Apesar destas abordagens feministas terem suas próprias contradições, todas elas compartilham uma preocupação com a forma como o sistema internacional e os Estados impactam a segurança, a situação econômica, a saúde e o status político das mulheres (HANSEN, 2010, p. 40). Neste sentido, a variedade de abordagens do feminismo nas RI possibilita que, cada vez mais, a utilização do gênero como categoria de análise saia das margens para tornar-se parte integrante fundamental da disciplina e analisar uma ampla gama de fenômenos e processos internacionais, tal como o ativismo transnacional de mulheres e as causas pelas quais elas se articulam.

## 2.2 Ativismo Transnacional de Mulheres

Segundo Moghadam (2010, p. 292, tradução nossa), “o ativismo transnacional é definido como ação coletiva<sup>5</sup> transfronteiriça, envolvendo pessoas de dois ou mais países em torno de campanhas específicas ou movimentos de longo prazo.” Keck e Sikkink (1998) produziram uma das primeiras e mais relevantes análises sobre o ativismo transnacional de mulheres, e dentro desta categoria mais ampla, o ativismo transnacional feminista.<sup>6</sup> Em seu

---

<sup>5</sup> Ações coletivas transnacionais podem ser definidas como “campanhas internacionais coordenadas por redes de ativistas contra atores internacionais, outros estados, ou instituições internacionais” (DELLA PORTA; TARROW, 2005, p. 2-3).

<sup>6</sup> Faz-se necessário distinguir o movimento de mulheres do movimento feminista. De acordo com Sperling et. al (2001, p. 1158), o movimento de mulheres é uma categoria de ativismo mais abrangente, no qual incluem-se todas as mobilizações de mulheres como atores políticas e sociais. Dentro desta categoria mais ampla, a ação feminista é aquela em que a transformação das relações de gênero e do status social feminino são os principais alvos de mudança política e social, quer estes grupos de ativistas utilizem o rótulo “feminista” ou não.

livro “*Activists Beyond Borders*”, as autoras argumentam que algumas das interações na política internacional se estruturam em formato de redes, incorporando elementos tanto de estrutura, como de agentes. Isto é, ao mesmo tempo que as redes funcionam como um padrão de interações entre organizações e indivíduos, sua agência não pode ser reduzida às ações individualizadas de seus componentes.

Deste modo, as redes transnacionais de ativismo são “formas de organização caracterizadas por modelos voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 16, tradução nossa). Embora existam vários tipos de redes, o que diferencia as redes de ativismo é a centralidade dos valores, princípios e ideias compartilhadas como principais motivadores de suas ações e a defesa de mudanças políticas que não podem ser facilmente associadas aos seus interesses. Entre os atores que compõem estas redes estão as ONGs e ONGs Internacionais (ONGIs), movimentos sociais locais, fundações, organizações de pesquisa, intelectuais, a mídia e até mesmo partes de organizações intergovernamentais e vertentes dos parlamentos governamentais. Ao formar redes, esses atores não apenas interagem entre si, mas com os Estados e Organizações Internacionais presentes no sistema internacional como um todo (KECK; SIKKINK, 1998).

O grande fator estruturador destas redes é a troca de informação, revelando uma densa teia de conexões, tanto formais, quanto informais, entre seus componentes. Para alcançar seu objetivo de gerar mudanças políticas, os atores internacionais não tradicionais se esforçam para mobilizar informações de forma estratégica, a fim de criar novas questões e categorias e, assim persuadir, pressionar e obter influência sobre organizações e governos muito mais poderosos – o chamado “*framing*” (enquadramento). Segundo Keck e Sikkink (1998, p. 11, tradução nossa):

Os ativistas nas redes tentam não apenas influenciar os resultados das políticas, mas também transformar os termos e a natureza do debate. Eles nem sempre são bem-sucedidos em seus esforços, mas são atores cada vez mais importantes nos debates políticos em nível regional e internacional.

Sendo assim, as redes transnacionais de ativismo utilizam estratégias políticas sofisticadas e não-convencionais, tendo em vista que os atores que as sustentam estão fora das interações tradicionais (estatais) que caracterizam as Relações Internacionais. Além da política da informação, caracterizada pelos pontos acima citados, os ativistas também usam táticas como invocar símbolos e histórias que dão sentido à sua atuação e aproximam do público uma população que pode estar distante (política simbólica); incidir sobre atores mais poderosos para afetas situações nas quais os membros mais fracos da rede não conseguem exercer influência

(política da incidência) e fazer com que atores poderosos do sistema internacional cumpram com suas declarações e compromissos a favor da causa defendida pelas redes (política da responsabilidade) (KECK; SIKKINK, 1998, p. 24).

Por fim, as redes transnacionais de ativismo tem maior probabilidade de surgir em três situações: (1) quando os canais entre os grupos domésticos e seus governos estão bloqueados ou não são suficientemente eficientes para resolver um problema; (2) quando ativistas ou “empreendedores políticos” acreditam que trabalhar em rede promoverá suas missões e campanhas e (3) quando conferências internacionais criam arenas para a formação e fortalecimento de redes (KECK; SIKKINK, 1998, p. 12). O primeiro caso também está relacionado com o “*boomerang effect*” ou efeito bumerangue, um padrão de influência característico das redes transnacionais de ativismo. As autoras colocam que, ao ter seus vínculos com o governo doméstico cortados, os atores não estatais buscam aliados no âmbito internacional para exercer pressão sobre o comportamento do Estado e alcançar mudanças políticas desde fora (KECK; SIKKINK, 1998; TARROW, 2005).

É importante notar, ainda, que as redes transnacionais de ativismo se diferenciam dos movimentos sociais de mulheres, que também podem se engajar a nível internacional. Os movimentos sociais são caracterizados por mobilizações em massa, táticas de enfrentamento e outros tipos de ações disruptivas, em um esforço de levar a política dos meios convencionais para as ruas. Já as redes transnacionais de ativismo podem utilizar-se de recursos mais especializados para negociar diretamente com as elites políticas na tentativa de ganhar apoio das instituições internacionais e dos Estados ao invés de confrontar diretamente as autoridades. Nesse sentido, qualquer movimento social pode conter redes de ativismo transnacional dentro de si, e estas, por sua vez, contém organizações formais, ativistas de rua e outros indivíduos que podem se engajar em atos políticos contenciosos (SPERLING et al, 2001). Esse também é o caso do ativismo transnacional de mulheres. Segundo Maiguashca (2016, p. 116, tradução nossa), “uma ativista feminista pode se encontrar fazendo lobby junto ao governo em um dia, protestando contra ele em outro e realizando uma oficina educacional no bairro em um terceiro”.

Desde o início do século XXI, o fenômeno da globalização tem sido citado como uma fonte poderosa de novos atores, relacionamentos e problemáticas a nível global, através dos seus rápidos meios de comunicação, facilitação da locomoção e difusão da informação. Com isso, o ativismo transnacional tem estado entre um dos principais tópicos de estudo das Relações

Internacionais, sendo muitas vezes entendido como uma consequência direta e exclusiva da globalização (TARROW, 2005; MOGHADAM, 2010). Cada vez mais as organizações e atores não estatais se tornam mais profissionalizados, aproximando-se das elites políticas e de especialistas para produzir mudanças políticas e sociais. Tratando-se do movimento de mulheres, as ativistas “participam de forma consciente de fóruns internacionais, compartilham discursos e constroem um movimento sob o entendimento de que ele é tanto local como global” (SPERLING et. al, 2001, p. 1155, tradução nossa).

Formar redes de ativismo transnacional nunca foi fácil, tendo em vista a necessidade de criar uma identidade coletiva comum entre pessoas de diferentes origens culturais e contextos sociais e cujos governos não estão inclinados a incentivá-los. A sustentação de ações coletivas transfronteiriças exige a confiança e o trabalho coletivo dessas pessoas, que raramente se veem ou têm algum outro tipo de relação pré-estabelecida. Além disso, os repertórios de contensão crescem e são alojados em contextos locais e nacionais. Entretanto, o ativismo transnacional é mais do que um reflexo da globalização, remontando à consolidação dos próprios Estados Nacionais (STIENSTRA, 1994; TARROW, 2005).

De acordo com Keck e Sikkink (1998), a ação coletiva transnacional de mulheres, em especial, tem suas raízes no movimento abolicionista dos anos 1800 e na subsequente campanha internacional pelo sufrágio feminino. É verdade que as maneiras como as mulheres se organizam hoje e interagem com as instituições internacionais mudaram significativamente desde este período. Porém, ainda é possível identificar algumas semelhanças importantes em relação ao passado, tais como a necessidade de estruturas e oportunidades políticas favoráveis, a mobilização de recursos, bem como quadros estratégicos a fim de obter acesso a domínios políticos específicos e organizações governamentais internacionais nas quais são discutidos os problemas e as seus potenciais soluções (JOACHIM, 2016, p. 187).

Nesse sentido, a trajetória da mobilização feminina na arena transnacional pode ser dividida em três grandes etapas ou “ondas”, respondendo às mudanças na ordem mundial e a relação de forças de Estados e movimentos sociais associados a ela. A primeira delas abrange o período do fim do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, com a campanha de sufrágio. A segunda onda durou dos anos 1960 a 1980, sendo marcada simbolicamente pela Década das Mulheres das Nações Unidas (1975-1985). Já a terceira onda se inicia a partir da década de 1990, desencadeada pelo fim da Guerra Fria e uma série de eventos em reação à ela (HAWKESWORTH, 2006; JOACHIM, 2016; STIENSTRA, 1994).

A primeira onda do ativismo transnacional de mulheres surgiu como resultado da transnacionalização das reivindicações do movimento social feminista em sua primeira fase, centradas na igualdade de direitos civis para as mulheres e, sobretudo, no sufrágio universal. Ramirez et. al (1997) chamam a atenção para o pioneirismo do movimento sufragista, que se utilizava dos recursos de vários tipos de organizações internacionais e apelava para princípios que transcendiam as fronteiras nacionais (KECK; SIKKINK, 1998; TRIPP, 2006).

Neste primeiro momento, as ativistas ainda encontravam limitações significativas à sua atuação: além das restrições de localização geográfica, raça e classe, que se tornavam as instituições internacionais pouco acessíveis para a maioria dos grupos de mulheres, as mulheres que conseguiam penetrar estes filtros excludentes se deparavam com estrutura e oportunidades políticas fechadas, que dificultavam seu acesso aos atores estatais e reuniões organizacionais, e ridicularizavam a sua presença. Apesar destes obstáculos, o ativismo das mulheres da primeira onda foi capaz de produzir as primeiras organizações internacionais de mulheres e consolidar arranjos mais formais dentro das instituições internacionais, como a Comissão da ONU Sobre a Situação das Mulheres (conhecida por sua sigla em inglês, CSW), criada em 1945 (JOACHIM, 2016; ONU, 2023).

Durante a segunda onda do ativismo transnacional de mulheres, as conferências da ONU organizadas na Cidade do México (1975), Copenhague (1985) e Nairóbi (1985) em nome da Década da Mulheres das Nações Unidas (1975-1985) desempenharam um papel central para o seu desenvolvimento e diversificação. As conferências permitiram que mulheres de todo o mundo debatessem e construíssem *networking* com outras ativistas e figuras políticas importantes, como representantes estatais oficiais. Além disso, as conferências conferiram experiência de negociação no âmbito internacional e enquadramento das suas questões, enquanto os relatórios e estatísticas feitos em preparação aos eventos levaram à consolidação de evidências mais sistemáticas sobre a situação da mulher ao redor do globo (CONWAY, 2012; BAKSH; HARCOURT, 2015).

Segundo Manguashca (2016, p. 11, tradução nossa), “há poucas dúvidas de que a conferência da ONU de 1975 viu o início de uma explosão em termos de números absolutos de grupos de mulheres se envolvendo entre si e com a ONU e suas agências”. Keck e Sikkink (1998, p. 169, tradução nossa) salientam a importância das conferências internacionais, de forma geral, para a articulação transnacional de mulheres:



Conferências internacionais não criaram redes de mulheres, mas legitimaram as questões e aproximaram um número de mulheres do mundo inteiro nunca antes visto. Esses encontros cara-a-cara geram a confiança, compartilhamento de informações, e descoberta de preocupações comuns que dão impulso à formação de redes.

Por outro lado, as conferências da Década da Mulher também destacaram os desafios internos à articulação de mulheres em nível internacional. Diferenças ideológicas já dividiam as ativistas feministas de acordo com as correntes liberais, radicais, marxistas e socialistas. Como consequência do contexto político da Guerra Fria, as ativistas se agruparam e passaram a enfatizar suas prioridades de acordo com as fronteiras nacionais ou zonas econômicas, a chamada “política de blocos”. Destarte, além da divisão típica Leste-Oeste, a divisão Norte-Sul ou Primeiro-Terceiro Mundo criou embates entre as ativistas do Norte – que viam a igualdade legal e os direitos reprodutivos como demandas e objetivos feministas fundamentais – e as do Sul – que enfatizavam o subdesenvolvimento, o colonialismo e o imperialismo como obstáculos ao avanço das mulheres (MOGHADAM, 2010; TRIPP, 2006).

Este cenário só começou a sofrer alterações em meados de 1980, durante os preparativos para a Terceira Conferência Mundial da Mulher da ONU, em Nairóbi, no Quênia. Com a Guerra Fria em sua fase final, e a subsequente amenização da polarização norte-sul, três eventos políticos e econômicos dentro dos Estados e Regiões no sistema-mundo foram responsáveis por essa mudança na orientação do feminismo internacional:

(1) A transição da economia keynesiana (com ênfase na intervenção do governo para o pleno emprego e o bem-estar do cidadão) para a economia neoliberal (com ênfase no livre mercado, na privatização e na liberalização comercial e financeira), juntamente com uma nova divisão internacional do trabalho que dependia fortemente da mão-de-obra feminina (barata); (2) o declínio do estado de bem-estar nos países centrais e do estado desenvolvimentista no Terceiro Mundo; ambas as mudanças na economia política colocaram um fardo pesado nos papéis reprodutivos ou domésticos das mulheres; e (3) a emergência de várias formas de movimentos religiosos fundamentalistas e de direita, que ameaçavam a autonomia e os direitos humanos das mulheres (MOGHADAM, 2010, p. 296, tradução nossa).

O impacto destas mudanças possibilitou construir pontes e criar consensos entre as divisões regionais e ideológicas existentes, produzindo uma nova perspectiva no movimento transnacional de mulheres que unificava as preocupações das ativistas situadas no Primeiro e no Terceiro Mundo. Assim, a terceira onda do ativismo transnacional de mulheres se inicia a partir de 1990. A agenda dos fóruns políticos internacionais deixa de focar exclusivamente em questões militares e de segurança centradas nos Estados e abre espaço para outras prioridades.

Em uma série de conferências especializadas organizadas pela ONU<sup>7</sup>, mulheres de todo o mundo levantaram pontos comuns sobre o meio ambiente, os direitos humanos e da mulher e a população. Lentamente, surgiram novos quadros que repercutiram globalmente e passaram a ser adotados por grupos de mulheres em todo o mundo: direitos humanos das mulheres; justiça de gênero; igualdade de gênero; acabar com a feminização da pobreza; acabar com a violência contra a mulher, entre outros. Esta agenda mais ampla foi consolidada com a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, em 1995 (JOACHIM, 2016).

A revolução tecnológica teve um impacto estrondoso sobre o ativismo transnacional da terceira onda, tendo em vista que as novas tecnologias de informação e informática ajudaram as mulheres a se conectar e compartilhar informações, planejar e coordenar atividades mais rapidamente e se mobilizar mais amplamente (BAKSH; HARCOURT, 2015; YOUNGS, 2015). Com base neste cenário, organizações de mulheres prepararam oficinas para as conferências, identificaram temas relevantes, redigiram documentos de consenso e deram voz a reuniões governamentais preparatórias nacionais, regionais e internacionais (MOGHADAM, 2010).

Nesse sentido, embora o ativismo transnacional de mulheres não seja um produto da globalização, seu vínculo com esse fenômeno é profundo e inegável. Moghadam (2010, p. 295) vê o movimento a partir de 1990 como uma reação de resposta ao lado negativo da globalização, que foca nos efeitos do capitalismo neoliberal e na crescente influência das instituições de governança global, e uma tentativa de reorientá-lo para as pessoas – a chamada “globalização de baixo para cima”. Já Tarrow (2005, p. 3-4) aponta que o ativismo transnacional contemporâneo vai além da ampliação no alcance de pessoas e na abordagem de uma maior gama de preocupações domésticas e internacionais, trata-se da globalização em conjunto com uma mudança na estrutura da política internacional. A atual onda da globalização fornece incentivos, causas de resistência e novos enquadramentos de questões já existentes. Porém, é a nova estrutura institucional<sup>8</sup> informal que emergiu com ela, intermediando as relações de

---

<sup>7</sup> Alguns exemplos são a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992); a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena (1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), no Cairo (1994); Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague (1995); Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, em Istambul (1996) e a Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma (1996) (BAKSH; HARCOURT, 2015).

<sup>8</sup> Tarrow (2005, p. 8) chama essa nova estrutura de ameaças e oportunidades por meio do qual o novo ativismo transnacional emergiu de “internacionalismo”. De acordo com a autora, o internacionalismo é composto por movimentos em dois sentidos: o eixo horizontal é formado por densas redes intergovernamentais e laços transnacionais; enquanto o eixo vertical consiste de um extraordinário crescimento das instituições, tratados e regimes internacionais que providenciam a estrutura pela qual a troca econômica global é organizada.

Estados, atores não estatais, regimes e instituições internacionais, que é responsável por oferecer pontos focais de ação coletiva, recursos e oportunidades para os ativistas e os reúne em coalizões e campanhas transnacionais.

Foi durante a terceira onda do ativismo transnacional de mulheres que se proliferaram as Redes de Ativismo Feminista Transnacionais (RFT), com o objetivo de garantir os direitos das mulheres em determinados contextos e questionar a estrutura patriarcal e masculinizada das elites políticas e empresariais. Elas envolvem a mobilização organizada e sustentada de mulheres em três ou mais países em torno de um conjunto de temas específicos, como o antimilitarismo, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a luta contra o fundamentalismo e a agenda da nova ordem econômica neoliberal e os direitos humanos das mulheres (MOGHADAM, 2005, p. 294).

As redes feministas transnacionais “têm sido fundamentais para, simultaneamente, trazer a política global de gênero para o contexto local e globalizar as lutas locais.” (ERTUK, 2006, p. 131, tradução nossa). Isso ocorre por meio da sua participação em arenas políticas multilaterais e intergovernamentais, pela realização de *lobby* com delegados e apoiadores da causa, mas também por meio da organização de petições, de ações de alerta ou diretas como protestos públicos e, sobretudo, do seu engajamento com parceiros locais. Assim, as RFT lutam pelos direitos das mulheres e tratam criticamente de questões políticas diversas, possibilitando novas trocas entre o nível doméstico e internacional (SPERLING, 2001).

A internet é um fator fundamental para a articulação das RFTs e para a coordenação de ações além das fronteiras nacionais. Tendo em vista a facilidade de comunicação possibilitada pela tecnologia, os discursos sobre igualdade de gênero circulam internacionalmente por meio de redes reais e virtuais, e organizações com sede em diversas partes do mundo participam da formação desses canais transnacionais de discussão e influência. Muitas organizações constroem suas identidades por meio de páginas da web e criam links que interligam suas páginas a de seus parceiros, funcionando como um poderoso recurso de divulgação e conexão, onde podem ser encontradas declarações, relatórios, petições, vídeos e convites para eventos. Deste modo, as redes feministas têm estado envolvidas na formulação de questões políticas e no levantamento de preocupações sociais, tanto a nível doméstico como internacional, por meio da internet (FERREE; PUDROVSKA, 2006, p. 397).

Percebe-se, então, que as ativistas feministas transnacionais buscam a transformação social através de ferramentas cada vez mais difusas e diversas – ao invés de buscar este objetivo, necessariamente, por sanções de outros Estados e compromissos públicos nos fóruns

internacionais – além de independem da condição de bloqueio dos canais de comunicação com os Estados para continuarem se proliferando como movimento. Apesar das diferentes especificidades nacionais e prioridades organizacionais específicas de cada grupo de ativistas, existem similaridades nas formas em que as redes de ativismo feminista transnacionais enquadram suas queixas e demandas, e engajam-se com estados e instituições intergovernamentais (MOGHADAM, 2010, p. 294, tradução nossa):

Algumas dessas similaridades incluem a adoção do discurso dos direitos das mulheres e igualdade de gênero; referências a acordos internacionais [...]; campanhas em prol de reformas legais e políticas para assegurar os direitos civis, políticos e sociais das mulheres; solidariedade e networking transfronteiriças; e coalizões com outros grupos da sociedade civil. Outra observação é que as mulheres ativistas – seja no Sul da Ásia, América Latina, o Oriente Médio, ou o Norte da África – se opõem aos discursos e agendas ‘fundamentalistas’ e adotam discursos e objetivos feministas, seja explícita ou implicitamente.

A análise sobre a evolução do ativismo transnacional feminista permite compreender o movimento de mulheres como um verdadeiro fenômeno global, um produto de diálogos e discordâncias transnacionais, coalizões e redes (FERREE; TRIPP, 2006, p. 9). Nas primeiras décadas do século XXI, as organizações que atuam focadas no combate à pobreza menstrual passaram a se articular para atingir seus objetivos na arena política internacional e, assim, ganharam proeminência não apenas como redes de ativismo transnacionais, mas como redes de ativismo *feminista* transnacionais.

A articulação em redes tem sido uma eficiente estratégia para as organizações que atuam nesta causa. Além do Dia Internacional da Higiene Menstrual (*MH Day*), a ser usado como estudo de caso neste trabalho, outros exemplos de redes transnacionais que atuam contra a pobreza menstrual incluem a *Period Empowerment Network*, *The Pacific Menstrual Health (MH) Network*, *Period Empowerment Network*, *The African Coalition for Menstrual Health Management* e a *Global South Coalition for Dignified Menstruation*. Neste sentido, o capítulo procurou fornecer o embasamento teórico necessário para compreender o funcionamento e analisar as estratégias empregadas pelas redes que atuam em combate à pobreza menstrual com escopo internacional.

### 3 A MENSTRUÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL E POLÍTICO

A menstruação e o ciclo menstrual tem sido retratados, na literatura acadêmica predominante, a partir de seus aspectos clínicos e biológicos: o papel dos hormônios cíclicos na capacidade reprodutiva, comportamento e cognição das mulheres, sintomas físicos e “distúrbios” como transtorno disfórico pré-menstrual e endometriose. Como consequência, a patologização e medicalização de eventos menstruais, como mudança pré-menstrual e a menopausa tem sido abordagens comuns sobre este fenômeno (JOHNSTON-ROBLEDO; CHIRSLER, 2012; BELL; 1987). No entanto, esta perspectiva contribui para uma visão acerca do período menstrual como algo problemático para a vida das mulheres e, por outro lado, separa a menstruação do resto do que significa ser mulher – as suas identidades, sexualidade e papéis sociais. Isso não apenas rejeita a diversidade de experiências de mulheres em relação ao período menstrual como ignora a complexa natureza política, social e cultural da menstruação (JOHNSTON-ROBLEDO; STUBBS, 2012).

“Todas as mulheres menstruam, mas os contextos socioculturais, religiosos e políticos únicos em que estão inseridas dão forma e significado à sua experiência” (WINKLER, 2020, p. 10, tradução nossa). Este breve capítulo, portanto, pretende tratar da menstruação como um fenômeno social e político, e o seu impacto na saúde, autoestima e percepção das mulheres sobre si mesmas, a fim de estabelecer a sua relação com o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual e, por consequência, com o movimento e campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Primeiramente, será definido o que é o estigma e como ele se manifesta de diferentes formas em torno da menstruação. Em seguida, será explorada a relação da menstruação com o gênero como relação de poder.

#### 3.1 Manifestações E Impactos do Estigma em Torno da Menstruação

Para entender a problemática da pobreza menstrual em todo o seu alcance, é preciso considerar o estigma que persiste em torno da menstruação ao redor de todo o mundo, ainda que este se manifeste de diferentes maneiras e intensidades. Fortemente enraizado em tradições religiosas e culturais, o discurso dominante coloca a menstruação como algo sujo e motivo de vergonha. Além disso, rituais, tradições, piadas, propagandas midiáticas e configurações institucionais tendem a posicionar mulheres em um papel subalterno devido à menstruação, como se fossem menos racionais, capazes de tomar decisões ou aparecer em público.

Cotidianamente, mulheres são ensinadas a acreditar que o período menstrual as torna inferiores em relação aos homens e indignas de participar da sociedade da mesma forma (ZIVI, 2020).

De acordo com Delaney, Lubton e Toth (1977, p. 5, tradução nossa) “os tabus menstruais estão entre os mais invioláveis em muitas sociedades”. Em seu livro pioneiro sobre o tema do estigma menstrual “*The Curse: a Cultural History of Menstruation*” (1977), as autoras argumentam a ameaça da poluição e do perigo da menstruação vem sendo reforçada desde as sociedades mais primitivas com o intuito de impedir o contato das mulheres com objetos, pessoas ou outros elementos da natureza. Estas ideias aparentemente ultrapassadas, por sua vez, persistiram até a era moderna e permanecem presentes até os dias atuais.

Um importante estudo feito pela OMS em 1981, documentou as percepções em relação à menstruação de mulheres de 10 países – Egito, Índia, Jamaica, Coréia do Sul, México, Paquistão, Filipinas, Reino Unido e a antiga Iugoslávia – e diferentes grupos culturais. A pesquisa demonstrou que a visão da menstruação como uma fonte de impureza e poluição ainda era predominante. Conseqüentemente, as mulheres sofriam tanto com restrições autoimpostas, como por exemplo, não lavar o cabelo, tomar banho com mais frequência ou não ingerir determinados alimentos, como com restrições culturalmente impostas, tais como não poder frequentar o templo, não poder cozinhar ou não poder ter relações sexuais (OMS, 1981, p. 6). Assim, a experiência da menstruação como um fenômeno estigmatizado se mostrou semelhante para todas as mulheres, embora as práticas associadas a elas variassem de acordo com país, religião e status social (SEVERY et al., 1993).

Um dos primeiros trabalhos a tratar sobre o estigma e os seus impactos nas relações sociais foi livro “Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada” (1983), do sociólogo Ervin Goffman. Segundo o autor (1983, p. 5-6), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados naturais para cada uma destas categorias – isto é, a sua identidade social. O estigma, portanto, é um “atributo profundamente depreciativo”, uma característica que torna uma pessoa diferente dos estereótipos comuns à categoria social em que seria normalmente incluída, transmitindo a informação de que esta pessoa tem um defeito de corpo ou de caráter que a estraga ou diminui a sua identidade. Goffman distingue o estigma em três tipos: “abominações do corpo” (deformidades físicas); “culpas de caráter individual” (provenientes de relatos conhecidos de distúrbios mentais, vícios, alcoolismo, desemprego etc.) e “identidades tribais”, isto é, marcadores sociais associados a grupos marginalizados (por exemplo, gênero, raça, orientação sexual e nacionalidade).

Johnston-Robledo e Chrisler (2020) argumentam que o sangue menstrual é uma marca estigmatizada que se encaixa nessas três categorias. Em primeiro lugar, porque assim como outros fluídos corporais, a menstruação é considerada uma abominação. A visão das mulheres como sujas e impuras durante o período menstrual está associada a “rituais de purificação”, como o Mikvah Judeu, e o impedimento de realizar tarefas simples do cotidiano. Na Índia e no Nepal, por exemplo, mulheres hindus não podem entrar na cozinha ou preparar comida, rezar e tocar livros sagrados ou até mesmo participar de atividades físicas enquanto estão menstruadas, pois acredita-se que a impureza será disseminada. Sendo assim, as mulheres são consideradas “intocáveis” durante seu período menstrual (JOHNSON, 2019; CRAWFORD 2014).

Segundo Goldenberg e Roberts (2004), esta visão também está relacionada com a chamada Teoria da Gestão do Terror, elaborada inicialmente por Greenberg et al. (1986). Ela postula que os seres humanos lidam com a sua mortalidade através da aderência ao sistema cultural de crenças. Estendendo esta teoria ao campo de estudos de gênero, as autoras argumentam que as atitudes predominantemente negativas não apenas em relação à menstruação, mas às funções corporais femininas de forma geral, servem como um lembrete da natureza corpórea – e, portanto, mortal – dos seres humanos, bem como a proximidade das mulheres com a natureza. Desta forma, as mulheres tendem a se distanciar da menstruação ao máximo possível, aderindo aos padrões de beleza predominantes, mantendo sua identidade sexualizada e sanitizada (JOHNSTON-ROBLEDO; STUBBS, 2012, p. 3).

No que tange à segunda categoria – “culpas de caráter individual” –, o sentimento de aversão, o constrangimento e a noção comum de que a menstruação deve ser mantida em segredo, mesmo que este seja um fenômeno biológico saudável do corpo feminino a tornam uma condição estigmatizada ao colocar manchas ou vazamentos como corruptores da feminilidade (JOHNSTON ROBLEDO; CHRISLER, 2020). Essa mensagem é constantemente reforçada pela mídia – através de livros, filmes, revistas e conteúdos humorísticos – pelas redes sociais e pelos anúncios publicitários ou materiais informativos (os chamados “*booklets*”) dos próprios produtos de higiene menstrual, que enfatizam a necessidade de discrição e delicadeza em torno da menstruação, representada de forma eufemística através de imagens alegóricas como flores, corações ou líquido azul ao invés de vermelho (FAHS, 2016; KISSLING, 2006).

Alguns estudos têm explorado a forma que a menstruação é retratada de forma generificada – isto é, refletindo como as expectativas de como mulheres devem se comportar e se identificar com o período menstrual. Erchull (2011) analisa um total de 240 anúncios de produtos menstruais publicados ao longo de 12 anos em duas revistas de entretenimento

populares nos EUA, a *Cosmopolitan* (voltado para o público de mulheres adultas) e a *Seventeen* (voltada para adolescentes). Quase metade dos anúncios não possuíam nenhuma imagem de mulheres; e aqueles que possuíam imagens de mulheres refletiam representações femininas idealizadas, frequentemente vestindo roupas brancas e justas, roupas de banho ou, ainda, lingerie. Portanto, além destes anúncios tentarem retratar as mulheres como se não estivessem menstruadas, implicando que os produtos seriam uma forma efetiva de esconder a sua menstruação e manter sua feminilidade, as mulheres também eram sexualizadas e colocadas como alvo de olhar do espectador, ao invés de atores ativos nas cenas retratadas.

Um foco especial tem sido colocado no conteúdo voltado para as adolescentes, considerando a importância da menarca para o desenvolvimento feminino e as crenças que são perpetuadas ao longo deste período. Simes e Berg (2000, p. 468) observam que as propagandas de produtos menstruais repassam mensagens que igualam a menstruação à um fardo e um fator depreciador de sua feminilidade. Assim, os fabricantes promovem seus produtos como sendo os mais eficientes para ocultar a menstruação nas atividades cotidianas, esconder odores e evitar vazamentos. Tratando dos artigos produzidos sobre a menstruação nas revistas, foi notado que estes promovem constantes mensagens de vergonha e constrangimento (KALMAN, 2000 apud. STUBBS, 2008). Nesse sentido, meninas e mulheres criam uma visão paradoxal sobre a menstruação: ao mesmo tempo em que é um fenômeno biológico importante, deve ser ignorada e mantida com o máximo de distância de seus corpos (CHARLESWORTH, 2001).

Em relação à estas duas primeiras categorias, faz-se necessário diferenciar o tabu, presente na primeira categoria, da chamada “etiqueta” menstrual, mais ligada à segunda. O tabu pertence a sociedades ou práticas sociais que fazem uma forte distinção entre o sagrado e o profano, e, portanto, exige que as mulheres sejam confinadas, excluídas e fechadas da sociedade, isoladas de certos processos e substâncias (YOUNG, 2004). Nesse sentido, o tabu é profundamente reforçado pelas práticas religiosas. Todas as religiões – Cristianismo, Judaísmo, Budismo, Hinduísmo e Islamismo, com exceção do Siquismo – se referem às mulheres menstruadas como “ritualmente impuras”. Algumas das práticas mais consistentes devido ao tabu incluem o isolamento, a exclusão das atividades religiosas e a proibição das relações sexuais (BHARTIYA, 2013; GUTERMAN et al., 2008).

Já a etiqueta menstrual é um termo cunhado por Laws (1990), que diz respeito a regras não escritas e silenciosas, mas bem estabelecidas na sociedade patriarcal – especialmente nos países ocidentais que se consideram avançados – sobre o que deve e não deve ser falado e/ou



mostrado, a quem pode ser falado e qual é a linguagem apropriada para falar sobre o assunto, além de recomendar o uso de produtos, como devem ser adquiridos, armazenados e descartados. De forma geral, a etiqueta menstrual determina que as mulheres não deixem os homens cientes da existência da menstruação, embora os homens possam mencioná-la livremente para explicar o comportamento feminino e relacioná-lo com atitudes irracionais, por exemplo.

Ao lidar com a sua menstruação, as mulheres devem prestar atenção constante aos homens à sua volta para que o período menstrual continue a ser um segredo. Trata-se, portanto, do micro gerenciamento de comportamentos, que não impedem a participação das mulheres em espaços e atividades que envolvem também pessoas que não menstruam, mas impõe uma autodisciplina que deve ser aplicada nestes ambientes para que a menstruação seja mantida em segredo. Por sua vez, a carga emocional e disciplinar, gerada através da aplicação repetida dessas regras, faz com que mulheres e meninas estabeleça uma associação desde a sua primeira menstruação ao sentimento de que são vergonhosas (LAWS, 1990; YOUNG, 2004).

Por fim, a menstruação funciona como um marcador social de gênero ao ser visto como uma anomalia, separando mulheres e meninas do corpo masculino normativo. De acordo com Lee e Sasser-Coen (1996, apud. JOHNSTON-ROBLEDO; CHRISLER, 2020), a menarca marca um momento em que meninas passam a ser tratadas de forma diferenciada pela sociedade, que exige que elas se comportem de maneiras que restringem a liberdade de comportamento que tinham até então. Essa percepção da menstruação como a “passagem” de meninas para o status subordinado do sexo feminino é destacado por estudiosas de gênero desde Simone de Beauvoir, que aponta o constrangimento e a aversão relacionados a este fenômeno natural como uma forma de relutância: as limitações físicas e a convenção social construída em torno da menstruação simbolizam a vida restrita das mulheres em uma sociedade patriarcal. Para Beauvoir, a menarca representa um momento marcado pela ambivalência na vida das meninas, que, por não estarem preparadas para lidar com esta transformação, negam e afirmam seu status como mulheres ao mesmo tempo (YOUNG, 2004, p. 100)

Novamente, a mídia exerce um papel fundamental nessa estigmatização. Além da construção do estereótipo de mulheres menstruadas como violentas e emocionalmente desestabilizadas, a sexualização das meninas adolescentes, especialmente na cultura ocidental, tem sido muito presente. Os elementos da cultura popular – de bonecas Bratz a shorts minúsculos que dizem “*flert*” (flerte, em inglês) na parte traseira – passam a mensagem constante de que o valor feminino está relacionado ao seu apelo sexual e estético. Desta forma, a partir do momento que as meninas menstruam pela primeira vez e começam a manifestar

características visíveis da puberdade, como seios maiores, elas também passam a ser alvos de atenção sexual indesejada (ZURBRIGGEN et. al, 2007 apud. ALLISON; HYDE, 2011).

Nesse sentido, a interação dos fatores contextuais e biológicos resulta em associações negativas e na estigmatização da menstruação, especialmente para as meninas que menstruam mais cedo. Embora todas as meninas em fase de amadurecimento reprodutivo enfrentem mudanças na forma como são vistas e restrições em seu comportamento, os autores argumentam que, devido a este panorama, a menarca precoce coloca essas meninas em risco de múltiplos resultados negativos, como a depressão, a delinquência, o abuso de substâncias e a insatisfação corporal. Assim, alguns dos eventos que meninas experenciam na menstruação precoce são a maior probabilidade de sofrer assédio sexual, o estabelecimento de relações com colegas mais velhos e a incapacidade de resistir à mensagens culturais que sexualizam e objetificam o corpo feminino (ALLISON; HYDE, 2011).

Considerando todas estas facetas do estigma, a regra socialmente imposta é que a menstruação deve ser invisibilizada. Quando isso não acontece e as mulheres são “descobertas” em sua condição de menstruadoras, elas são percebidas de forma negativa. Roberts (2002) confirmou essa hipótese ao realizar um experimento em que estudantes universitários de ambos os sexos interagiam com duas mulheres: uma delas acidentalmente deixou cair uma caixa de absorventes internos da sua bolsa, enquanto a outra deixou cair um grampo de cabelo. Os participantes avaliaram a mulher que deixou cair o tampão como menos competente e agradável quando comparada à outra mulher, além de expressarem uma tendência de evitar sentar-se perto dela. Isso sugere que o comportamento dos participantes esteve associado ao sentimento de nojo e aversão despertado pela menstruação (ROBERTS, 2002, p. 136)

A necessidade de manter a menstruação em segredo cria uma série de dificuldades práticas em meio às instituições sociais, que não estão dispostas se adaptar às necessidades femininas, e, portanto, coloca pessoas que menstruam em grande risco físico e emocional. Por exemplo, é comum que, quando mulheres menstruadas acham que outras pessoas sabem de seu status, elas tendam a desvalorizar e objetificar a si próprias. O estigma associado à menstruação, portanto, influencia as percepções das mulheres sobre as opiniões dos outros sobre elas, bem como seus esforços para lidar com essas impressões (CHAPPLE; KOWALSKI, 2000).

Assim, mulheres e meninas negociam diariamente as formas de lidar e se identificar com a sua menstruação, a fim de frequentar espaços como a escola, o trabalho e outros locais de igualdade burocrática, seja através do manejo de higiene menstrual ou da supressão

hormonal, dadas as tecnologias disponíveis para eliminar o fluxo mensal (JOHNSTON-ROBLEDO; STUBBS, 2012; YOUNG 2004). Para Bobel (2018), a escolha de algumas mulheres de parar de menstruar definitivamente, mesmo com os potenciais riscos à saúde ligados ao uso de medicamentos de forma contínua, demonstra como a menstruação é encarada como um fardo a ser eliminado. Nesse sentido, “em uma cultura que objetifica as mulheres e menospreza a menstruação, [...] meninas e mulheres podem alterar o corpo para transformá-lo no modelo ideal como uma estratégia de sobrevivência que pode servir para desconectá-las de seus corpos, assim como de outras mulheres” (ROBERTS; ÁGUAS, 2004 apud. WISTER et al., 2012, p. 20, tradução nossa).

O estigma relacionado com a menstruação também tem efeitos adversos sobre a saúde e educação reprodutiva de meninas e mulheres. Isso, porque em contextos em que as práticas menstruais são direcionadas pela religião e crenças culturais, as comunidades deixam de passar instruções sobre higiene e saúde menstrual corretas para envolver pessoas que menstruam em mitos e tradições que trazem concepções equivocadas sobre a menstruação. Além disso, o silêncio é reforçado pelos membros da família, que costumam ser a única fonte de informação sobre para as meninas adolescentes. Kumar e Srivastava (2011) realizaram um estudo com 117 adolescentes e 41 mães na Índia. A pesquisa demonstrou que, em razão do sigilo em torno da menstruação, menos da metade das participantes tinha algum conhecimento sobre a menstruação antes da menarca. Por sua vez, esta era encarada como uma experiência repugnante e embaraçosa.

Por outro lado, os produtores do setor de higiene menstrual tem sido as principais fontes informais de informação sobre a menstruação na sociedade ocidental. Entretanto, como pontuado anteriormente, as mensagens negativas produzidas por eles tem trazido um grande volume de desinformação e insegurança entre as mulheres e meninas. Simes e Berg (2001) argumentam que, considerando a falta de discussão e informações acerca da menstruação no cotidiano, muitas meninas que se voltam para os conteúdos de mídia e propagandas de produtos menstruais como uma fonte de informação confiável recebem poucos direcionamentos práticos sobre o período menstrual – tais como o que é a menstruação, a duração e as fases do ciclo menstrual ou quanto tempo um absorvente pode ser usado antes de ser trocado. Ao invés disso, elas se deparam com avaliações negativas sobre a menstruação, reforçando os estigmas que dizem que a menstruação é suja e deve ser escondida.

Com base no exposto, percebe-se que um conjunto de normas sociais essencialmente abstratas relacionadas à menstruação – sejam elas crenças religiosas, costumes culturais ou

mensagens repassadas pela mídia – têm tido efeitos muito concretos sobre as vidas de mulheres e meninas ao redor de todo o mundo, não apenas servindo para isolá-las e excluí-las de atividades sociais, mas afastando-as do conhecimento acerca de seus próprios corpos e sua saúde. É sob esta lente que muitas ativistas menstruais afirmam: o estigma fere as mulheres. A seção a seguir relaciona a estigmatização da menstruação com as normas de gênero que sustentam a sociedade patriarcal e colocam as mulheres em posição subjugada.

### 3.2 Menstruação e Gênero: Os Estudos Menstruais Críticos

Em uma sociedade dividida pelo gênero, todas as teorias e estudos relacionados os significados sociais da menstruação são políticos por natureza. Como a menstruação é uma experiência biológica exclusiva do corpo feminino, essa diferença em relação aos homens tem sido amplamente explorada por um sistema que coloca a categoria dos homens acima da categoria das mulheres (LAWS, 1990, p. 4). Sendo assim, desde os anos 1970, algumas estudiosas de gênero vêm tentando explicar de que maneiras a menstruação tem sido utilizada para justificar os discursos que alegam que mulheres não podem participar das atividades públicas, serviços militares ou demais posições de responsabilidade em razão do suposto impacto da menstruação em sua capacidade de realizar tarefas e pensar de modo racional.

Delaney, Lubton e Toth (1977, p. 1) dedicam-se a investigar a origem do exercício do controle das mulheres através do estigma menstrual, argumentando que a menstruação passou de uma “força superior” que inspirava medo e admiração para uma ferramenta de exclusão. De acordo com as autoras, para reduzir a ameaça de destruição pelas forças invisíveis que dirigiam os sangramentos da mulher, o homem primitivo a princípio fez do útero uma deusa, adorando a “Grande Mãe” para garantir sua segurança temporária. Mais tarde, quando a agricultura começou a substituir a caça e a coleta na economia primitiva, a relativa estabilidade permitiu ao homem usar meios mais diretos para isolar a mulher menstruada. O sangue menstrual foi, então, chamado de “*mana*” – um poder sobrenatural através do qual o espírito do homem seria poluído, levando ao falecimento do corpo e da alma. A partir deste momento, a mulher menstruada passou a sofrer uma série de restrições, seja em relação às atividades sociais, às práticas religiosas devido à sua “impureza” e até mesmo em relação à comida, dada a suposta periculosidade da mulher menstruada e a sua capacidade de “contaminar” os alimentos. Desta forma, o estigma da menstruação é tão antigo quanto a própria humanidade.

Ao longo da história, a Igreja e o Estado desempenharam um papel central em disseminar a ideia de que a menstruação é um fluido fétido e pecaminoso. Os trechos da Bíblia, por exemplo, fortalecem a ideia de as mulheres menstruadas não apenas eram impuras, mas que a sua impureza seria repassada a quem ou o que interagisse com ela, isolando-as do contato com outras pessoas e permitindo à Igreja o controle do comportamento sexual de todas as mulheres (GOMIDES; SANT'ANNA, 2018). De acordo com Strömquist (2018), esta não foi uma característica exclusiva da Igreja católica, mas das religiões patriarcais de forma geral, e ocorreu de maneira a reafirmar o poder masculino sobre o feminino:

Quando as religiões mais patriarcais surgiram, elas obviamente não queriam que a menstruação tivesse qualquer forma de status religioso e competisse com o divino masculino. Talvez seja por isso que há uma agressão tão forte contra a menstruação em muitos textos religiosos patriarcais [...] Dessa forma, a menstruação passou de fazer parte do “sagrado” a se tornar a antítese do “sagrado” (STRÖMQUIST, 2018, p. 109-111).

Já por parte do Estado, a generalização de uma visão negativa da menstruação estaria ligada ao controle da reprodução social, e, portanto, da experiência feminina. Este seria o meio do estado de adentrar o domínio privado, a intimidade e a própria subjetividade do ser humano. Assim, foram duas as fontes de poder exercidas sobre a mulher. A primeira é através da regulação do acesso à base material da procriação, isto é, das legislações sobre a contracepção, o aborto e a tecnologia do parto, decidindo quem terá permissão fazê-los, como e quando. Em segundo lugar, o Estado tenta controlar as mentes mistificando os fatos a esse respeito. Isso quer dizer que as mulheres perdem seu poder de escolha mesmo quando acham que estão tomando decisões independentes, como seres individualizados, uma vez que essas escolhas já foram previamente tomadas pelo Estado, restringindo sua sexualidade, escolhas reprodutivas, acesso a empregos, entre outros (DIMEN, 1997, p. 44).

De acordo com Sturza et al. (2020, p. 28), há uma verdadeira instrumentalização do corpo da mulher e dos aspectos relacionados à sua sexualidade e reprodução, por meio da qual o Estado classifica as vidas que valem e que não valem a pena. Como consequência dessa dominação, mulheres e as pessoas à sua volta sentem-se pouco à vontade e desconectados de seus próprios corpos:

Assuntos ligados à reprodução — menstruação; gravidez; crianças cuja impulsividade e selvageria demandam domesticação; adultos cujos corpos e psiques, deformados pela domesticação e pelo trabalho árduo, bradam por cuidados; as paixões desordenadas da intimidade e do sexo — essas matérias femininas parecem bastante caóticas, cruas e até feias (DIMEN, 1997, p. 44, tradução nossa).

Nesse sentido, não apenas as leis e a religião, mas a psicologia e a medicina e outras instituições isolaram e desvalorizaram a mulher menstruada por séculos, tornando a menstruação uma ferramenta de controle das mulheres pelos homens tanto nas sociedades primitivas como no mundo pós-industrial (DELANEY et. al, 1977).

Durante o século XIX, os argumentos religiosos colocavam a menstruação como pecaminosa e impura passaram a ser substituídos por explicações “científicas” que justificavam a supremacia masculina e relegavam à mulher à esfera privada (LERNER, 2019, p. 45). A cultura médica e popular da época tendia a reduzir o comportamento e os atributos das mulheres ao seu funcionamento sexual e reprodutivo de forma a legitimar a subordinação e exclusão das mulheres de muitas atividades e oportunidades públicas. Nesse contexto, a menstruação foi monitorada como sintoma de saúde ou patologia reprodutiva, e os especialistas recomendaram que as mulheres não a acompanhassem em detalhes. “As mulheres são física e emocionalmente prejudicadas pela menstruação, diz o argumento, e, portanto, não podem competir com os homens.” (DELANEY et. al, 1977, p. 20, tradução nossa).

Como apontado no primeiro capítulo, a teoria feminista tem denunciado a separação histórica entre as esferas pública e privada e a sua extensão ao sistema de gênero, delegando à esfera pública aos homens, que assumem o papel de produtor, enquanto as mulheres são aprisionadas na esfera privada e no papel de reprodutoras – donas de casa, cuidadoras e mães. A menstruação, assim como outros assuntos relativos ao corpo feminino, é um dos aspectos que ficou restrita à esfera privada, sendo considerada uma questão de intimidade da mulher e que não poderia ser abordada em público. As lutas feministas se esforçaram para abrir espaços públicos e oportunidades para as mulheres e desvincular a personalidade feminina de sua biologia durante as décadas de 1960 e 1970. Com isso, também passou a ser difundida a percepção de que aquilo que estava originalmente delegado à esfera privada, na verdade, tinha profundas intersecções com a esfera pública (NIELSSON; BEMFICA, 2022; YOUNG, 2004).

Assim, a menstruação passou a ser tida como um processo corporal supostamente normal na cultura popular, mas os hábitos de séculos em que estigmatizam a menstruação perduraram e continuaram sendo expressos de diversas formas não apenas para sustentar os discursos que justificam a subordinação feminina, mas para servir a favor de grandes empresas capitalistas. É nesse sentido que Delaney, Lubton e Toth (1977) afirmam que a “política

menstrual” não desapareceu com emancipação das mulheres de seus papéis biologicamente determinados. Segundo Young (2004, p. 103, tradução nossa):

[...] uma revolução na cultura de consumo no início do século XX estendeu-se aos produtos prontos para o controle do fluxo menstrual. As campanhas publicitárias de empresas como a Kotex substituem a visão da menstruação como algo debilitante pela compreensão da menstruação como um processo saudável que, no entanto, é sujo, apresentando um problema de higiene que precisa ser resolvido com seus produtos. Esse enquadramento da experiência menstrual por meio do consumo aumentou no século passado.

Foi nesse momento que surgiram as ativistas menstruais, nos EUA, para advogar que a menstruação, como um fenômeno natural do corpo humano, assim como os produtos necessários para realizar a higiene menstrual e as políticas educacionais em torno do tema eram pontos essenciais a serem inseridos nas discussões públicas. Para Bobel (2020) e Winkler (2020) é transgressor resistir à norma de ocultação menstrual e isso ocorre, justamente, porque as experiências das mulheres com a menstruação é moldada pelas expectativas de gênero sobre os seus corpos. Desta forma, as pioneiras do ativismo menstrual estabeleceram um terreno importante para o que viria a ser chamado de “estudos menstruais críticos”, no início do século XXI, um campo de estudos que visa trazer o ciclo menstrual das margens para o centro das pesquisas acadêmicas como um assunto de preocupação urgente.

De acordo com Bobel (2020), os estudos menstruais críticos aprofundam a análise feita através do gênero para entender como os sistemas de poder e conhecimento são construídos a partir do entendimento da menstruação e do ciclo menstrual como um todo, e quem se beneficia com essas construções sociais. Para a autora:

A atenção às questões menstruais traz à tona questões e tensões sociais mais amplas, incluindo desigualdade de gênero, práticas e discursos de incorporação, processos de racialização e modificação de mercadorias e tecnologias emergentes lidas por meio de várias disciplinas e interdisciplinares (por exemplo, história, psicologia, estudos de comunicação, sociologia, antropologia, arte, enfermagem, estudos de gênero, saúde pública, análise de políticas jurídicas — a lista continua). Em outras palavras, a menstruação como unidade de análise serve como um portal – tanto conceitual quanto simbolicamente – para revelar, descompactar e complicar as desigualdades nas dimensões biológica, social, cultural, religiosa, política e histórica. Sim. A menstruação importa (BOBEL, 2020, p. 4, tradução nossa).

Nesse sentido, a menstruação como fenômeno social e político se trata, sobretudo, de uma relação de poder – de homens, da Igreja, do Estado e de outras instituições públicas

controladas por eles sobre as mulheres (WINKLER, 2020). Este capítulo procurou demonstrar como o estigma afeta a vida das mulheres de forma universal, apesar da heterogeneidade de contextos experienciados por elas, bem como estabelecer a ligação do estigma com as relações de gênero, demonstrando que a menstruação tem sido usada como uma ferramenta da opressão feminina. Ao silenciar os assuntos e debates relacionados com a menstruação e relegá-la à esfera privada, o estigma é o grande pilar sustentador da pobreza menstrual.

Com base nisso, percebe-se que o enfrentamento da pobreza menstrual não é simplesmente material, e requer mais do que o provimento de produtos para o manejo da higiene menstrual: é necessária uma abordagem holística que lute também contra as opressões de gênero. Só assim a libertação feminina do “mandato menstrual” que demanda o silenciamento deste fenômeno será possível. Meninas e mulheres precisam ter o apoio da família e da comunidade para obterem maior entendimento sobre o seu corpo e desenvolverem-se em contextos em que a menstruação não seja tratada como um fardo, e sim, naturalizado como um processo biológico saudável (BOBEL, 2018). Para que isso seja tangível, “meninas precisam estar rodeadas por 360 graus de positividade corporal” (BOBEL, 2018, p.10), isto é, meninos, professores, membros familiares e líderes políticos e religiosos também precisam ser reeducados para desafiar o estigma menstrual.



## 4 ATIVISMO MENSTRUAL

Este capítulo visa descrever a trajetória do ativismo menstrual, elencando as principais características de cada fase até a sua transnacionalização como um movimento amplo, que abrange setores de impacto global e que articula ativistas de áreas diversas para tratar a questão da pobreza menstrual. Portanto, este capítulo está dividido em duas partes: a primeira parte descreve cada uma das fases do ativismo menstrual até os dias atuais; enquanto a segunda parte procura demonstrar como o ativismo menstrual se transnacionalizou através da pauta da Gestão da Higiene Menstrual, quais são as preocupações dos ativistas inseridos nesta causa, e de que formas a problemática da pobreza menstrual vem sendo enquadrada por eles.

### 4.1 O Desenvolvimento Do Ativismo Menstrual

O ativismo menstrual não é um fenômeno recente. Surgido em meio ao feminismo de segunda onda (1960-1980) na América do Norte, o movimento estabeleceu suas bases nas décadas seguintes até se transnacionalizar sob a instância da Gestão da Higiene Menstrual (GHM), nos anos 2010. Sendo assim, o ativismo menstrual pode ser dividido em três fases principais entre a sua emergência, consolidação e radicalização.

A primeira fase (1960-1980) foi caracterizada pela introdução da menstruação no discurso mainstream através das vozes e experiências das próprias mulheres. As chamadas feministas espiritualistas, um grupo de ativistas menstruais que reivindicavam a menstruação como uma experiência feminina saudável, espiritual e empoderadora, foram as principais expoentes do movimento. Já a segunda fase (1980-1990) foi marcada pela crítica à indústria de cuidados femininos e as reivindicações sobre a regulamentação de produtos menstruais após o surto de Síndrome de Choque Tóxico deixou vítimas fatais. Por fim, a terceira fase (1990-), chamada de “ativismo menstrual radical” focou em outras dimensões da menstruação, questionando o estigma por trás deste processo e ampliando o movimento para atender à subjetividade do período menstrual. Deste modo, as ativistas menstruais radicais passaram a realizar recortes de raça, classe e deram espaço às experiências da comunidade LGBTQIA+ (BOBEL, 2010; WEISS-WOLF, 2017).

Foi neste contexto que o ativismo menstrual adentrou a esfera da política internacional no século XXI, através do campo da Gestão da Higiene Menstrual, e mobilizou uma rede global de ativistas, ONGs e formuladores de políticas com o objetivo de garantir que meninas e mulheres tenham acesso aos aspectos materiais e psicológicos necessários para lidar com a

menstruação. A princípio, este esforço ficou limitado a um pequeno número de ONGs que passaram a abordar a pauta da menstruação em seus programas de educação para meninas e algumas empresas interessadas em alargar a sua fatia de mercado, como a P&G, que colaborou com o Fórum de Mulheres Educadoras Africanas para a remoção do imposto sobre o valor agregado de importação para materiais sanitários. A Fundação Rockefeller tornou-se um dos primeiros atores-chave na área do GHM ao apoiar pesquisas e realizar estudos de casos que exploravam a maturação sexual de meninas em idade escolar e os desafios ligados à menstruação enfrentados por elas em diversos países, com Uganda, Quênia e Zimbábue. Mesmo assim, a falta de acessibilidade em relação à estas pesquisas continuaram deixando a menstruação fora do debate público (SOMMER, et. al, 2015).

A partir dos anos 2010, no entanto, passou-se a construir um entendimento da pobreza menstrual como uma questão que demandava atenção a partir de diferentes perspectivas, ao mesmo tempo em que era desconstruída a percepção da menstruação como um fenômeno biológico que dizia respeito apenas à esfera privada. Isso passou a atrair um número crescente de partes interessadas, tanto no contexto interno dos países de baixa e média renda, como no âmbito internacional, contribuindo para a criação de uma agenda global do GHM (BOBEL, 2018; SOMMER et al., 2015). As subseções a seguir elucidarão como se deu esse processo, elencando os principais desenvolvimentos destas fases.

#### 4.1.1 Primeira Fase: Inserção da Menstruação no Ativismo Mainstream e as Feministas Espiritualistas

Em primeiro lugar, é importante apontar que o ativismo menstrual surgiu da confluência de três movimentos que estiveram em alta nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970: o ambientalismo, o movimento de direitos do consumidor e, sobretudo, o movimento de saúde da mulher, considerado a “mãe” do ativismo menstrual (BOBEL, 2008, p. 740). A radical transformação do entendimento acerca do papel das mulheres na sociedade e a sua consequente aproximação dos movimentos sociais e políticos nesta época permitiu que as ativistas levantassem preocupações e demandas próprias relacionadas à saúde, segurança e bem-estar das mulheres em diferentes áreas. Nesse sentido, o ativismo menstrual foi fortalecido pela intersecção de interesses destes movimentos para pressionar os setores e autoridades responsáveis por mudanças.

Tendo em vista que o feminismo de segunda onda prestava especial atenção ao corpo feminino, vendo-o como um símbolo de revolta e uma manifestação última do lema “o pessoal é político” (FAHS, 2015, p. 387), uma série de aspectos relacionados à saúde feminina foram colocados em destaque nesta mesma época. Junto ao aborto, problemática chave do feminismo no fim dos anos 1960 e início de 1970, a preocupação das mulheres em relação aos seus próprios corpos jogou luz sobre os riscos dos produtos voltados para a saúde da mulher disponíveis do mercado – dentre eles, os produtos de higiene menstrual – e as concepções androcêntricas acerca da sexualidade e de fenômenos biológicos femininos como a amamentação e a menstruação, assuntos pouco discutidos até então.

De acordo com Kline (2010, p. 13-14, tradução nossa), o movimento de saúde da mulher argumentava que o corpo feminino estava sujeito, até então, à autoridade médica masculina, portanto, “mulheres não poderiam alcançar a igualdade sem o direito reivindicar seus corpos”. Ou seja, o sistema de saúde desenhado e designado para homens era paternalista, medicalizando as questões reprodutivas de mulheres. Assim, a desconfiança em relação aos cuidados médicos direcionado para mulheres fez com que grupos feministas se mobilizassem para empoderar-se como agentes dos seus próprios corpos. Um momento importante desta mobilização foi a criação do *Boston Women’s Health Book Collective* (BWHBC), em 1973, e a publicação do livro “*Our Bodies, Ourselves*” no mesmo ano. A obra foi considerada revolucionária e um marco do movimento feminista por motivar mulheres a celebrar sua própria sexualidade (FAHS, 2015; OUR BODIES, OURSELVES, 2023).

Fruto da pesquisa conjunta de um grupo de mulheres que alguns anos antes, em 1969, se reuniram para discutir suas experiências com médicos (em sua maioria, negativas) e seus conhecimentos sobre o próprio corpo, os capítulos de “*Our Bodies, Ourselves*” continham informações didáticas e abertas sobre tópicos como orgasmo, o clitóris, a contracepção e o aborto, além de imagens gráficas e realistas sobre a anatomia feminina e relatos em primeira pessoa. Chegando a sua sétima edição em setembro de 2011, e traduzido para 34 idiomas, as diferentes reimpressões do livro permitem analisar como o ativismo menstrual evoluiu ao longo de suas diferentes fases e mudou a percepção que as mulheres tinham em torno da menstruação (KLINE, 2010; OUR BODIES, OURSELVES, 2023).

Por outro lado, os movimentos sociais voltados para o consumo e o meio ambiente também passaram a sofrer a influência do feminismo em questões sociais mais amplas. Segundo Mayer (1989), o movimento de direito dos consumidores nos EUA surgiu no início do século XX, como consequência do impacto da industrialização no país e da necessidade de

regulamentações de segurança e competitividade para a produção de remédios e alimentos. Já a segunda onda (1920-1930) foi motivada pelas reivindicações de acesso à informação pelos consumidores. Sendo assim, entre 1960 e 1970, o movimento se encontrava na sua terceira onda, fase já avançada que lidava com consumidores mais bem educados e com maior escrutínio em relação à sua qualidade de vida. Bobel (2010) acrescenta que, dentre esses consumidores, encontravam-se mulheres que utilizavam lentes feministas para analisar os fatores que comprometeriam a sua saúde.

A expansão dramática das preocupações dos consumidores neste período permitiu que as ativistas feministas superassem, em certa medida, o tabu em torno da menstruação e incluíssem os produtos menstruais entre as pautas a serem tratadas de forma pública pelo movimento. Da mesma forma, o ativismo ambiental moderno, nascido em meados dos anos 1960, se expandia e tomava o conhecimento do público com o primeiro Dia da Terra, em 1970. Na tentativa de desconstruir o mito de que os absorventes eram biodegradáveis, as ativistas ambientais se esforçaram para demonstrar os efeitos poluidores de produtos de uso único e oferecer alternativas mais sustentáveis, como os absorventes reutilizáveis, coletores e esponjas. Assim, o movimento de saúde das mulheres uniu-se a estes grupos para pressionar a indústria de cuidados feminino e o governo doméstico por mais segurança e sustentabilidade ambiental (MAYER, 1989; BOBEL, 2008; BOBEL; FAHS, 2020b).

Foi nesse contexto que algumas mulheres passaram a cultivar o que Bobel (2010) chama de “consciência menstrual crítica”. As feministas espiritualistas foram as principais expoentes dessa fase, encarando a menstruação como uma manifestação espiritual e sagrada do corpo feminino. Tamara Slayton, Jeannine Parvati Baker, Rosemary Gladstar, Jane Bothwell e Vicki Noble inauguraram o movimento do ativismo menstrual baseando-se em ideologias feministas culturais do poder da feminilidade e da diferença “natural”, desafiando a construção social da menstruação como mais do que um processo vergonhoso. Elas reformularam a menstruação como uma fonte de conhecimento corporificado e poder exclusivo da experiência feminina. Além disso, a reivindicação do ciclo menstrual como um tema importante da saúde da mulher incentivou outra forma de ativismo menstrual precoce, que desafiava intervenções como a terapia hormonal para “tratar” os sintomas da menopausa, bem como a patologização da feminilidade expressa por meio de piadas sobre TPM que muitas vezes banalizavam o sofrimento das mulheres (BOBEL, 2010; BOBEL, FAHS, 2020a).

Em concordância com o objetivo de transformar o corpo feminino em uma entidade política que marcou o feminismo de segunda onda, muitas ativistas menstruais comprometeram-se em exibir a menstruação por meio da arte. Durante os anos 1970, as práticas performáticas e artísticas tiveram papel essencial para que as ativistas pudessem criar representações sobre as experiências corporais únicas compartilhadas por mulheres, desafiando a ideia de que o aparato reprodutivo feminino era algo sujo, anormal e que deveria ser escondido. Sobretudo, as feministas de segunda onda procuravam situar o corpo como um instrumento de prazer feminino, ao invés de masculino (FAHS, 2015; NELSON, 2019).

A artista e ativista Judy Chicago foi uma das pioneiras na articulação da resistência contra o estigma menstrual ao publicar a icônica “Bandeira Vermelha”, em 1971, uma fotolitografia de si mesma removendo um absorvente interno. Um ano depois, o “Banheiro Menstrual”, um espaço ocupado por uma miríade de produtos menstruais usados e a serem usados foi montado pela artista em colaboração com Miriam Shapiro, na exposição “Casa da Mulher” (MANICA; RIOS, 2017; ROSTVIK, 2019). No cinema, as artistas Barbara Hammer e Emily Culpepper utilizaram imagens do corpo menstruado como “símbolos da marginalização feminina em virtude de seu sexo, bem como uma representação da produção de conhecimento sobre o corpo feita por mulheres, acerca de suas próprias experiências” (NELSON, 2019, p. 41, tradução nossa).

O impacto político causado por estas produções artísticas foi de tal importância para o ativismo menstrual, que se tornou uma das principais formas de expressão do movimento, perdurando até os anos 2000 (BOBEL; FAHS, 2020a). Cada vez mais, as ativistas feministas – seja em pequenos grupos que discutiam as experiências corporais femininas, como aquele que deu origem ao BWHBC, ou agindo individualmente, por meio da expressão artística – se mobilizavam se propunham a produzir conhecimento sobre a menstruação e os produtos disponíveis para manejá-la. Em 1977, a *Society for Menstrual Cycle Research*, uma entidade voltada para a pesquisa acadêmica do ciclo menstrual e outros assuntos relacionados com a menstruação, realizou sua primeira conferência (JOHNSTON-ROBLEDO; STUBBS, 2013). No entanto, na primeira fase do ativismo menstrual, o discurso público esteve quase que exclusivamente voltado aos produtos de higiene menstrual, que eram vistos como uma conveniência frente ao “fardo” da menstruação. Isso iria mudar com o surto da Síndrome do Choque Tóxico que atingiu os EUA, na década de 1980 (BOBEL, 2008).

#### 4.1.2 Segunda Fase: a Síndrome do Choque Tóxico e Críticas à Indústria de Cuidados Femininos

Com o início da década de 1980, o ativismo menstrual adentra a segunda fase do movimento, caracterizada pela maior articulação das ativistas e o ceticismo frente à indústria de cuidados femininos, levando ao embate direto com a indústria e os órgãos responsáveis por sua fiscalização, a fim de gerar regulamentações mais seguras e eficazes. (BOBEL, 2010). Embora a tensão pré-menstrual (TPM) tenha surgido como uma questão controversa entre as mulheres, motivando uma explosão de livros e revistas de autoajuda relacionados à TPM, a onda de casos de Síndrome de Choque Tóxico (SCT), nos Estados Unidos, marcou o ponto de virada para as ativistas menstruais. A infecção bacteriana rara, mas potencialmente fatal, foi associada ao absorvente interno de alta absorção “Rely” lançado pela marca P&G (KISSLING, 2006; REAME, 2020).

Comercializado como uma solução moderna e mais confiável do que os demais produtos no mercado – o slogan do produto dizia “Absorve até a preocupação!” –, o Rely já vinha registrando queixas de consumidoras, como vômitos e diarreias, desde o seu teste de mercado inicial, em 1975 (VOSTRAL, 2011). Entretanto, entre 1979 e 1980, a SCT atingiu seu ápice nos Estados Unidos: o Centro de Controle de Doenças (CDC) chegou a registrar 813 casos relacionados à menstruação (91% dos casos totais), sendo 38 destes com mortes. Apenas após uma intensa cobertura da mídia e uma onda de preocupação pública, a Federal Drug Administration (FDA), órgão federal responsável pela regulamentação de alimentos e medicamentos, tomou alguma iniciativa. Os absorventes foram classificados como dispositivos médicos de Classe II, implementando exigências de desempenho padrão e vigilância pós-comercialização, além dos “controles gerais” de segurança e eficácia (BOBEL, 2008, 2010; WEISS-WOLF, 2017).

Essa decisão da FDA, no entanto, não foi capaz de produzir mudanças concretas. Os experimentos realizados com diferentes marcas de absorventes internos demonstravam que o padrão “regular” de algumas marcas correspondia à categoria de superabsorção de outras (REAME, 2020). Assim, apesar de que a movimentação na mídia tenha forçado a indústria a lidar com os riscos associados aos seus absorventes, os grandes fabricantes continuaram ileso, visto que a fabricação de produtos de higiene feminina mais seguros permaneceu voluntária. Para isso contribuíram, principalmente, os esforços de desregulamentação comercial

empregados pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989) e a sua orientação ambientalmente hostil, impedindo a negociação direta e o sucesso dos ativistas de consumo e do meio ambiente com o governo (BOBEL, 2010; MAYER, 1989).

Esse panorama motivou uma onda de atividade feminista por parte das ativistas de saúde, que não apenas aprofundaram suas alianças já existentes com estes movimentos, mas passaram a pressionar mais diretamente a indústria de cuidados femininos – até mesmo trabalhando de forma conjunta com ela – para garantir padrões de segurança e eficácia dos absorventes. A parceria com as principais organizações de direitos do consumidor da época, como a *Public Citizen*, foi essencial para produzir o resultado desejado. Para Bobel (2010, p. 54, tradução nossa): “enquanto a *Public Citizen* acabou ganhando concessões do governo e da indústria que haviam escapado das ativistas feministas, esses mesmos sucessos representaram o grau em que as vozes feministas moldaram amplas preocupações sociais.”

Paralelamente, a “violação flagrante da confiança do consumidor” (BOBEL; FAHS, 2020, p. 960) levou Esther Rome, fundadora do *Boston Women's Health Book Collective*, a organizar esforços a partir da base. Assim, o BWHBC procurou mobilizar as consumidoras para exigir produtos convencionais mais seguros, além divulgar informações didáticas sobre a SCT e a sua relação com os tampões ultrabsorventes. A organização de petições e o recolhimento de cartas recebidas por mulheres que desejavam saber mais sobre a doença, mas que não tinham o conhecimento adequado, foi uma importante ferramenta para que as ativistas menstruais pudessem negociar com as empresas e o governo por mudanças concretas. O primeiro resultado destes esforços foi em 1982, quando a FDA começou a exigir que os fabricantes avisassem os consumidores sobre a ligação entre o uso de absorventes internos e a Síndrome do Choque Tóxico (BOBEL, 2008, 2010).

Em 1993, o Rely foi finalmente retirado de circulação de forma “voluntária” pela P&G a fim de evitar uma ação de *recall*, o que supostamente prejudicaria a imagem da empresa. Neste momento, mais de 2.200 casos de SCT já haviam sido relatados ao CDC. Tanto a negligência do FDA, como a maneira como a P&G lidou com a situação revoltaram as ativistas feministas, a comunidade científica e até mesmo alguns membros do corpo médico tradicional. Neste sentido, as ativistas menstruais impulsionaram sua agenda ao longo da década para gerar e refinar padrões de desempenho e segurança entre as diferentes marcas de produtos menstruais. Em 1989, a FDA publicou uma regulamentação que exigia níveis padronizados de absorção de tampões e avisos relevantes nas embalagens, como a absorção numérica do produto (BOBEL, 2008, 2010; WEISS-WOLF, 2017).

A expansão de um mercado de produtos menstruais alternativos foi outro desdobramento desse período. Embora o impulso primário para o surgimento deste nicho tenha sido a influência do ativismo feminista ambiental, principalmente na Inglaterra, onde o ativismo menstrual começava a se popularizar, isso não aconteceu na América do Norte. De acordo com Bobel (2010), este desvio da indústria foi abraçado como uma estratégia para garantir a saúde das mulheres como sua causa primária, sendo a conscientização sobre o fardo ambiental do descarte inadequado de absorventes uma consequência da maior participação de produtos alternativos no mercado de cuidados femininos. Portanto, o ativismo menstrual da década de 1980 construiu sua base sobre a campanha de segurança de absorventes, ampliando sua crítica à indústria e fortalecendo suas atividades com base nas estratégias conjuntas com outros movimentos que também sofriam fortes restrições por parte do governo.

#### 4.1.3 Terceira Fase: Ativismo Menstrual Radical

No início da década de 1990, e com a diminuição drástica no número de casos de SCT, as ativistas menstruais que insistiam em reformar a indústria foram perdendo espaço para uma nova geração que emergiu para advogar em prol da transformação da cultura da menstruação e para questionar as raízes do estigma menstrual. Estas novas ativistas tinham uma abordagem de micropolíticas para alcançar mudanças, focando na radicalização das ações de conscientização e na mudança social a nível pessoal – isto é, pequenas ações por parte das próprias mulheres e consumidoras para lutar contra as imposições patriarcais em relação à menstruação e os riscos dos produtos industriais. Iniciou-se, assim, a terceira fase do ativismo menstrual, o chamado “ativismo menstrual contemporâneo” ou “radical” (BOBEL, 2010; BOBEL; FAHS, 2020a).

Alinhadas com o feminismo de terceira onda que começava a se moldar, e seguindo uma tendência *punk* anticapitalista, as ativistas radicais da menstruação resistiam, sobretudo, ao que viam como controle corporativo da menstruação; ou seja, os ditames da indústria de cuidados femininos sobre o que era considerado “apropriado” ou “higiênico” para lidar com o fluxo menstrual. Promovendo o uso de produtos menstruais reutilizáveis, o sangramento livre e a escolha de usar nenhum produto para coletar ou absorver a menstruação, a aproximação com a indústria foi substituída pela implantação de artes, performances e auto publicações para aumentar a conscientização e desafiar o paradigma dominante de vergonha menstrual, silêncio e sigilo. Bobel e Fahs (2020a, p. 962, tradução nossa) sintetizam o traço distintivo das ativistas da terceira fase em relação às suas predecessoras da seguinte forma:



Enquanto ativistas anteriores tentaram reformar a indústria e as feministas espiritualistas focaram na transformação essencialista e individualizada, as ativistas radicais da menstruação promoveram um exame mais profundo das estruturas básicas da vergonha e do segredo menstrual.

Isso não quer dizer que as ativistas menstruais radicais tivessem abandonado totalmente as problemáticas trazidas, nos anos 1980, pelas ativistas da segunda fase. A preocupação com a qualidade e segurança dos produtos de higiene menstrual convencionais continuava a existir, especialmente no que tange à componentes como o algodão não orgânico, a seda sintética e o processo de descoloração durante a fabricação. Os estudos produzidos pela comunidade científica deixavam cada vez mais clara a ligação entre o uso de materiais inadequados e a proliferação de bactérias e infecções na mucosa vaginal. Ademais, o ambientalismo continuou em foco para tratar sobre os impactos relacionados aos produtos descartáveis e não-biodegradáveis sobre a natureza, tais como o desflorestamento, o aquecimento global e a poluição marinha (BOBEL, 2010).

No entanto, o ativismo menstrual radical levantou pontos que, até então, pareciam fora de vista. Um deles é a separação entre a menstruação e o gênero, recusando tratar da menstruação como uma experiência exclusiva das mulheres cis. Ao reconhecer que nem todas as mulheres menstruam e não apenas as mulheres menstruam, as ativistas ampliaram o movimento e introduziram o termo neutro de gênero “menstruadores”, alcançando também homens trans, pessoas não-binárias e intersexuais que menstruam. Este ponto vai ao encontro da inclusão, um dos pilares do feminismo de terceira onda: a vontade de criar um movimento que desafia os estereótipos e abrange a diversidade de experiências femininas fez com que as ativistas feministas e, dentre estas, as ativistas menstruais abraçassem os movimentos transgênero e *genderqueer* para tornar a menstruação um problema de todas e todos (BOBEL, 2010; BOBEL; FAHS, 2020).

A dimensão de classe é outro aspecto considerado importante pelo ativismo menstrual contemporâneo. De acordo com o Atlas do Plástico (2020), estudo sobre o consumo e a produção de polímeros sintéticos desenvolvido pela Fundação Heinrich Böll, ONG alemã focada em democracia e sustentabilidade, uma mulher brasileira gasta, em média, 20 absorventes por ciclo menstrual. Considerando que 39 anos é o tempo médio decorrido entre a menarca e a menopausa, os dados estimam cerca de 9.600 absorventes utilizados neste período e aproximadamente R\$6.000 gastos apenas para absorver o fluxo menstrual – isso, ainda, sem considerar outros gastos indiretos, como roupas íntimas, remédios para cólica, água etc. Este

panorama é especialmente preocupante ao considerar a situação de mulheres que vivem em situação de extrema pobreza ou encarceramento, e não tem acesso à infraestrutura adequada para realizar a sua higiene menstrual.

A atenção àqueles que tem suas necessidades relacionadas à higiene menstrual negligenciadas elevou o ativismo menstrual – que se concentrava nos EUA e outros poucos países do Norte até então (tais como Canadá e Inglaterra) – à nível global, em meados de 2010, especialmente no que tange às meninas em idade escolar que vivem em países de baixa e média renda. De acordo com Phillips-Howard et. al (2016), a adolescência é um período crítico de mudanças psicológicas e biológicas, e há forte reconhecimento dos danos desproporcionais à saúde sexual e reprodutiva causados a meninas adolescentes nestes países. Desta forma, a Gestão da Higiene Menstrual (GHM) resultou dos esforços de profissionais que trabalhavam no setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH, sigla em inglês para *Water, Sanitation and Hygiene*). Esta vertente do ativismo menstrual procura garantir o acesso de meninas e mulheres aos materiais e à infraestrutura (banheiros, água, sabão e descarte) necessários para realizar os cuidados menstruais, além de melhorar a educação sobre saúde menstrual e puberdade no Sul Global (BOBEL, 2018; BOBEL; FAHS, 2020).

Por trás desta iniciativa está um viés instrumentalista – isto é, uma visão que vincula a melhora dos direitos das mulheres ao desenvolvimento econômico – seguindo as evidências que demonstram associações positivas entre a educação feminina, a saúde e o potencial econômico. Apesar de que o fim da desigualdade de gênero seja um objetivo de desenvolvimento em si mesmo – segundo a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, assinado por 165 países – a preocupação em reduzir o gap educacional entre meninos e meninas está focada nos “efeitos instrumentais” do viés de gênero sobre uma série de outros objetivos voltados para o desenvolvimento de países de média e baixa renda. Por outro lado, a promoção da igualdade de gênero na educação também está ligada com a redução das taxas de fertilidade e mortalidade infantil – podendo esta ser considerada uma estratégia de desenvolvimento “ganha-ganha” (KLASEN, 2002).

Isso, porque de acordo com Klasen (2002), o capital humano de uma pessoa é o resultado de suas habilidades inatas e da educação recebida. Portanto, a desigualdade de gênero na educação prejudica diretamente o crescimento econômico ao reduzir o capital humano médio e indiretamente por meio de seu impacto negativo sobre o investimento e maior crescimento populacional. Além disso, a menor desigualdade de gênero na educação melhoraria o capital

humano das próximas gerações através da maior qualidade da educação e maior quantidade de crianças frequentando a escola, ao considerar o apoio emocional e as melhores condições materiais que mulheres educadas podem proporcionar aos seus filhos. Em seu estudo para o Banco Mundial, o autor aponta que se a África Subsaariana, o Sul da Ásia, o Oriente Médio e o Norte da África tivessem focado em projetos para promover a educação com equilíbrio de gênero a partir de 1960, suas taxas anuais de crescimento econômico poderiam ter sido de até 0,9 ponto percentual mais rápidas.

Esta relação passou a ser expressa em uma série de documentos de relevância internacional a partir do início do século XXI. No relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2005 – substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015 – o Secretário Geral das Nações Unidas à época Kofi Annan defende que alcançar a igualdade de gênero seria um pré-requisito para atingir os demais objetivos da agenda, como a eliminação da pobreza, a redução da mortalidade infantil e o alcance da educação universal. Outro relatório produzido em 2001, pelo Banco Mundial, alega que igualdade de gênero deve ser parte constituinte de qualquer plano de desenvolvimento e chama a atenção para a necessidade de políticas e medidas inclusão para garantir a presença de meninas e mulheres em todas as instituições e esferas do poder público, tais como bolsas acadêmicas e cotas de participação no legislativo.

Neste sentido, a GHM argumenta que o impacto do estigma e da falta de provisões para realizar a higiene menstrual força meninas de países em desenvolvimento a faltarem às aulas de forma recorrente ao longo do ano letivo – prejudicando significativamente a qualidade da sua educação e reduzindo suas oportunidades na vida adulta. O manejo do fluxo menstrual, portanto, é visto mais do que como uma questão de higiene, mas uma barreira à igualdade de gênero e ao empoderamento de meninas pobres em países em desenvolvimento (JOSHI et. al, 2015; SOMMER et. al, 2015).

Sob a influência do feminismo liberal, a GHM passou a ser difundida entre o público através de termos como “equidade menstrual” e a “pobreza menstrual”. Baseando-se no pressuposto de que as mulheres não têm acesso a produtos de higiene menstrual porque vivem em um sistema que favorece os corpos dos homens – e, portanto, se recusa a distribuir os recursos de forma equitativa entre os dois sexos – muitas ativistas passaram a propor soluções centradas em mudanças políticas e legislativas. Assim, algumas das pautas que se tornaram a face pública do ativismo menstrual da atualidade focam em mudanças incrementais dentro dos sistemas já existentes, como é o caso da eliminação de impostos sobre os produtos de higiene

menstrual que os categorizam como “itens de luxo” (a chamada “*tampon tax*”) e a reivindicação da disponibilização destes produtos de forma gratuita em escolas, prisões e abrigos (BOBEL, 2018; BOBEL; FAHS, 2020; WEISS-WOLF, 2017).

A GHM intensificou os esforços de ativistas e atraiu interesse sem precedentes por parte da mídia, dos financiadores e formuladores de políticas. Entretanto, apesar da popularização do ativismo menstrual, os dados ainda são escassos e a literatura, incipiente. De acordo com estudo realizado pela FSG (2016, p. 2, tradução nossa), uma consultoria global sem fins lucrativos, as evidências sobre o impacto da má saúde menstrual em outros resultados de saúde, desenvolvimento e empoderamento são “escassas, não estatisticamente significativas e amplamente inconclusivas, sugerindo a necessidade de investir em pesquisas direcionadas para mobilizar os atores-alvo no campo.” A maioria dos estudos tem focado nas barreiras enfrentadas por mulheres e meninas em situação de pobreza menstrual nos países de baixa e média renda, mas fornecem pouca verificação de resultados críticos sobre as consequências deste cenário e não abordam por completo porque a GHM continua sendo uma questão negligenciada (PHILLIPS-HOWARD et al, 2016; JOSHI et al, 2015).

#### 4.1.4 Críticas à Gestão da Higiene Menstrual

Esse cenário tem gerado, nos últimos anos, críticas dentro do próprio movimento do ativismo menstrual sobre a abordagem “material” da Gestão da Higiene Menstrual. Segundo Bobel e Fahs (2020, p. 955), as intervenções recentes nesta área são voltadas para a distribuição de produtos e “priorizam uma visão anêmica da menstruação que é focada em sanitizar a experiência menstrual, evitando as causas profundas do estigma e a política ativista radical em favor de mudar o sistema por dentro”. Para as autoras, esta abordagem, embora tenha sido útil para inserir a menstruação na esfera pública, transformou um movimento que possuía um histórico robusto de resistência corporificada – de anarquistas feministas protestando contra a misoginia da indústria de produtos menstruais, a fabricantes de panfletos voltados para a alfabetização menstrual e técnicas de “faça você mesmo” para cuidados menstruais, a artistas pintando com seu sangue menstrual – em uma tentativa rasa de continuar escondendo a menstruação através dos produtos menstruais.

Outras análises ainda colocam este como um avanço neoliberal. Moeller (2018) chama a atenção para a participação de grandes empresas e corporações, como a P&G, Nike e Goldman Sachs, e argumenta que a atenção destes atores à GHM é uma estratégia velada de relações

públicas que se alinha às tendências expansionistas do capitalismo corporativo. Bobel (2018), em seu livro *“The Managed Body: Developing Girls and Menstrual Health in the Global South”* afirma que a maneira como a GHM é conceituada reflete o imaginário ocidental acerca do Sul Global como “o outro”, fortalecendo noções de gênero dominantes sobre o que constitui produtividade, agência, modernidade, respeitabilidade e liberdade.

Percebe-se, nesse sentido, que o ativismo menstrual contemporâneo não é um movimento homogêneo e muito menos arrematado. Ainda há muito a contribuir no campo acadêmico, que necessita de uma rede global de pesquisa e o desenvolvimento de diretrizes de pesquisa para que seja possível fortalecer a disseminação de estudos baseados em evidências e facilitar o financiamento (PHILLIPS-HOWARD et. al, 2016). Porém, isso não tem impedido o surgimento de iniciativas relacionadas com a GHM, que continuam se multiplicando pelo mundo inteiro nos últimos anos, e o envolvimento de ativistas das mais variadas áreas (BOBEL, 2018).

Hoje, a pauta da Gestão da Higiene Menstrual deixou se limitar à manifestações locais em países do Norte Global apenas por ativistas menstruais e é promovida através de várias estruturas organizacionais, desde ONGs e projetos sociais baseados nas comunidades locais até ONGs internacionais como a WaterAid e a WASH United, duas organizações voltadas para projetos relacionados à água, saneamento e higiene. A partir dos anos 2010, ainda na terceira fase do ativismo menstrual, as agências da ONU também incluíram a GHM como parte de objetivos mais amplos dentro de suas agendas, como é o caso da UNICEF e da UNFPA. A UNICEF, por exemplo, incumbida de garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes ao redor de todo o mundo, incluiu a pauta do GHM em seus projetos voltados para a educação e o saneamento. Projetos desenvolvidos pela agência na Jordânia e no Senegal fornecem kits de suprimentos menstruais e investem em infraestrutura para higiene pessoal e o abastecimento de água com o objetivo de garantir que meninas continuem a frequentar a escola (ANDRIAMANISORO, 2022; AL HATAB, 2022). A seção seguinte descreve como a Gestão da Higiene Menstrual foi inserida na agenda internacional ao longo do século XXI.

#### 4.2 Gestão da Higiene Menstrual e a Transnacionalização do Ativismo Menstrual

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com a UNICEF, a Gestão da Higiene Menstrual ou GHM de forma adequada e com dignidade se refere à:

Mulheres e meninas adolescentes usando um material de controle menstrual limpo para absorver ou coletar sangue que pode ser trocado

em privacidade quantas vezes for necessário durante o período menstrual, usando água e sabão para lavar o corpo conforme necessário e tendo acesso a instalações para descarte os materiais de higiene menstrual usados (OMS/UNICEF, 2012, p. 16).

Assim, Van Eijk et al. (2016) identificam três grandes áreas para o GHM adequado: o conhecimento individual, o ambiente material e o ambiente social. O conhecimento individual inclui a normalização do processo biológico da menstruação, e o ambiente social refere-se ao enfrentamento de tabus, mitos e estigmatização mais amplos em torno da GHM. Por fim, o ambiente material inclui tanto os materiais para coletar ou absorver o sangue menstrual quanto as instalações para gerenciar a menstruação de maneira privada e higiênica. Entretanto, a garantia dessas premissas esbarra no fato de que as condições para realizar a higiene menstrual não são distribuídas de maneira uniforme, sendo altamente impactadas por condições geográficas e socioeconômicas (ROSSOUW; ROSS, 2021).

De acordo com Sommer (2009), embora a menstruação ainda seja perpassada pelo estigma em sociedades ocidentais que se colocam como avançadas, meninas em idade escolar conseguem realizar sua higiene menstrual com êxito, mantendo sua menstruação em segredo e escapando da estigmatização potencial de colegas de escola ou outras pessoas da comunidade. Essas meninas geralmente têm acesso a informações factuais sobre a puberdade, número adequado de banheiros, suprimento abundante de água limpa, privacidade, materiais sanitários acessíveis e roupas íntimas para controlar a menstruação, além do apoio emocional e psicológico vindo de outras mulheres.

Em contrapartida, meninas e mulheres de países periféricos encontram barreiras significativas para realizar a sua higiene menstrual de forma eficiente: além das orientações limitadas sobre o a menstruação e a puberdade, o custo dos materiais de higiene pessoal tendem a ser mais altos e as instalações sanitárias dificilmente são limpas, privadas e seguras. Como consequência, elas também encontram maiores dificuldades para manter sua menstruação em segredo. Estão sujeitas a faltar às aulas de 3 a 4 dias por mês, ao invés de lidar com o manejo da menstruação nas dependências da escola e correr o risco de passar por um “vazamento” menstrual, também estão expostas ao assédio por alunos do sexo masculino que suspeitam que elas possam estar menstruadas e podem, ainda, ser alvo de abuso sexual, estando em risco de gravidez indesejada e desonra familiar (SOMMER, 2009; SOMMER et al., 2015; PHILLIPS-HOWARD et al., 2016).

A dificuldade de acesso a produtos e locais limpos, seguros e privativos para o manejo da higiene menstrual também é aprofundada pelas altas diferenças de status socioeconômicos presentes nesses países, perpetuando assim as desigualdades sociais já existentes. Analisando as condições para o manejo da higiene menstrual em oito países de baixa e média renda (República Democrática do Congo, Gana, Etiópia, Quênia, Indonésia, Nigéria, Uganda, e a região do Rajastão, na Índia), Rossouw e Ross (2021) constataram evidências que apontam para o nível de renda como o principal fator de influência sobre a qualidade da higiene menstrual nestas localidades.

Meninas de baixa renda possuem menos acesso a espaços seguros e privados do que aquelas de alta renda, o que é especialmente preocupante ao considerar as taxas de violência de gênero prevalentes neste grupo de países. A ausência de banheiros com descarga e lugares próprios para lavar as mãos foram citados entre os principais elementos que contribuem para a inequidade das condições para o manejo da higiene menstrual, o que é complicado pelos níveis de infraestrutura de cada país. Por exemplo, apenas 10% e 6% das respondentes da pesquisa na Etiópia e em Uganda relataram ter acesso a banheiros com descarga e espaços para lavar as mãos, tendo em vista que as instalações sanitárias mais comuns nestes dois países são latrinas de fossa aberta (ROSSOUW; ROSS, 2021).

Da mesma forma, meninas de famílias mais ricas possuem maior acesso a absorventes higiênicos do que meninas provenientes de famílias mais pobres, que tendem a utilizar panos como forma de absorver a menstruação. Apesar da utilização de panos limpos não ser uma ameaça à saúde, as limitações de água e saneamento vivenciadas pelas famílias mais pobres podem impedir a correta manutenção desses materiais. Nesse sentido, para países periféricos, a pobreza menstrual torna-se um “desafio político multissetorial” (ROSSOUW; ROSS, 2021, p. 1), ao passo que afeta áreas como a saúde sexual e reprodutiva, a escolaridade e a educação, água, saneamento, higiene, e muito mais.

Frente a este cenário, a pauta da Gestão da Higiene Menstrual ganhou tração nos países do Sul Global, especialmente no continente africano e na Índia. Uma série de ONGs, empresas do setor privado e empreendimentos sociais surgiram e se associaram com o propósito de prover produtos de higiene menstrual, infraestruturas de saneamento e higiene e educação sobre puberdade e saúde reprodutiva para meninas, mulheres e as comunidades que elas estão inseridas – todas com o objetivo de combater a pobreza menstrual. Entretanto, a GHM como é conhecida hoje não se consolidou até a segunda década do século XXI. Surgida no contexto do forte e amplo movimento global para eliminar a desigualdade de gênero na educação entre 2004

e 2005, a visão da menstruação como um problema público não recebeu muita atenção nestes primeiros anos (SOMMER et al., 2015).

De fato, o objetivo de manter meninas na escola era compartilhado tanto pela área da educação como da saúde, respondendo às evidências que comprovam que meninas instruídas contribuem para resultados populacionais mais saudáveis. No entanto, o problema da pobreza menstrual não foi adereçado pelas iniciativas destes setores até recentemente, visto que, devido aos recursos limitados, tinham outras prioridades. Enquanto os programas de saúde sexual e reprodutiva estavam focados em adolescentes a partir de 15 anos, devido à sua alta vulnerabilidade a gravidez indesejada e a contração de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), os ativistas de educação continuaram direcionados para a alfabetização, percebendo a menstruação como uma questão menos importante do que a falta de escolas, a escassez de materiais didáticos e outros itens essenciais (SOMMER et. al, 2015).

Deste modo, uma parte do setor de Água, Saneamento e Higiene (WASH, sigla para *Water, Sanitation and Hygiene*) que atuava nas escolas foi responsável por impulsionar as iniciativas relacionadas com a higiene menstrual neste mesmo período. De acordo com Bobel (2018), Archana Patkar, fundadora da Junction Social, uma consultoria de desenvolvimento com sede em Mumbai, foi de especial importância nesse processo. Ela desenvolveu, em conjunto com outros profissionais do setor, um artigo que fornecia um panorama geral sobre as barreiras e iniciativas na área de GHM e, em 2010, se juntou ao Conselho Colaborativo de Abastecimento de Água e Saneamento (WSSCC), agência da ONU com sede em Genebra na qual ela inovou na programação, firmou parcerias e forneceu liderança global em GHM.

Após descobrir que os projetos para a construção de instalações sanitárias próprias tinha impacto diferenciado sobre a educação das garotas, os pesquisadores, ONGs e formuladores de políticas deste setor passaram a realizar esforços para quantificar as implicações das instalações inadequadas de WASH nas escolas e realizar outros projetos voltados para a melhoria das condições sanitárias em países de baixa renda. Através de conferências interdisciplinares, como a Oxford Roundtable, estes atores também passaram a defender o envolvimento de setores da educação, gênero e saúde sexual e reprodutiva na pauta (JOSHI et. al, 2015; BOBEL, 2018; SOMMER et. al, 2015).

Paralelamente, o manejo da higiene menstrual deixou de ser encarado como assunto particular das meninas adolescentes e mulheres, que deveria ser mantido no nível individual ou, no máximo, familiar, para ser visto como uma questão de preocupação pública, que requeria a



atenção e a responsabilização da esfera governamental. De acordo com Sommer et. al (2015), essa perspectiva restrita em torno da menstruação partia dos preconceitos de gênero dos próprios pesquisadores e formuladores de políticas dos setores predominantemente masculinizados de saúde, educação e água, saneamento e higiene (WASH) e que eram provenientes, em sua maioria, de países de alta renda.

Os relatos de meninas e mulheres de países periféricos, bem como pesquisas que documentavam os desafios enfrentados por elas quando menstruadas mostrou ser errônea a percepção de que a família provia todas as informações necessárias acerca da menstruação e os materiais próprios para realizar o seu gerenciamento, revelando dinâmicas culturais e econômicas complexas por trás de diferentes sociedades. Pelo contrário, as informações sobre a menstruação e a menarca eram insuficientes e os ambientes públicos – especialmente as escolas – não tinham instalações sanitárias e de descarte adequadas. Neste sentido, o testemunho de meninas em situação de pobreza menstrual foi especialmente importante para o ativismo menstrual, tanto para engajar atores com diferentes interesses e motivações na pauta da GHM, como para torná-la um movimento global (SOMMER et al., 2015).

Inicialmente, a história de meninas que encontravam dificuldades para realizar sua higiene menstrual nas escolas foi utilizada pelo setor de WASH para chamar atenção para outros setores, como o setor de saúde pública, tornando a questão da GHM interdisciplinar e aumentando a conscientização sobre os desafios da pobreza menstrual:

As experiências das meninas e o potencial para resolver os desafios com as ferramentas existentes ressoaram fortemente com a noção de prevenção primária em saúde pública: intervir precocemente para prevenir o desenvolvimento de problemas de saúde pública (por exemplo, abandono escolar, baixa autoestima e resultados negativos de saúde sexual ou reprodutiva). [...] Simultaneamente, ou possivelmente conseqüentemente, as ONGs começaram a implementar projetos relacionados à menstruação em WASH e programas educacionais, e a P&G (além de outras empresas de absorventes do setor privado) apoiou pesquisadores e profissionais para publicar ou apresentar descobertas sobre o tema de GHM e estudantes (SOMMER et al. 2015, p. 1305, tradução nossa).

Por outro lado, estas narrativas também fortaleceram o ativismo em torno da GHM como um movimento global. Em conjunto com os esforços para gerar evidências científicas, como a quantificação de cargas de doenças, o compartilhamento destas histórias contribuiu para que a visão do público em relação à qual esfera deveria ser delegada a responsabilidade da menstruação começasse a ser reformulada. Assim, a dimensão cultural da menstruação foi

sendo transferida do âmbito privado – da família – para o público – escolas e governo (SOMMER et al., 2015).

A partir dos anos 2010, os esforços para criar uma resposta verdadeiramente multissetorial em torno da questão da pobreza menstrual passaram a atrair um número crescente de partes interessadas, tanto no contexto interno dos países de baixa e média renda, como no âmbito internacional, contribuindo para a criação de uma agenda global do GHM. Com isso, os encontros de profissionais focados exclusivamente em GHM ficaram mais frequentes. Em 2011, a OMS e a UNICEF organizaram uma reunião de especialistas para formular as metas de WASH pós-2015 e os seus indicadores correspondentes, como parte do esforço contínuo para acompanhar o progresso em água potável e saneamento desde 1990. Nesta reunião, a menstruação foi inserida como pauta pela primeira vez. No mesmo ano, o Programa Conjunto de Monitoramento do UNICEF e da OMS decidiu pressionar para que a GHM fosse incorporada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que teria início em 2015. Esta agenda compartilhada identificaria as metas para a sociedade global pudesse alcançar o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável para todos, decisão que marca um compromisso de alto nível com a GHM (ONU, 2015; BOBEL, 2018).

Através dos esforços de Archana Patkar, a menstruação foi centralizada como peça-chave para a programação e na agenda política do WSSCC. Ao iniciar campanhas de educação pública e trabalhar de forma conjunta com ONGs internacionais, o WSSCC se concentrou na eliminação do estigma e em treinamentos extensivos sobre a GHM, indo no sentido contrário de muitas outras agências que reduziram suas iniciativas ao acesso a produtos. Em 2012, a agência da ONU adotou a “pulseira da menstruação”, um símbolo cujas miçangas e cores representam o ciclo menstrual, e que passou a estar presente em relatórios, comunicações e treinamentos do WSSCC, sendo posteriormente adotada por outras organizações e formuladores de políticas atuantes na área da gestão da higiene menstrual (ESSITY, 2019).

Em 2013, o ativismo menstrual ganha maior amplitude com a criação do Dia Internacional da Higiene Menstrual pela ONG alemã WASH United, uma data dedicada para dar visibilidade aos esforços de ativistas para acabar com o estigma e aumentar a conscientização acerca da menstruação. Em seguida, em 2014, a Universidade de Columbia e a UNICEF convocaram uma reunião para estabelecer uma agenda de dez anos para promover GHM nas escolas de forma segura e confortável. A reunião foi denominada “GHM em Dez: Avanço da Agenda GHM nas Escolas” e envolveu 40 representantes de ONGs, agências da

ONU, agências doadoras, setor privado e instituições acadêmicas. A definição de uma visão compartilhada e de prioridades comuns e abrangentes de diversas áreas nesta ocasião demonstra o caráter colaborativo e interdisciplinar que vem caracterizando o processo de transnacionalização do ativismo menstrual desde o início do século XXI (BOBEL, 2018).

A partir daí, o tema da menstruação começou a chamar cada vez mais a atenção da grande mídia. O ano de 2015 foi marcado pela galvanização do ativismo nos Estados Unidos, onde surgiu, e em outros países europeus, sendo chamado por diversos veículos de comunicação como “o ano da menstruação”. As mídias sociais tiveram importância fundamental nesse processo. Conforme o interesse no ativismo menstrual crescia e se institucionalizava nos países desenvolvidos por meio de mudanças políticas e legais, as ações voltadas para este propósito em países de baixa e média renda eram cada vez mais impulsionadas (ROSTVIK, 2019; BOBEL; FAHS, 2020a; WEISS-WOLF, 2017).

De acordo com Bobel (2018, p. 55, tradução nossa), sem dúvida, havia uma sinergia transnacional global em ação à medida em que o movimento se expandia”. Além do crescimento exponencial de organizações e intervenções focadas na Gestão da Higiene Menstrual, a atuação conjunta nesta área deu origem às redes globais de GHM, como Menstrual Hygiene Alliance (MH Alliance) e o Menstrual Health Hub (MH Hub), ambas criadas em 2017 (BOBEL, 2018). A primeira é uma parceria entre as ONGs internacionais Simavi, Global Citizen e WASH United, que busca “catalisar o progresso na gestão da higiene menstrual e capacitar mulheres e meninas” (ONU, 2018). Já o MH Hub é “a primeira rede digital e plataforma de conhecimento do mundo que une e fortalece a comunidade menstrual global” (MENSTRUAL HEALTH HUB, 2023).

Em 2018, a Comissão da ONU Sobre a Situação das Mulheres incluiu, pela primeira vez, o tema da menstruação nas suas “Conclusões Acordadas”, o documento que define os principais passos para superar desigualdades, as barreiras e discriminações enfrentadas por mulheres em todo o mundo. Uma das necessidades citadas pelo documento é a “tomada de medidas para promover práticas educativas e de saúde com o objetivo de fomentar uma cultura na qual a menstruação seja reconhecida como saudável e natural e na qual as meninas não sejam estigmatizadas com base nisso” (ONU MULHERES, 2018).

Já em 2019, foi destacada a importância de medidas para lidar com o estigma menstrual e o fornecimento de saneamento adequado para realização da higiene menstrual nas escolas na ocasião da Revisão da Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, documento que resultou da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher com objetivos estratégicos em

doze áreas prioritárias de preocupação relativas à mulher e a desigualdade de gênero. A partir daí, a saúde menstrual foi formalmente inserida na agenda internacional como uma questão de igualdade de gênero em escala global, tendo sido incluída nas políticas nacionais de diversos países, como a Índia, Uganda, Níger, Quênia, Senegal, entre outros (THE CASE FOR HER, 2020; BOBEL, 2018).

#### 4.2.1 Gestão da Higiene Menstrual e o Enquadramento da Pobreza Menstrual

A fim de chamar a atenção para a problemática da pobreza menstrual, o enquadramento ou “framing” foi uma ferramenta essencial para os ativistas inseridos na área de GHM (SOMMER et al, 2015; BOBEL, 2018), tendo em vista a importância desta estratégia para o ativismo social. Esse conceito passou a ser utilizado no contexto dos movimentos sociais a partir do trabalho de Snow et al. (1986). De acordo com os autores (SNOW et al., 1986, p. 464) ao atribuir significado aos eventos, o enquadramento está presente em todas as sociedades para organizar as experiências individuais ou coletivas e direcionar a ação. Contudo, ao tratar-se da ação coletiva, o enquadramento é utilizado, sobretudo, para atrair apoiadores e chamar a atenção da mídia (TARROW, 2005).

Segundo Polleta e Jasper (2001, p. 291), os enquadramentos não tratam apenas de como os problemas devem ser entendidos, mas que tipo de soluções devem ser propostas. Muitas vezes, o enquadramento é feito em termos de certo e errado, a fim de apelar para princípios compartilhados. Quando bem-sucedidos, demonstram como uma determinada condição não é natural e resulta em situações consideradas injustas, além de convencer a audiência da eficácia da agência coletiva para mudar estes cenários. Com isso, os enquadramentos auxiliam a estabelecer as identidades do movimento, fazendo a distinção entre “nós” e “eles” e identificando as partes responsáveis pelas injustiças apontadas. É nesta perspectiva que Chocano (2017, p. 13, tradução nossa) conclui que “enquadrar é poder: determina o que deve receber atenção e o que não deve”.

Assim, no âmbito da política internacional, os ativistas e as redes transnacionais se utilizam do enquadramento para tornar as questões trabalhadas por elas compreensíveis para o público-alvo, para atrair a atenção para a sua causa e “encaixá-la” em espaços institucionais favoráveis. Através dessa prática, os membros da rede trazem as questões para a agenda pública e transformam a compreensão de outros atores sobre suas próprias identidades e interesses (KECK; SIKKINK, 1998). É importante notar, no entanto, que os ativistas nunca estão

totalmente livres para enquadrar as questões como desejam, pois podem gerar desvantagens estruturais com os governantes e a mídia: em relação aos governantes, embora o enquadramento possa gerar uma vantagem temporária sobre as autoridades, as elites políticas são rápidas em atacar a legitimidade das causas defendidas por essas redes em nome dos valores domésticos. Enquanto isso, a mídia, como representante dos gostos de seus leitores e buscando preservar sua fatia de mercado, podem não engajar com – e até desmoralizar – as reivindicações feitas pelas redes (TARROW, 2005).

Tratando-se do ativismo menstrual, o papel do enquadramento é particularmente saliente ao considerar o estigma que cerca menstruação em muitos contextos no mundo de baixa, média e alta renda. Nesse sentido, a existência de fortes tabus exige que, em algumas situações, os atores que trabalham pela causa desenvolvam mensagens cuidadosamente redigidas sobre menstruação e GHM e que levem em consideração a sensibilidade cultural local (SOMMER et al., 2015). De acordo com Bobel e Fahs (2020a), o ativismo menstrual da atualidade se utiliza de três enquadramentos principais para colocar suas questões e prioridades na agenda política internacional: a equidade de gênero, a saúde pública e os direitos humanos. As subseções a seguir tratarão de cada uma delas.

#### 4.2.1.1 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir da Igualdade de Gênero

A igualdade de gênero é a raiz de muitas das intervenções focadas em GHM, considerando a importância distribuição de recursos de forma equitativa em um sistema social que trata o corpo masculino como o padrão. Conforme anteriormente abordado, a GHM coloca o acesso a produtos e infraestrutura para realizar a higiene menstrual como fator essencial para reduzir a desigualdade de gênero na educação, considerando seus diversos reflexos em outras áreas e estatísticas diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, o enquadramento da equidade de gênero não reuniu apenas atores que tem este como seu objetivo primário, mas outros setores interessados em fornecer produtos menstruais de forma acessível, fazendo surgir uma indústria de FemTech voltada para gerar designs mais versáteis e sustentáveis para que mulheres e meninas possam manejar seu fluxo menstrual.

#### 4.2.1.2 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir da Saúde Pública

Por outro lado, a Gestão da Higiene Menstrual vem sendo frequentemente enquadrada como uma questão de saúde pública. Tendo em vista que a defesa à saúde já é tida como um

bem público firmemente estabelecido, os dados que demonstram os impactos na saúde física e psicológica de meninas e mulheres que estão em situação de pobreza menstrual alarmaram os pesquisadores e ativistas, que passaram a buscar “corrigir” a desatenção histórica à menstruação na área da saúde. Além disso, o enquadramento com base na saúde pública envolveu os membros da comunidade médica, que ampliaram o quadro de análise para tratar do ciclo menstrual como um todo. Porque o ciclo menstrual e ovulatório é tão importante para a saúde feminina de uma forma geral, vários pesquisadores e defensores da saúde tem se referido a ele como o “quinto sinal vital” (BOBEL; FAHS, 2020; ZIVI, 2020).

Ainda tratando de saúde pública, a menstruação tem sido frequentemente relacionada com a higiene. Este tipo de enquadramento permite desviar o tema da menstruação dos estigmas que a cercam e da sua associação com outros fenômenos corporais, como a reprodutividade e a sexualidade. Um exemplo desse enquadramento é o caso da Índia, que tem sido um grande foco de iniciativas voltadas para a GHM desde o início dos anos 2000. Apesar dos fortes tabus relacionando a menstruação com impureza, o país asiático é um local propício para as intervenções na área de higiene, tendo em vista que o fim da defecação a céu aberto e a campanha para lavar as mãos são prioridades antiga da sua política nacional. Desta forma, as campanhas relacionadas à GHM tem sido relacionadas com outros tópicos de higiene e saúde pública, inclusive pelo governo indiano (BOBEL, 2018). As Diretrizes Nacionais sobre Gestão da Higiene Menstrual de 2015, por exemplo, trata a menstruação como um processo natural que torna as garotas vulneráveis, chamando a atenção para a necessidade de infraestruturas de WASH para a realização da sua higiene menstrual de forma digna (MINISTÉRIO DE ÁGUA E SANEAMENTO DO GOVERNO DA ÍNDIA, 2015).

#### 4.2.1.3 Enquadramento da Pobreza Menstrual a Partir dos Direitos Humanos

Por fim, o ativismo menstrual da atualidade invoca a linguagem dos direitos humanos em suas reivindicações. Neste tipo de enquadramento, os ativistas costumam apelar para a universalidade da experiência da menstruação, o que ressoa entre mulheres e meninas em diferentes lugares e contextos. Através da descrição dos desafios que meninas e mulheres em situação de pobreza menstrual enfrentam com água, saneamento e materiais inadequados, este apelo fornece uma maneira de se conectar à linguagem dos direitos humanos e força o diálogo em torno de um tópico que é tipicamente visto como tabu (SOMMER et al., 2015; BOBEL; FAHS, 2020).

Os ativistas, portanto, se utilizam dos ideais e dos documentos de direitos humanos enquanto também buscam o apoio de organizações e instituições da área a fim de adereçar os desafios que mulheres menstruadas enfrentam. Ao relacionar a GHM com os direitos humanos – sejam aqueles ligados à água e saneamento, o direito a privacidade, à saúde ou à educação de qualidade – este tipo de enquadramento coloca em jogo a própria dignidade humana. O relatório sobre o direito à água potável e ao saneamento, enviado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU pela Relatora Especial Catarina de Albuquerque (2012), por exemplo, explicita como estigma associado a condições econômicas precárias consistem em claras violações aos direitos humanos (ALBUQUERQUE, 2012; ZIVI, 2020).

Este capítulo demonstrou que o ativismo menstrual é um movimento complexo e heterogêneo, que passou por sucessivas transformações até chegar à ao âmbito internacional. Ao encontrar um campo de interesse comum com setores de atuação global, como o setor de Água, Higiene e Saneamento e os setores de Saúde e Educação, a vertente da GHM foi responsável por inserir as questões que já vinham sendo tratadas no ativismo menstrual anteriormente, porém de forma localizada, para a agenda política internacional – tais como o estigma em torno da menstruação e a intersecção da experiência menstrual com as subjetividades de raça, classe e sexualidade das pessoas que a vivenciam. Nesse processo, o ativismo menstrual conseguiu engajar importantes atores, tomar iniciativas e formar coalizões com agentes preocupados com a questão da pobreza menstrual e o seu impacto sobre a vida e as oportunidades de mulheres e meninas ao redor de todo o mundo, tornando-se um dos movimentos internacionais de maior proeminência nos últimos anos. Como em qualquer movimento de ativismo transnacional, no entanto, alguns atores foram mais importante do que outros para que isto acontecesse. Nesta perspectiva, o próximo capítulo discorrerá sobre o Dia Internacional da Higiene Menstrual.

## 5 DIA INTERNACIONAL DA HIGIENE MENSTRUAL

O presente capítulo busca analisar o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual a partir do estudo da rede de ativismo que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual. De acordo com Keck e Sikkink (1998, p. 24), as estratégias utilizadas pelas redes de ativismo transnacionais podem ser classificadas em quatro tipos: 1) política da informação; 2) política simbólica; 3) política da incidência ou “*leverage*” e 4) política da responsabilização. Assim, a primeira seção do capítulo irá apresentar as principais características desta rede de ativismo e, nas seções subsequentes, as estratégias utilizadas por ela serão descritas de acordo com o quadro conceitual desenvolvido pelas autoras.

### 5.1 O Dia Internacional da Higiene Menstrual como uma Rede de Ativismo Feminista Transnacional

O Dia Internacional da Higiene Menstrual (*Menstrual Hygiene Day* ou MH Day) é um evento organizado por uma plataforma global de ativismo que visa “até 2030, criar um mundo onde ninguém seja deixado para trás porque menstrua. Isso significa um mundo em que a menstruação pode ser gerenciada com segurança, higiene, confiança e sem vergonha” (MH DAY, 2023a, tradução nossa). Mais especificamente, o MH Day tem como objetivo (1) quebrar o silêncio, aumentar a conscientização e mudar as normas sociais negativas em torno de GHM e (2) envolver os tomadores de decisão para aumentar a prioridade política e catalisar ações para GHM nos níveis global, nacional e local. Em 2022, a coalizão alcançou um total de 910 parceiros ao redor de todo o mundo, que variam entre ONGs, agências e instituições internacionais (tais como UNICEF, UNFPA e o Banco Mundial), ministérios governamentais e empresas privadas (MH DAY, 2022).

Como uma forma de unificar a mobilização em torno da higiene menstrual e chamar a atenção para as suas reivindicações, o Dia Internacional da Higiene Menstrual (DIHM) tem sido celebrado por parceiros e apoiadores todos os anos no dia 28 de maio. A plataforma, e consequentemente, a data, surgiu em 2014, como uma iniciativa da ONG alemã Wash United (WU), voltada para o setor de água, saneamento e higiene com foco principal na higiene menstrual (WASH UNITED, 2023a). Frente à movimentação internacional nos setores de Água, Saneamento e Higiene, Saúde e Educação na primeira década dos anos 2000, com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero na educação, e Wash United notou a necessidade



de uma frente coletiva para fortalecer os esforços de GHM. Através da campanha #MENSTRAVAGANZA nas mídias sociais, em 2013, foram dedicados 28 dias para discutir aspectos relacionados ao estigma e à pobreza menstrual. Os organizadores combinaram a tendência dos bigodes<sup>9</sup>, uma moda da época, com questões estruturais masculinas. Assim, a campanha fazia o seguinte questionamento: “se as mulheres também podem ter bigodes, não podemos todos falar sobre menstruação?” (BOBEL, 2018).

A campanha serviu como um balão de ensaio para o evento anual, que logo atraiu engajamento de outras organizações, e consolidou a coalizão internacional que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Desta forma, os parceiros e organizações que atuam na área trabalham conjuntamente fazendo campanhas nas mídias sociais, divulgando novos relatórios e dados sobre o assunto e aproveitam o alcance da mídia para compartilhar a mensagem de combate ao estigma com o público em geral. Além disso, os parceiros do Dia da Higiene Menstrual realizam atividades que variam de eventos voltados para a comunidade – shows, palestras e sessões educacionais em escolas, e comícios – ao lobby direto com governos para aumentar a prioridade política do GHM e criar campanhas internacionais de doações e distribuição de produtos (MH DAY, 2023c).

A Wash United é responsável por coordenar a rede de parceiros do MH Day e atua como Secretaria Internacional da plataforma. Entre as suas atribuições, estão a estratégia geral e direção, a criação e divulgação de conteúdo para a campanha anual do MH Day e outras campanhas em andamento; a comunicação externa e representação do MH Day (em conferências e outros eventos do setor); parcerias estratégicas e captação de recursos, monitoramento e relatórios. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelo MH Day em cada país são coordenadas por seus parceiros locais (MH DAY, 2023b). Nesta perspectiva, o Dia Internacional da Higiene Menstrual é mais uma das práticas do repertório do ativismo menstrual de escopo global, no qual organizações e indivíduos de diferentes países se articulam em formato de redes, transcendendo as fronteiras domésticas, em defesa de mulheres e meninas que tem seus direitos negados em razão dos desafios relacionados à pobreza menstrual. Esta seção, portanto, procura analisar a coalizção que deu origem ao MH Day como uma Rede de Ativismo Transnacional.

---

<sup>9</sup> A tendência dos bigodes ou “*mustache mania*”, como é chamada em inglês, viralizou entre os anos de 2012 e 2013. Esta tendência surgiu como resultado da campanha “Movember”, na qual homens deixavam de raspar as suas barbas para chamar a atenção às questões de saúde masculina, fazendo com que o bigode ganhasse popularidade nos itens de moda e decoração entre homens e mulheres.

Em primeiro lugar, é importante considerar que as redes de ativismo, de forma geral, são caracterizadas por padrões de troca e comunicação voluntárias e nas quais os valores e princípios compartilhados são a base de suas ações. Os participantes destas redes muitas vezes são especializados em áreas temáticas relevantes para a causa defendida, e através de relações que são fluidas e abertas, defendem mudanças políticas que não podem ser facilmente vinculadas aos seus interesses – isto é, são substitutos para pessoas ou ideias (KECK; SIKKINK, 1998). Em consonância com este padrão, o Dia Internacional da Higiene Menstrual atua em defesa de meninas e mulheres que tem direitos e oportunidades negadas em razão do estigma, da falta de educação sobre a menstruação e o acesso à itens e infraestrutura para realizar sua higiene menstrual (MH DAY, 2023b).

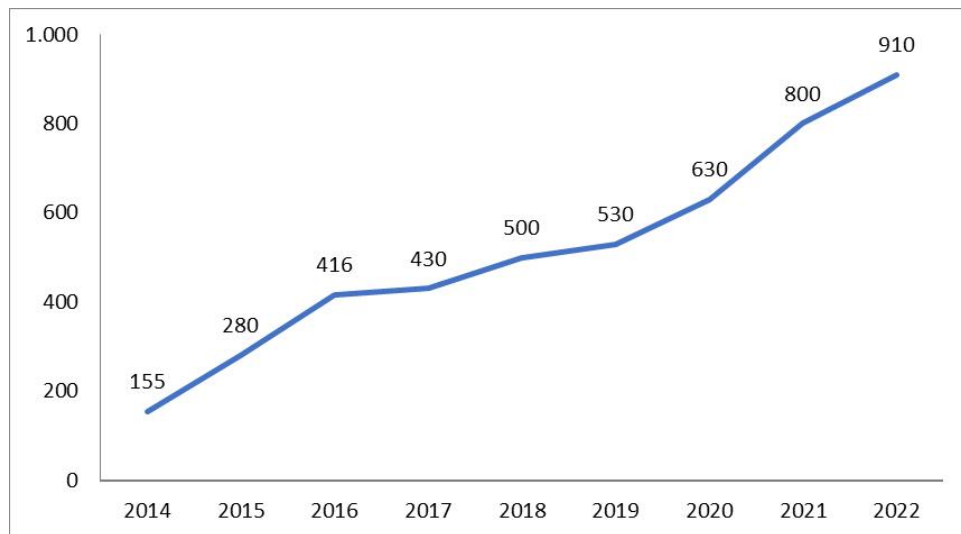
Ao mesmo tempo, as organizações parceiras fazem parte de uma rede de compartilhamento de informações, notícias, pesquisas e eventos variados que ocorrem no setor e conectam-se com outros parceiros, tanto no âmbito doméstico como internacional (MH DAY, 2023c). Essa conexão pode ser entendida como uma via de mão dupla: enquanto a construção de vínculos com organizações locais permite que o movimento receba e monitore informações de uma ampla variedade de países a baixo custo, os grupos locais veem nos contatos internacionais uma oportunidade de divulgar suas informações e garantir apoio ao seu trabalho (KECK; SIKKINK, 1998). Nessa perspectiva, a organização transnacional do MH Day, assim como em outras redes, não é um processo unidirecional. Os benefícios, sejam eles novas ideias ou recursos materiais, são revertidos tanto para os ativistas e organizações locais, como para os estrangeiros, que atuam na arena transnacional (SPERLING et al., 2001).

Entre os 910 parceiros do Dia Internacional da Higiene Menstrual, a vasta maioria são ONGs de países de todos os continentes, principalmente na região da África Subsaariana e na Índia (JURGA, 2023). Em relação ao foco de atuação destes parceiros, nem todos se restringem apenas à higiene menstrual; abrangendo temas como os direitos humanos, assistência médica, saúde feminina, água e saneamento, desenvolvimento, defesa das crianças, direitos das mulheres, educação, entre muitos outros. Como mostrado no primeiro capítulo, os atores envolvidos nas redes transnacionais de ativismo são variados, podendo incluir, além das ONGS nacionais e internacionais, organizações de pesquisa e defesa, movimentos sociais, fundações, sindicatos, agências governamentais e empreendimentos sociais. Contudo, as ONGs são os principais *players* das redes de ativismo, introduzindo novas ideias, fornecendo informações

mais especializadas e sendo as responsáveis diretas por pressionar os atores mais poderosos a assumir compromissos (KECK; SIKKINK, 1998).

Assim, as conexões geradas pelas redes e, especialmente, pelas ONGs, é uma das características essenciais para o seu funcionamento. À medida que o networking se torna um repertório de ação que se difunde transnacionalmente, a facilidade de gerar pontes entre as organizações e indivíduos interessados torna-se cada vez maior (KECK, SIKKINK, 1998, p. XX). Desta forma, a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual vem crescendo exponencialmente desde a sua primeira edição, em 2014. Após o impulso inicial gerado pela #MENSTRAVAGANZA, em 2013, o movimento surgiu com um total de 155 parceiros, alcançando 500 membros em 2018. O gráfico 1 demonstra a evolução do movimento nos últimos anos. Em 2023, o número de parceiros quase dobrou de tamanho em relação à 2018 e apresentou um crescimento de 14%, se comparado a 2021 (MH DAY, 2023d).

Gráfico 1 - Evolução do Número de Parceiros do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022)

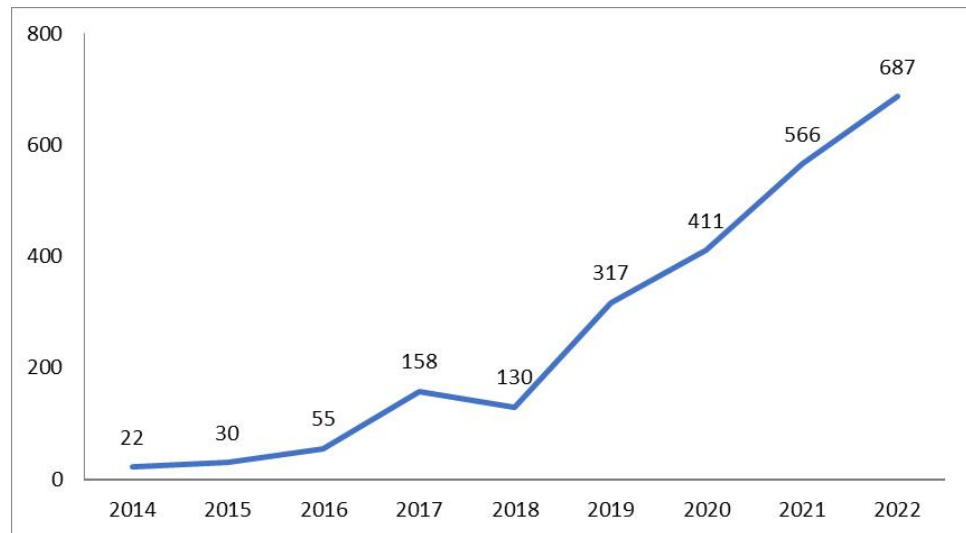


Fonte: MH Day (2023).

De acordo com Keck e Sikkink (1998), os ativistas formam redes quando acreditam que isso vai favorecer suas missões organizacionais – compartilhando informações, obtendo maior visibilidade, tendo acesso a diferentes públicos e multiplicando os canais de acesso institucional – e geralmente, em torno de reivindicações específicas. De fato, a formação de uma rede transnacional de parceiros dedicados a levar a GHM ao topo da agenda política trouxe mudanças relevantes em uma série de países. Os dados disponibilizados pelo site do MH Day (2023) demonstram que, entre 2014 e 2022, o impacto da campanha do Dia da Higiene

Menstrual aumentou de 20 milhões de pessoas, no seu primeiro ano, para mais de 687 milhões de pessoas em 2022 (gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do Número de Pessoas Alcançadas Pela Campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022)



Fonte: MH Day (2023).

Ademais, cada vez mais organizações, governos e indivíduos estão abordando a questão da menstruação. Como parte do seu trabalho de monitoramento e divulgação de informações, o MH Day tem divulgado notícias sobre os avanços relacionados a GHM em diversos países. Seguindo o exemplo de países como Nova Zelândia e Escócia, na Malásia, o Ministério da Saúde definiu que serão distribuídos absorventes menstruais gratuitos para combater a pobreza menstrual (BERNAMA, 2022). O mesmo direito foi concedido às estudantes pelo governo da Austrália (9NEWS, 2022). Na Espanha, as trabalhadoras têm direito a licença médica quando sentirem fortes dores menstruais (EXAME, 2023). Na Itália, o governo aprovou uma redução na taxa de produtos menstruais de 10% para 5% como parte do crescente movimento para o fim dos impostos sobre produtos menstruais (EUROCOMUNICAZIONE, 2023).

Nesse sentido, percebe-se que o Dia Internacional da Higiene Menstrual tem funcionado como uma poderosa ferramenta para mudar normas institucionais ao pressionar atores-alvo para que adotem novas políticas. Ao tentar maximizar sua influência sobre os alvos de suas ações, as redes contribuem para mudar as percepções que os atores têm de suas identidades, interesses e preferências, a fim de mudar sua posição discursiva, e conseqüentemente, os procedimentos, políticas e comportamentos destes atores (KECK; SIKKINK, 1998). Ao mesmo tempo, ao buscar garantir o direito de mulheres e meninas em relação à sua saúde e higiene menstrual, o

MH Day tem sido um agente fundamental para trazer a política de gênero para os contextos locais e globalizar as lutas locais (ERTÜK, 2006). Portanto, a rede que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual pode ser não apenas descrita como uma Rede de Ativismo Transnacional, mas uma Rede de Ativismo Feminista Transnacional. As seções a seguir procuram categorizar as ações do MH Day a partir estratégias utilizadas pelas redes transnacionais de ativismo com o intuito de chamar a atenção para as suas reivindicações.

### 5.1.1 Política da Informação

A informação é o elemento central das redes de ativismo transnacionais, tanto para o seu funcionamento interno, como para a projeção externa de suas reivindicações e para a garantia da eficácia de suas ações no âmbito da política internacional. Internamente, a troca de informação é responsável por unir os membros da rede e ocorre, na maioria das vezes, de maneira informal; seja por telefonemas, e-mails, boletins informativos ou panfletos. Ao remover o monopólio da informação do controle estatal, esses meios de comunicação informais permitem a circulação de informações que não estariam disponíveis e de fontes que não seriam ouvidas pelos meios convencionais (KECK; SIKKINK, 1998, p. 28).

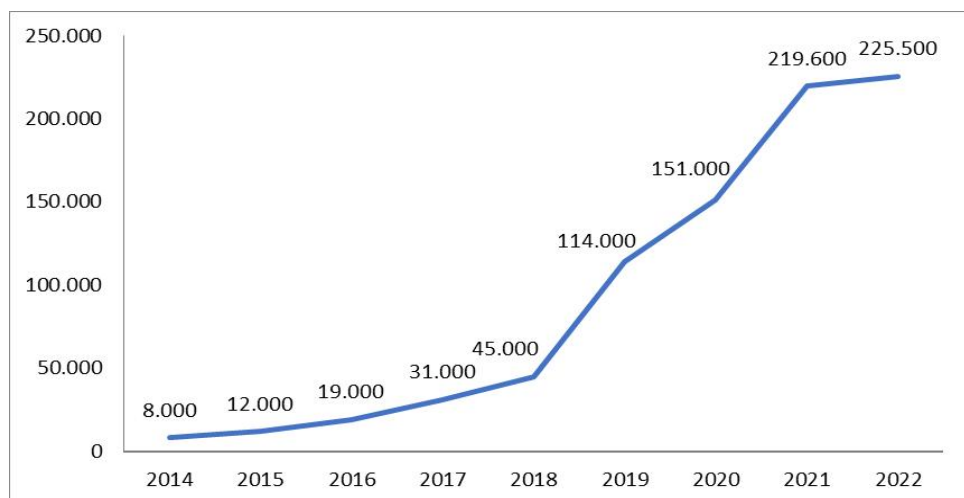
A produção de *newsletters*, boletins informativos, relatórios sobre políticas relacionadas ao GHM em diversos países mantém os parceiros do MH Day informados e une ativistas que estão geograficamente distantes. Este tipo de comunicação foi de especial importância para a concretização do primeiro Dia Internacional da Higiene Menstrual, em 2014, que contava com 145 parceiros. Os coordenadores regionais da campanha conseguiram reunir parceiros de diferentes setores para organizar eventos e atividades, formando coalizões que envolviam ONGS, empreendimentos sociais e agências governamentais em lugares como Kwale (Quênia), Nova Iorque e Washington (Estados Unidos), Odisha (Índia), Sheffield (Reino Unido) e Kampala (Uganda). Através destes eventos, os membros da rede “coordenaram a ação, elevaram a conscientização e o alcance da campanha, fortaleceram iniciativas políticas, dando uma poderosa voz local à questão” (MH DAY, 2015).

Ademais, não apenas as atividades organizadas pelo movimento do Dia Internacional, mas as ações dos parceiros são reunidas e disponibilizadas em um único local, facilitando o acesso à informação e a conexão entre parceiros situados em diferentes países. Uma prática comum aos parceiros da rede é a produção de palestras e conferências online. O Dia Internacional da Higiene Menstrual de 2018, por exemplo, foi marcado por uma série de *webinars* produzidas por organizações parceiras, como a Wash United, Simavi, World Vision

e GIZ, a fim de prover informações, conectar especialistas e gerar um fórum para compartilhar conhecimentos e experiências. Nesta ocasião, foram 650 participantes entre representantes da sociedade civil, setor privado, ONGs parceiras e agências das ONU (MH ALLIANCE, 2018). Com o sucesso desta iniciativa, a ação foi estendida para as campanhas dos anos seguintes (2019, 2020 e 2021) e incentivaram o desenvolvimento de encontros voltados para regiões específicas, como foi o caso da Semana da Higiene Menstrual para o Leste Asiático, em 2021 (UNICEF, 2021).

Por outro lado, quando voltados para o meio externo, estes meios de comunicação informais – principalmente através das mídias sociais – permitem que as redes alcancem um público muito mais amplo e disperso, ganhando influência como fontes alternativas de informação (KECK; SIKKINK, 1998, p. 26). Considerando que o Dia Internacional da Higiene Menstrual é resultado de uma campanha desenvolvida na internet, esta rede se esforça para que, anualmente, no dia 28 de maio, cada vez mais pessoas sejam alcançadas através de diferentes redes sociais. Para isso, o MH Day também conta com o engajamento de diferentes atores, como formuladores de política, empresas privadas, personalidades públicas e *influencers* para divulgar as ações de seus membros e as reivindicações desta rede de ativistas. De acordo com o relatório de impacto global do MH Day (2023), a campanha de 2022 gerou mais de 225 mil contribuições nas redes sociais (sem considerar as interações em postagens, como reações, comentários e compartilhamentos), dado que representa um crescimento de 28 vezes desde 2014 (gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução das Contribuições nas Mídias Sociais sobre a Campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual (2014-2022)



Fonte: MH Day (2023).

Nessa perspectiva, o Dia Internacional da Higiene Menstrual, assim como o ativismo menstrual de forma geral, ganhou forte impulso com as conexões proporcionadas pela globalização. Apesar de que a criação de uma identidade coletiva entre ativistas de diferentes cenários sociais e culturais ainda seja um desafio comum às redes de ativismo transnacionais, a globalização é capaz de fornecer novos incentivos, causas de resistência e interpretações para questões já existentes (TARROW, 2005, p. 4-5). Portanto, o desenvolvimento de eventos e atividades *online* demonstra uma coesão crescente entre os parceiros, que ministram e participam de treinamentos conjuntos, desenvolvem práticas comuns e trabalham em soluções concretas para as questões relacionadas à higiene menstrual.

As redes também se esforçam para atrair a atenção e estabelecer colaborações com a imprensa como parte da política da informação. Neste sentido, o MH Day acompanha de perto o engajamento da mídia local e internacional com relação aos desafios enfrentados por meninas e mulheres em situação de pobreza menstrual, inovações e tecnologias relacionadas ao acompanhamento e a educação sobre o ciclo menstrual, além de políticas adotadas por governos nacionais em torno do tema. Em 2022, foram mais de 14.670 artigos de notícias ligados ao Dia Internacional da Higiene Menstrual – em sua maioria, anúncios sobre comprometimentos de ação e investimento na área de GHM em diversos países, além de artigos de opinião e divulgação de dados estatísticos (MH DAY, 2023d).

No Brasil, a Intimus, marca de absorventes pertencente ao grupo multinacional Kimberly-Clark, lançou a campanha #MenstruaçãoSemCensura como uma ação do Dia Internacional da Higiene Menstrual de 2022. Com apoio da ONG Plan International, a marca se comprometeu a distribuir 1 milhão de absorventes para meninas e mulheres em todo o país, ao mesmo tempo em que promove mesas redondas com jovens de escolas públicas para abordar questões como hábitos de higiene menstrual, questionar estigmas e promover a educação sobre o ciclo menstrual (FLACH, 2022). Sendo assim, o Dia Internacional da Higiene Menstrual vem sendo o principal foco de atenção em torno da GHM nos últimos anos. De acordo com o MH Day (2023, p. 8, tradução nossa), o movimento “afasta os tabus e o estigma da sociedade, aumenta a relevância política e catalisa a ação para o problema da GHM”.

Por fim, as informações geradas pelas redes não abordam apenas fatos, mas colocam o foco em testemunhos – ou seja, trazem relatos de pessoas cujas vidas foram afetadas. Essas histórias são apoiadas pelos dados técnicos e estatísticos, ao mesmo tempo que os sustentam e ajudam a envolver o público com a causa defendida para alcançar mudanças políticas (KECK; SIKKINK, 1998). Como apontado anteriormente, este artifício foi especialmente importante

para o ativismo menstrual, tanto na sua fase inicial, como na transnacionalização do movimento. Assim, as histórias de meninas e os desafios que enfrentam para realizar a higiene menstrual são produzidas e divulgadas em diversos meios: curtas metragens, em relatórios de ONGs, no marketing de empresas globais e de empreendimentos sociais e nas redes sociais (SOMMER et al., 2015).

Esta abordagem tem sido utilizadas com frequência pelo MH Day e pelos seus parceiros como parte da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual, ocasião em estes relatos ganham destaque em grandes veículos de mídia. Como parte da campanha de 2021, a Plan International e a Fundação Inua Dada, dois parceiros do MH Day, colaboraram para produzir o vídeo “Rewrite Her Story” (“Reescreva a História Dela”). A iniciativa traz o relato de Yasmin Muhammad, seus desafios frente à falta de acesso a produtos e educação sobre a higiene menstrual ao longo da adolescência e sua jornada de empoderamento até a sua própria iniciativa para ajudar outras meninas lidando com estas questões na comunidade de Kibra, no Quênia (PLAN INTERNATIONAL, 2021). Este caso exemplifica não apenas como o MH Day, como uma rede de ativismo transnacional, é capaz de conectar diferentes organizações por objetivos comuns, mas como se utiliza da política da informação para galvanizar a ação em torno de suas reivindicações e engajar o público.

Nesse sentido, percebe-se que o papel estratégico da informação que caracteriza as redes de ativismo transnacionais também é explorado pelo MH Day. Dentre as táticas adotadas, os numerosos enquadramentos do fenômeno da menstruação, que começaram a emergir dos novos atores que se mobilizaram em torno da GHM, foram essenciais para a crescente conscientização relacionada ao assunto nos últimos anos (SOMMER et al., 2015). Como apontado por Bobel e Fahs (2020), alguns tipos comuns de enquadramento utilizados pelo ativismo menstrual são o encaixe da menstruação como uma questão de igualdade de gênero, saúde pública e direitos humanos. Estes três tipos de *frames* também aparecem nos materiais, eventos e atividades organizados pelo MH Day e estão frequentemente interligados.

Através de infográficos, relatórios e outros materiais informativos divulgados através das suas redes sociais, como posts e vídeos no youtube, a plataforma de ativismo procura demonstrar os impactos da pobreza menstrual sobre as oportunidades e desenvolvimento de meninas e mulheres ao redor de todo o mundo, apoiando-se em informações estatísticas. A página inicial do site afirma “é inaceitável que, devido a uma função corporal natural, mulheres e meninas continuem sendo impedidas de obter educação, ganhar uma renda e participar plena



e igualmente da vida cotidiana [...]” (MH DAY, 2023a, tradução nossa), enquadrando a higiene menstrual com um aspecto essencial para a igualdade de gênero. Já a campanha produzida para o Dia Internacional da Higiene Menstrual de 2014 informa que a GHM é fundamental para a garantia da saúde, educação, direitos humanos e até mesmo para a proteção do meio ambiente. Em relação à saúde pública, por exemplo, o informativo explicita que “muitas meninas e mulheres usam materiais impróprios, como panos velhos, folhas secas, cinzas, areia, meias, grama ou jornal, pois não tem acesso a produtos e instalações sanitárias higiênicos, acessíveis e seguros” (MH DAY, 2014).

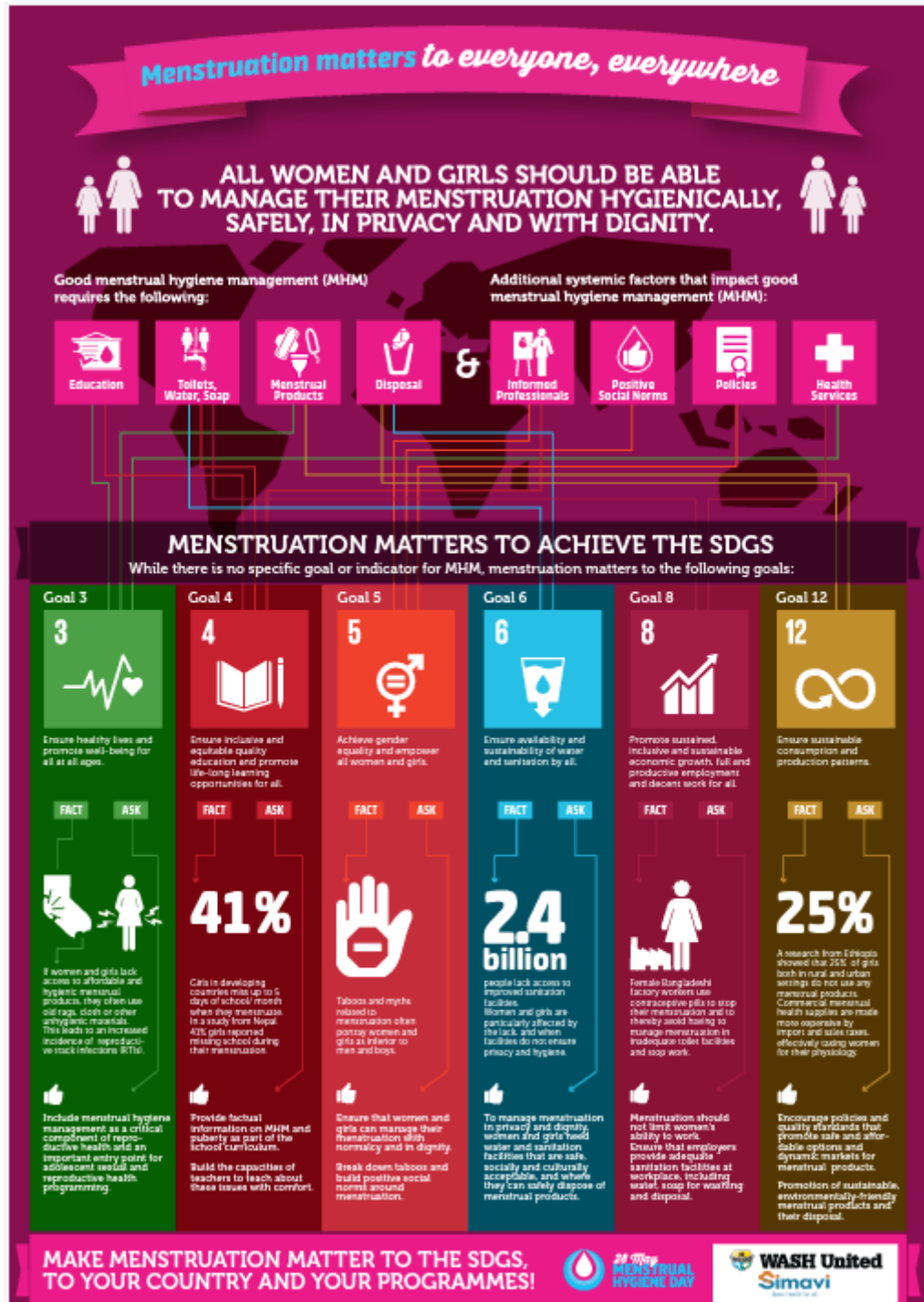
Em relatório produzido pela Wash United e pela Human Rights Watch (2017), divulgada pelo MH Day, a higiene menstrual é associada a diversos direitos humanos, como água e saneamento, saúde, educação, trabalho e o direito humano à não discriminação e à igualdade de gênero. Ao realizar este enquadramento, o MH Day atribui peso político à sua causa, uma vez que a maioria dos Estados fazem parte de tratados internacionais que estabelecem a garantia dos direitos das pessoas que vivem dentro de seu território como uma obrigação dos governos nacionais. Assim, faz uma apologia direta aos compromissos legalmente vinculativos e ratificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como em uma série de outros tratados que se seguiram.

Vale mencionar, ainda, que a menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 tem sido uma das diversas maneiras que a coalizão do MH Day encontrou para abordar a relação da menstruação com diferentes temas. Embora nenhuma das 17 metas colocadas pela agenda discuta diretamente a ocorrência biológica da menstruação, o MH Day e seus parceiros se esforçam para demonstrar os impactos da gestão e da saúde menstrual para permitir o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Sommer et al. (2021), a atenção à GHM não apenas contribui diretamente para o alcance dos ODS, mas também é impactada positivamente pelo progresso desses objetivos.

A fim de ilustrar essas conexões, a Wash United e a Simavi produziram, em conjunto, um infográfico para ser divulgado em nome do MH Day (figura 1). Os fatores necessários para uma boa gestão da higiene menstrual – entre eles, educação, fatores materiais (banheiros, água tratada e sabonete, produtos menstruais e locais de descarte adequados) e fatores sistêmicos (profissionais informados, normas sociais positivas, políticas relacionadas ao tema e serviço de saúde) – são conectados aos ODS que apresentam algum tipo ligação com eles. Neste sentido, percebe-se que a GHM está diretamente relacionada com uma variedade de temas, como a qualidade de vida e bem-estar (ODS3), a garantia de educação para todos (ODS4), o alcance da

igualdade de gênero (ODS5), garantia de água e saneamento (ODS6), a promoção do crescimento econômico sustentável e inclusivo com condições dignas para todos (ODS8) e a garantia de padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS12). A partir do estabelecimento dessas conexões, o MH Day consegue abranger diversas áreas na defesa de suas reivindicações e conquistar o apoio de um vasto público, possibilitando um crescimento exponencial no número de membros da plataforma.

Figura 1 - Infográfico: A Relação entre a Gestão da Higiene Menstrual e os Objetivos da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.



Fonte: MH Day, Wash United e Simavi (2022).

Por outro lado, o MH Day também enfrenta os estigmas e tabus relacionados à menstruação. Segundo Keck e Sikkink (1998, p. 11, tradução nossa), “os ativistas da rede podem operar estrategicamente dentro do universo mais estável de entendimentos

compartilhados, ao mesmo tempo que tentam remodelar certos significados contestados”. Como já pontuado, no ativismo menstrual, o enquadramento é de grande importância ao considerar a sensibilidade cultural da menstruação (SOMMER et al., 2015), de forma que alguns atores procuram “contornar” aspectos relacionados às normas culturais que estigmatizam a menstruação para alcançar um público mais amplo. Entretanto, o MH Day coloca esses estigmas como diretamente ligados às normas de gênero, tornando explícitos os seus efeitos sobre as oportunidades e desenvolvimento de mulheres e meninas.

A fim de chamar a atenção para o Dia Internacional da Higiene Menstrual, em 2015, a parceira WaterAid se levantou a hashtag #IfMenHadPeriods (“Se Homens Menstruassem”). Retomando o artigo satírico “*If Men Could Menstruate*”, escrito em 1987, por Gloria Steinem, a campanha produziu uma série de vídeos para demonstrar como a menstruação seria entendida caso os homens menstruassem: o sangue menstrual seria visto como um sinal de masculinidade, a menstruação seria um evento a ser celebrado, as cólicas e outros sintomas seriam levados a sério em ambientes de trabalho, pelo sistema de saúde e pelo Estado, entre outros paralelos que os vídeos constroem.

A mobilização chamou atenção para a relação intrínseca entre os estigmas em torno da menstruação e a desigualdade de gênero, além de trazer o público masculino para dentro da discussão, colocando os homens como partes responsáveis por desconstruir as normas sociais que tornam a menstruação um problema (WATERAID, 2015; THE GUARDIAN, 2015). Desta forma, a rede transnacional de ativismo do Dia Internacional da Higiene Menstrual tem se utilizado da estratégia de enquadramentos sob diversos contextos ao longo dos últimos anos, com o objetivo de quebrar o silêncio em torno da menstruação e mobilizar ações para prover informações e condições dignas para que meninas de todo o mundo possam realizar sua higiene menstrual.

### 5.1.2 Política Simbólica

De acordo com Burke (1963, p. 491, apud. BOBEL; KISSLING, 2011), uma parte essencial do que significa ser humano é a capacidade de usar não apenas a linguagem, mas símbolos e outros tipos de representação como forma de comunicação. Sendo assim, a política simbólica pode ser vista como um desdobramento da política da informação. Na abordagem de Tarrow (1994), a política simbólica é um dispositivo de enquadramento, na medida em que sinaliza interesses que podem ser mobilizados e coordenados de forma comum. Ao enquadrar

as questões, os ativistas fornecem explicações poderosas para elementos, lugares ou eventos, que, por sua vez, tornam-se catalisadores para o crescimento das redes. Nesse sentido, os símbolos representam muitas mensagens e arranjam a informação para levá-la além dos relatórios eruditos, com o objetivo de gerar impacto e alcançar mais pessoas (KECK; SIKKINK, 1998).

Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, a menstruação é um fenômeno biológico carregado de significado simbólico, uma vez que é experienciado e percebido dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Os elementos associados à menstruação – desde o próprio sangue menstrual até os itens utilizados para realizar a higiene – são tidos como sujos, impuros e constrangedores, e essas ideias estigmatizantes tem sido constantemente reforçadas pelos meios midiáticos, propagandas, rituais religiosos e configurações institucionais (JOHNSTON-ROBLEDO; STUBBS, 2012; ZIVI, 2020). Assim, a atenção às representações feitas sobre o ciclo menstrual revela como as mulheres internalizaram mensagens destrutivas sobre a feminilidade, incluindo noções de seus corpos como indisciplinados e sujos (BOBEL; KISSLING, 2011).

Com base nesse panorama, o ativismo menstrual tem se esforçado para alterar os significados associados à menstruação desde as suas primeiras manifestações, entre os anos 1960 e 1980, quando as ativistas menstruais de primeira onda se utilizaram da arte como instrumento para remodelar a menstruação como uma experiência única compartilhada por mulheres (BOBEL, 2010). A partir dos anos 1990, as chamadas “menstruadoras radicais” de terceira onda procuraram ressignificar o fenômeno da menstruação. Por meio de artes pintadas com sangue menstrual, como fizeram Vanessa Tiegs e Petra Paul, ou da prática do “*free bleeding*” (sangramento livre), no qual mulheres deixaram de utilizar quaisquer métodos de absorção de fluxo, as ativistas procuraram transformar a simbologia negativa da menstruação em algo natural do corpo feminino (PATTERSON, 2014).

Tendo em vista que a política simbólica “envolve a manutenção ou transformação de uma relação de poder por meio da comunicação da representação normativa e afetiva” (BRYSK, 1994, p. 561, tradução nossa), percebe-se que esta tem sido uma peça-chave para o ativismo menstrual, que se esforça para transformar os significados associados à menstruação que colocam as mulheres em posição social subalterna.

No que tange ao MH Day, como uma rede de ativismo transnacional, esse esforço também toma a forma da criação símbolos globais, que posicionam a menstruação de forma positiva e chamam a atenção para as suas reivindicações, independentemente dos contextos

sociais, culturais e políticos de seus apoiadores (MH DAY, 2023e). Segundo Brysk (1994, p. 576), a política simbólica deve “falar ao coração”, os símbolos devem ser culturalmente apropriados, devem ser reforçados por outros símbolos e sinalizar um chamado à ação. Nessa perspectiva, há dois importantes elementos simbólicos utilizados pelo MH Day: o primeiro é a própria data escolhida para celebrar o Dia Internacional da Higiene Menstrual (dia 28 de maio), enquanto o segundo é a chamada “pulseira da menstruação”.

Em primeiro lugar, o dia 28 de maio se relaciona com as características biológicas da menstruação, tendo em vista que o ciclo menstrual tem, em média, 28 dias. Da mesma forma, o mês de maio foi escolhido por representar o número médio de cinco dias que meninas e mulheres passam menstruando a cada mês. Enquanto as atividades organizadas pelo MH Day e seus parceiros ocorrem durante todo o ano, a data simbólica foi escolhida para concentrar os esforços em torno da pauta do GHM e potencializar as discussões sobre a menstruação através de reuniões, eventos, atividades públicas e atos de conscientização. Assim, o Dia Internacional da Higiene Menstrual procura dialogar com mulheres e meninas de todo o mundo acerca de um fenômeno biológico natural experienciado por todas elas, mas que tem servido como um mecanismo de exclusão social e desigualdade de gênero (MH DAY, 2023e).

Em seguida, a pulseira da menstruação tem ganhado destaque como o principal símbolo do ativismo menstrual dos últimos anos. Criada inicialmente pelo Conselho Colaborativo de Abastecimento de Água e Saneamento (WSSCC) da ONU, em conjunto com a Wash United, em 2012, a pulseira foi posteriormente utilizada nas campanhas do MH Day para demonstrar engajamento entre os apoiadores e divulgar o Dia Internacional da Higiene Menstrual. A intensa utilização do bracelete pelos parceiros e apoiadores do MH Day reside na importância que a própria rede reconhece nos símbolos quando relacionados aos movimentos sociais. Portanto, os materiais que tratam sobre a pulseira a introduzem do seguinte modo:

A fita vermelha para HIV/AIDS. A bandeira do arco-íris para os direitos LGBTQ+. Os símbolos têm o poder de catalisar a consciência e a ação. Com 28 contas, cinco das quais são vermelhas: a Pulseira da Menstruação é um símbolo mundial da menstruação. A pulseira é composta por 28 elementos, cinco dos elementos são vermelhos. O número 28 representa a duração média do ciclo, cinco para a duração média de uma menstruação. Ao usar a pulseira, as pessoas mostram que a menstruação não deve ser escondida, iniciam conversas e ajudam a afastar o estigma, uma pulseira por vez (MH DAY, 2023e).

Nesse sentido, o MH Day utiliza a pulseira da menstruação como uma forma de cativar as organizações e públicos com quem realizam eventos e outras atividades presenciais,

distribuindo os braceletes e incentivando que os apoiadores façam suas próprias pulseiras. A plataforma disponibiliza informativos e versões online (“*stickers*”) da pulseira para serem utilizados em posts, apresentações e relatórios, contando com o alcance das redes sociais para fortalecer o bracelete como símbolo do ativismo menstrual. Na página do MH Day (2023, tradução nossa) a chamada convida a usar a pulseira como uma forma de apoiar a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual: “Incentive seus seguidores nas redes sociais a participar da campanha do Dia da Higiene Menstrual postando sua própria *selfie* usando a pulseira. Lembre seus seguidores de marcar o MH Day em suas postagens e usar as *hashtags* #MHDay2023 #WeAreCommitted #EndPeriodStigma [...]”.

Por outro lado, esta também é uma forma de engajar os atores importantes para o avanço do ativismo menstrual e garantir o amplo alcance das informações que são geradas e enquadradas pelas redes de ativismo. Tanto o MH Day como os seus parceiros se esforçam para estabelecer relações com influencers, celebridades e outros personagens populares do meio *mainstream* para usar a pulseira como um “meio simples e atrativo de juntar sua voz à campanha” (MH DAY, 2023e). Além disso, formuladores de política e representantes do governo de diversos países e de agências internacionais tem adotado o bracelete, demonstrando compromisso com o avanço da GHM e colaborando para a inserção deste tópico na agenda global. Como resultado, desde 2020, a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual tem contado com o apoio de congressistas, diretores de empresas privadas com atuação internacional, ministros de uma série de governos nacionais e responsáveis por agências das Nações Unidas (MH DAY, 2023e; MH DAY, 2020).

Uma das campanhas desenvolvidas pela rede é a postagem periódica, em suas redes sociais, de fotos e depoimentos dos atores que usam a pulseira da menstruação. Um deles foi Saroj Kumar Jha, diretor global do Banco Mundial para a Prática Global de Água e Saneamento (MH DAY, 2023f): “A saúde e a higiene menstrual são uma questão central de desenvolvimento e devem ser priorizadas como tal [...]. O Banco Mundial está empenhado em acelerar as ações para que nenhuma mulher ou menina seja excluída apenas porque está menstruada.” A Diretora executiva da UNFPA, Natalia Kanem, também demonstrou estar alinhada com a causa da GHM e, sobretudo, trouxe conscientização sobre as concepções estigmatizantes em torno da menstruação:

“A primeira menstruação de uma menina deve ser um fato feliz da vida, um sinal de amadurecimento com dignidade. Ela deve ter acesso a tudo o que é necessário para entender e cuidar de seu corpo e frequentar a escola sem estigma ou vergonha. Minha pulseira de menstruação é um

lembrete para prestar atenção, financiar e mostrar apoio a esta questão negligenciada!” (MH DAY, 2023g)

Ao se utilizar destes símbolos, o MH Day vai ao encontro do que Tarrow (2005, p. 60, tradução nossa) chama de “*global framing*” ou enquadramento global: “o uso de símbolos externos para orientar reivindicações locais ou nacionais”. Como já demonstrado, até mesmo na era da globalização, são várias as dificuldades que as redes de ativismo transnacionais enfrentam para formar um movimento coeso. Uma dessas dificuldades está no fato de que os ativistas encontram limitações inerentes ao contexto cultural e político de seus próprios países, fazendo com que seus concidadãos precisem de muita persuasão para adotar um pensamento global. Ou, ainda, este pensamento pode estar no sentido contrário das necessidades da população local. No entanto, quando funciona de forma eficiente, o enquadramento global dignifica e generaliza reivindicações que, de outra forma, poderiam permanecer estreitas e paroquiais, e sinaliza para ativistas que existem outras pessoas que compartilham de suas reivindicações e apoiam suas causas (TARROW, 2005, p. 60).

O exercício bem-sucedido da política simbólica leva à mudança social na medida em que transforma as prioridades, constrói identidades coletivas, forma agendas sociais ou, em alguns casos, desafia a legitimidade do Estado (BRYSK, 1994). A utilização de símbolos globais pelo MH Day – seja a comemoração do Dia Internacional da Higiene Menstrual ou a pulseira da menstruação – tem sido essencial para a expansão da rede e para a inserção da GHM na agenda política internacional. Ao mesmo tempo que estes símbolos atraem a atenção de organizações e ativistas com focos variados, mas que acreditam na importância da GHM para a plena concretização dos direitos das mulheres e meninas, o seu uso por atores importantes no avanço deste tópico fazem o papel de legitimar as reivindicações em torno do assunto, tanto no âmbito doméstico, como internacional.

### 5.1.3 Política de Incidência ou “*Leverage*”

A principal preocupação das redes transnacionais de ativismo é a eficácia política; ou seja, a mudança de política por parte dos atores-alvo, que podem ser governos, instituições financeiras internacionais, organizações ou agências internacionais, e atores privados, como corporações transnacionais. Para atingir este objetivo, as redes buscam “alavancar” a sua política através da convocação de atores poderosos em situações em que é improvável que os membros mais fracos da rede consigam exercer influência efetiva sobre os atores alvo de suas



reivindicações (KECK; SIKKINK, 1998). Tendo em vista que o MH Day (2023, tradução nossa) pretende “engajar os tomadores de decisão para aumentar a prioridade política e catalisar ações para a GHM, nos níveis global, nacional e local”, a política de incidência é essencial para transformar a pauta da higiene menstrual, que atualmente é vista como uma questão secundária, atendida por ONGs, em um direito efetivamente garantido pelo Estado e outras instituições internacionais a todas as mulheres e meninas.

Neste sentido, o MH Day tem estabelecido relações com atores importantes da política internacional para apoiar a causa, inclusive no que tange ao suporte material. Embora tornar-se um parceiro do MH Day não implique em responsabilidades de custos, a coalizão recebe o apoio financeiro de agências internacionais, grandes corporações e até mesmo agências ou representações Estatais de alguns países, além de ONGs e fundações de diversos tipos, totalizando 45 financiadores oficiais. Segundo Sperling et. al (2001), a reputação construída pelas redes e a influência que estas são capazes de exercer de ativamente são recursos importantes que para a obtenção de benefícios materiais de outros atores. Portanto, a capacidade de engajamento e o alcance do MH Day como a mais ampla rede transnacional de ativismo em relação à GHM desde o seu lançamento, em 2014, tornou as suas campanhas anuais um foco para o direcionamento de recursos (MH DAY, 2023b).

Três importantes parcerias para garantir a influência do ativismo menstrual no âmbito internacional são a UNICEF, a UNFPA e o Banco Mundial. Em primeiro lugar, “junto à coalizão do Dia da Higiene Menstrual, a UNICEF aproxima os serviços menstruais das mulheres e meninas e as ajuda a realizar sua higiene menstrual de forma digna” (UNICEF, 2023). A agência das Nações Unidas é líder global em atividades de saúde e higiene menstrual por meio de programas humanitários e de desenvolvimento em todo o mundo, com iniciativas que dão suporte social, promovem conhecimento e habilidades sobre a menstruação, financiam instalações e serviços e acesso a suprimentos de suporte à higiene menstrual com segurança e dignidade. Ademais, a UNICEF apoia principalmente os governos na construção de estratégias nacionais em todos os setores, como saúde e educação, que respondem pela saúde e higiene menstrual (UNICEF, 2019).

Por sua vez, a UNFPA tem demonstrado um compromisso sólido com a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual e o desenvolvimento de projetos voltados para acabar com a pobreza menstrual e promover a saúde menstrual por meio de quatro abordagens. A primeira delas é o fornecimento de suprimentos menstruais e instalações sanitárias para meninas e mulheres, incluindo em emergências humanitárias, com o trabalho em campos de deslocados

e a distribuição de “kits de dignidade<sup>10</sup>”. A segunda abordagem foca em melhorar a educação sobre a menstruação e questões relacionadas aos direitos humanos, como acontece em seus programas conjuntos com a UNICEF que tem o objetivo de acabar com o casamento infantil e a mutilação genital feminina. Em terceiro lugar, a agência apoia os sistemas nacionais de saúde, que podem promover a saúde menstrual e fornecer tratamento para meninas e mulheres que sofrem de distúrbios menstruais, por meio de contratação e treinamento de profissionais, aquisição de produtos de saúde reprodutiva para tratamentos necessários, etc. Por último, o UNFPA ajuda a coletar dados e evidências sobre a saúde menstrual e sua conexão com o desenvolvimento global, a fim de entender as necessidades de saúde menstrual de meninas e mulheres em diferentes contextos e regiões (UNFPA, 2022).

Por fim, o Banco Mundial tem sido um agente relevante em termos de operações voltadas ao GHM. De acordo com a página da instituição internacional, “aumentar as oportunidades para que as mulheres tenham acesso à saúde e higiene menstrual adequada é fundamental para que o Banco Mundial possa alcançar seus resultados de desenvolvimento. A GHM abrange muitos setores de desenvolvimento, e o Banco aborda essa pauta por meio da colaboração e de uma abordagem holística” (BANCO MUNDIAL, 2022, tradução nossa). Um destes casos é o Projeto Rural de Água, Saneamento e Higiene para o Desenvolvimento do Capital Humano, em Bangladesh. Ele dá às mulheres acesso a empréstimos de microcrédito e subsídios de saneamento para investimento em instalações domésticas de WASH e provê treinamento sobre a importância da higiene menstrual e instalações sanitárias com segurança. O Projeto GAMA de Saneamento e Água (Gana) desenvolveu um estudo para entender as influências das intervenções de GHM nas escolas para o envolvimento educacional de meninas adolescentes. Como resultado, o Banco Mundial investiu na construção de instalações sanitárias em mais de 260 escolas em toda a área metropolitana da Grande Accra, incluindo banheiros e vestiários separados por gênero, com fechaduras nas portas, instalações para lavagem de mãos e espaços para descarte apropriado de produtos sanitários usados. Projetos semelhantes são desenvolvidos em países como o Laos, Malawi e Moçambique (BANCO MUNDIAL, 2022).

Ao tornarem-se financiadoras da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual e tomarem iniciativas na área de GHM, as agências da ONU e o Banco Mundial colocam a

---

<sup>10</sup> Estes kits contêm absorventes higiênicos descartáveis e reutilizáveis, roupas íntimas, sabonetes e itens correlatos, e em 2017, foram distribuídos 484 mil kits em 18 países. A UNFPA também promove programas de capacitação. Por exemplo, alguns programas ensinam meninas a fazer absorventes menstruais reutilizáveis (UNFPA, 2022).

pauta e as reivindicações de saúde menstrual como assuntos importantes a serem tratados na agenda internacional e potencializam a ação das redes. De acordo com McNeely (1995, p. 6, tradução nossa), “as organizações internacionais, como atores no sistema interestatal e parte do aparato organizacional mundial, prescrevem e promovem, de formas variadas, normas políticas mundiais e reivindicações culturais, facilitando sua institucionalização por todo o mundo”. Por outro lado, ao fazer parte de organizações internacionais, e, por sua vez, integrar-se à um sistema mais amplo, os Estados incorporam ideologias, estruturas e práticas homogêneas. Assim, as recomendações e políticas feitas por organizações internacionais – e por consequência, seus órgãos e agências associados – são formas pelas quais elas agem ativamente o comportamento dos Estados (MCNEELY, 1995).

Para Barnett e Finnemore (2004) as OIs funcionam como burocracias; isto é, possuem autoridade e autonomia que vão além das atribuições que lhes são delegadas pelos Estados membros e partem da sua reputação como agentes guiados por critérios racionais e legais, do seu conhecimento especializado e da sua posição moral elevada por defender valores tidos como universais e defender o progresso. Portanto, embora a decisão de implementação das recomendações feitas pelas agências seja feita de acordo com a vontade dos Estados (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 26), a autoridade que estas possuem para orientar ações torna-se uma fonte de poder. A institucionalização de normas orientam os atores na leitura da realidade, na identificação de problemas e respostas consideradas legítimas, influenciando diretamente as políticas públicas aplicadas a nível doméstico sobre temas diversos (BARNETT; FINNEMORE, 2004; LACERDA; DE MELO, 2023).

Nessa perspectiva, a parceria do MH Day com agências da ONU tem um caráter, sobretudo, estratégico. O contato próximo com estes atores, por parte da rede de ativismo, também garante a presença de seus ativistas e representantes regionais em diversos eventos, como fóruns e conferências internacionais. Por exemplo, na Conferência da Água da ONU, encontro de alto nível atua como a revisão intermediária da Década Internacional de Ação pela Água (2018-2028) e da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Wash United e os parceiros do MH Day garantiram uma sessão sobre GHM como parte da programação oficial (ONU, 2023).

Para além destas ações de incidência, Keck e Sikkink (1998) abordam dois tipos de incidência que ocorrem com frequência no âmbito internacional e permitem o que as autoras chamam de “mobilização da vergonha”: a incidência material e a incidência moral. A primeira está ligada ao vínculo financeiro ou de bens, podendo incluir também votos em organizações

internacionais, escritórios de prestígio ou outros benefícios. Neste caso, as redes de ativismo tenta demonstrar o vínculo de seu alvo com as violações sofridas por algum grupo. A incidência moral conta com a exposição de seus alvos ao escrutínio internacional e à opinião pública, o que pode motivar mudanças em seu comportamento (FRIMAN, 2015).

Em relação à primeira forma de incidência, a campanha “Period Tax” organizada pelo MH Day coloca foco sobre o comportamento dos países acerca da cobrança de impostos sobre produtos de higiene menstrual. Conforme já mencionado, os produtos menstruais ainda não são vistos como essenciais em muitos países, sendo taxados como produtos de luxo. Segundo o site Period Tax (2023, tradução nossa), “os impostos menstruais são discriminatórios porque efetivamente tributam mulheres e meninas que não têm escolha a não ser comprar produtos menstruais porque menstruam”. Desta forma, os ativistas colocam os Estados como diretamente vinculados à desigualdade de gênero e à pobreza menstrual por meio da exposição de suas legislações e posicionamentos sobre a pauta para a opinião pública, seja com infográficos, materiais publicitários, publicações em redes sociais ou movimentos locais para acabar com as taxações de produtos menstruais (PERIOD TAX, 2023).

No que tange à incidência moral, os países mais suscetíveis às pressões da rede são aqueles colocam maior peso em sua reputação frente à comunidade internacional, ou, ainda, aqueles que aspiram pertencer a uma comunidade normativa de nações. Sendo assim, a incidência moral pode ser especialmente relevante onde os estados estão tentando ativamente elevar seu status no sistema internacional (KECK; SIKKINK, 1998). Como pontuado anteriormente, o MH Day tem sido um grande mobilizador de esforços entre os atores estatais: formuladores de políticas e os governos de diversos países têm demonstrado suporte e engajamento com a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual desde o seu lançamento, endereçando a questão da GHM em políticas oficiais e criando diretrizes específicas sobre o assunto (MH DAY, 2022).

Contudo, nota-se que os Estados mais engajados com o avanço com o MH Day e com as atividades desenvolvidas pela rede de ativismo – inclusive, com seu suporte oficial em eventos – tem sido os países do Sul Global, com destaque para a Índia e outros países asiáticos como Bangladesh e Nepal e, ainda, vários países da África (BOBEL, 2018). Já em 2014, o Ministério da Educação de Uganda foi um dos responsáveis por organizar a marcha de ativismo que aconteceu no Dia da Higiene Menstrual até o Parlamento, garantindo a assinatura da Carta de Higiene Menstrual por diversos políticos-chave para a garantia de compromissos de GHM

nas escolas. Na Índia, como consequência da campanha de 2015, o Ministério de Água Potável e Saneamento, em conjunto com a WASH United e a UNICEF, organizou um workshop nacional para revisar e compartilhar as diretrizes de GHM que seriam lançadas no mesmo ano (MH DAY, 2015).

Este engajamento com o MH Day e a pauta do GHM também tem levado os países do Sul Global a levantar mais informações sobre as condições de higiene menstrual e torná-las transparentes para instituições de pesquisas e organizações internacionais. Segundo a UNICEF (2022), o relatório JMP OMS-UNICEF sobre as condições de água e saneamento em domicílios explicitou que até 2020, 42 países tinham dados nacionalmente representativos sobre pelo menos um dos quatro indicadores relacionados à GHM: (1) consciência da menstruação antes da menarca; (2) uso de materiais menstruais para coletar ou conter o sangue menstrual; (3) acesso ao local privado para se levar e trocar de roupa em casa e (4) participação em atividades durante a menstruação, como escola, trabalho e atividades sociais. Dentre estes países, 31 tinham informações sobre pelo menos três indicadores, sendo quase metade deles localizados na África Subsaariana. Ao mesmo tempo, nenhum país de alta renda tinha dados sobre qualquer um destes indicadores.

Por via de regra, os Estados do Sul Global não detêm poderes estruturais significativos, que são derivados da posse de recursos materiais e militares, riqueza econômica e poder político e, portanto, tem sido marginalizados na arena política internacional. Ao colaborar com redes de ativistas e tomar a liderança em políticas inovadoras, estes atores estatais assumem o papel de “empreendedores” de pautas específicas na esfera política internacional. Através de suas iniciativas – organização de eventos, participações e declarações em campanhas e cúpulas paralelas – táticas e habilidades negociais voltadas para o tema em questão, eles adquirem credibilidade para estabelecer a agenda de negociação e as prioridades relacionadas a ela (DE ÁGUEDA CORNELOUP; MOL, 2014). Logo, esta é uma estratégia “ganha-ganha” tanto para os Estados que buscam aumentar sua influência no sistema internacional, como para as redes de ativistas.

Entretanto, é preciso ressaltar que os alvos expostos à opinião pública não se limitam aos Estados. De acordo com Holzer (2010), especialmente para as grandes corporações transnacionais, escapar do escrutínio internacional tem sido uma tarefa cada vez mais difícil desde o fim do século XX: ativistas de diversas áreas observam as atividades das corporativas e podem contar com o apoio da opinião pública ao fazê-lo. Ao assumir o papel das grandes distribuidoras de bens e serviços do mundo moderno, as corporações transnacionais

transcenderam seu papel econômico para tornarem-se importantes forças culturais e políticas. E, embora sujeitas às regulamentações dos Estados onde operam, sua atuação transnacional e suas decisões de investimento afetam o bem-estar e a estabilidade econômica de muitos países e, por sua vez, suscitam corridas políticas que as permitem moldar a agenda política global de diversas formas (HOLZER, 2010, p. 7).

Os ativistas surgem como poderosos oponentes da globalização corporativa e assumem o papel de vigilantes das suas decisões, tentando alterar seus comportamentos e políticas ou, ainda, boicotando estes atores como forma de organização social e política. Embora os ativistas sejam invariavelmente mais fracos do que as corporações – seja do ponto de vista político ou econômico – elas também não são bem-vistas quando associadas a riscos, incertezas ou instabilidade, e dependem de sua reputação para seu sucesso econômico e credibilidade (SPAR; LAMURE, 2003 apud. HOLZER, 2010; KERR; 2015). Nesta perspectiva, ao mesmo tempo em os ativistas veem na reputação das empresas uma oportunidade de incidência para conseguir apoio, o *lobby* direto com as corporações é uma forma efetiva de atingir o comportamento dos Estados, dada a sua crescente influência no sistema internacional. Segundo Holzer (2010, p. 4, tradução nossa):

[...] A interação das redes de ativistas e as corporações desencadeou um processo de aprendizado particular: sob a ameaça de pressão pública e indignação moral, as corporações procuram antecipar áreas de conflito e evitá-las. Como seu comportamento é “moralizado” por seus críticos, as corporações transnacionais precisam lidar com as consequências de serem atores morais. Isso exige que elas prevejam como suas ações serão avaliadas pelo público e se responsabilizem por observadores externos; mas também inclui gerenciar ou manipular o tipo de impressão que eles causam nos outros.

Empresas como Kimberly-Clark e P&G tem sido parceiras relevantes do MH Day ao longo dos últimos anos. Além de participar da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual como financiadores oficiais, as empresas tomam parte das outras atividades desenvolvidas pela rede ao longo do ano e aderem ao uso da pulseira da menstruação por meio de declarações e postagens nas redes sociais. A P&G, por exemplo, através de sua principal marca de cuidados menstruais, a Always, tem se comprometido com a educação de meninas adolescentes sobre a menstruação e com os esforços para garantir o acesso aos produtos para higiene menstrual (P&G, 2020). Em apoio à campanha do DIHM em 2021, a Always financiou um evento em conjunto com o Congresso dos EUA para discutir sobre a pobreza menstrual e a necessidades de parcerias intersetoriais para combatê-la. Na ocasião, a empresa também

divulgou um relatório em parceria com a WASH United e a Glocalities em nome do MH Day, chamado “Estigma Menstrual ao Redor do Mundo Atualmente”, explicitando dados relevantes sobre o efeito da falta de informação sobre a menstruação sobre a confiança e autoestima de jovens. De acordo com a página oficial da corporação, “a Always acredita que a colaboração privada e pública desempenhará um papel crítico em encontrar maneiras sustentáveis de resolver a pobreza menstrual, desestigmatizar e melhorar a educação sobre menstruação e puberdade” (P&G, 2021, tradução nossa).

A Kimberly-Clark e a Kotex, seu grupo de marcas voltadas para cuidados femininos, também se empenharam em produzir iniciativas voltadas para a GHM enquanto fortalece o impacto da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Segundo a declaração do site oficial “A Kimberly-Clark e sua marca Kotex estão comprometidas em desafiar as percepções de menstruação e abordar os estigmas em todo o mundo [...]. Parte desse compromisso é a colaboração anual com a WASH United para patrocinar o Dia da Higiene Menstrual”. A vice-presidente de Marcas Globais de Cuidados Femininos pontuou que a campanha anual é um evento para qual todos os times da Kotex se preparam, pois “trabalhando com parceiros globais como a WASH United, podemos alavancar o poder de nossas marcas para causar um impacto significativo na vida de milhões de mulheres e meninas” (KIMBERLY-CLARK, 2022, tradução nossa).

Entre as iniciativas da corporação, estão os projetos para promover o diálogo global sobre menstruação em países como o Brasil, Taiwan, África do Sul e Japão, seja através de rodas de conversa, publicidade educacional ou engajamento com artistas. Outras realizações envolvem a oferta de treinamentos e workshops sobre igualdade de gênero para ativistas, projetos de educação e impacto social e alianças para o acesso de produtos menstruais. De acordo com Alice Lewis, Chefe do Departamento de Expansão da Kimberly-Clark (2022, tradução nossa), “nosso propósito de fornecer '*Better Care for a Better World*' (‘Cuidado Melhor para um Mundo Melhor) ressoa claramente em nosso apoio ao Dia da Higiene Menstrual, e em nosso trabalho para defender o progresso das mulheres, combater os estigmas da menstruação [...] promover maior acesso a produtos de higiene menstrual”.

Estes exemplos demonstram como a política de incidência é uma tática abrangente, e exige a flexibilidade e a criatividade dos ativistas para alcançar seus objetivos, utilizando-se de artifícios diversos, como sua capacidade de gerar informação e estabelecer relacionamentos a fim de provocar efeitos que são “normalmente maiores do que os recursos empregados para produzi-los” (ANDERSON, 2010, p. 1-2, tradução nossa). Para o MH Day, esta estratégia tem

sido de extrema importância para o crescimento e a credibilidade da rede, não só perante a opinião pública, mas na agenda política internacional. Portanto, devido à sua capacidade de influência, expansão e atuação com medidas e compromissos concretos no sistema internacional, o MH Day tem se consolidado como a rede de ativismo mais importante no que tange ao tema de GHM.

#### 5.1.4 Política da Responsabilidade

A última das estratégias mencionadas por Keck e Sikkink (1998) é a chamada política da responsabilidade. Com as frequentes declarações e compromissos públicos feitos pelos Estados em fóruns ou cúpulas internacionais, os ativistas que atuam em redes tentam transformar esses posicionamentos em oportunidades para exigir ações concretas e expor a distância entre o discurso e a prática. Entretanto, esta política não pode ser restrita aos governos estatais. Considerando a grande variedade de atores não-estatais que habitam o sistema internacional e a influência que exercem nas decisões políticas globais, corporações transnacionais, organizações internacionais e suas agências e até mesmo as próprias ONGs tem sido demandadas a prestar contas de suas atividades às partes interessadas, sejam elas as pessoas afetadas ou beneficiárias de suas decisões, doadores, a sociedade civil ou parceiros de seus projetos (EDWARDS; 2006; HOLZER; 2010; BROWN; MOORE; 2001). O Painel de Inspeção, criado em 1993 pelo Banco Mundial, foi um mecanismo de prestação de contas desenvolvido em resposta às pressões da sociedade civil e às demandas dos Estados membros. Através de pedidos de fiscalização, os projetos financiados pelo Banco são investigados e promovem o engajamento construtivo entre a instituição e as pessoas afetadas por seus projetos (BANCO MUNDIAL, 2023; PEREIRA et. al, 2017).

De forma geral, o MH Day promove políticas de responsabilidade monitorando o progresso e defendendo a implementação de políticas, promovendo transparência e o compartilhamento de relatórios por parte de seus parceiros e apoiadores, enfatizando a coleta e pesquisa de dados e facilitando o envolvimento da sociedade civil nas suas campanhas e atividades. Como já mencionado, a plataforma serve como um meio de divulgação de informações a nível global e doméstico para os seus parceiros e para o público em geral. Em seus newsletters, relatórios produzidos por organizações participantes são compartilhados como uma forma de gerar conhecimento e a transparência sobre o cenário de GHM em diversos países. Na edição de dezembro de 2022, por exemplo, o MH Day trouxe o relatório



“Melhorando a saúde menstrual, a educação e o progresso econômico”, dos parceiros New Perimeter e Days for Girls. O documento revisa as leis e políticas que afetam a saúde menstrual no setor educacional de 12 países e destaca as práticas nocivas que ampliam a diferença de gênero em diversas regiões (MH DAY, 2022; NEW PERIMETER, 2022).

Outra iniciativa é a realização de parcerias para construir materiais com informações acerca da existência e do progresso de políticas de GHM em diversos países – os chamados “*countries snapshots*” (“retrato do país”), os quais a plataforma encoraja que sejam usados no trabalho de ativistas. Desta forma, o MH Day trabalhou em conjunto com as organizações Days for Girls e o Irise Institute East Africa para desenvolver uma série de resumos sobre o contexto de saúde e higiene menstrual em vários países da África Oriental e Meridional como o Quênia, Malawi, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zimbábue e África do Sul. Os documentos incluem as políticas e estratégias adotadas pelos governos locais, taxas e padrões de exigências sobre produtos menstruais e a recomendação de recursos adicionais selecionados por especialistas regionais (MH DAY, 2023h).

Estas atividades garantem o intenso monitoramento acerca do envolvimento dos Estados frente aos compromissos assumidos ao longo da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual, permitindo que os ativistas reivindiquem a participação do governo para a melhoria das condições de GHM. Segundo Keck e Sikkink (1998), o monitoramento é uma variação da política da informação, na qual os ativistas usam a informação estrategicamente para garantir a prestação de contas com declarações públicas, legislação existente e padrões internacionais.

No entanto, devido à ausência de metas concretas acordadas internacionalmente sobre a saúde e higiene menstrual, poucos dos atores que se declaram comprometidos com o fim da pobreza menstrual – incluindo organizações não governamentais – têm objetivos claros e mensuráveis para a GHM, além de orçamentos dedicados ao assunto ou relatam os resultados de suas iniciativas publicamente. A fim de enfrentar este desafio, a Wash United, como secretaria internacional do MH Day, introduziu o Ciclo de Ação do Dia da Higiene Menstrual, em 2022. Este é um mecanismo de compromissos coletivos com recorrência anual, no qual “todos os atores relevantes compartilham seus compromissos, projetos e programas voltados para a GHM. Ao gerar maior transparência e responsabilidade, o Ciclo de Ação serve como uma forma de catalisar ações e financiamentos” (MH DAY, 2023i, tradução nossa).

De acordo com o relatório divulgado pela plataforma, os compromissos poderiam ser submetidos em seis categorias, sendo elas (1) tabus e estigmas; (2) acesso a produtos

menstruais; (3) educação sobre menstruação; (4) infraestrutura de saneamento própria para a GHM; (5) mudança de políticas e (6) outros temas. Esta última categoria abrangeu, por exemplo, a publicação e divulgação de pesquisas relacionadas à GHM (MH DAY, 2023i).

A primeira edição do Ciclo de Ação, em 2022, teve uma forte resposta de seus parceiros: 93 organizações de todo o mundo participaram, apresentando um total 97 compromissos, sendo 93 deles focados em ações, mas apenas 4 compromissos de financiamento. Este desequilíbrio chama a atenção para a necessidade urgente de investimentos na área de GHM, que também foi afetada por outros processos globais que ocorreram nos últimos anos, como a pandemia de Covid-19 a crise do Afeganistão e a Guerra da Ucrânia (MH DAY, 2023i). Logo, apesar dos esforços da rede de ativistas para aumentar a conscientização pública sobre as barreiras relacionadas à pobreza menstrual e torná-la uma prioridade política, esta pauta continuou sem o financiamento necessário para realizar mudanças práticas significativas (MH DAY, 2022).

Os parceiros que enviaram compromissos se distribuíram por todos os continentes, exceto a América do Sul. A vasta maioria está localizada no continente africano, com 62 participantes, enquanto os demais se encontram divididos entre a Europa, com 13 participantes, a América do Norte, com 12, e a Ásia, com 11 participantes. Os atores que submeteram compromissos também estiveram divididos em sete categorias: instituições, instituições intergovernamentais, fundações, agências governamentais, setor privado, ONGS e “outros”, categoria que contém coletivos de organizações, comitês ou grupos de pessoas que trabalham com GHM. Assim, entre os 93 participantes, a categoria mais assídua foi a de ONGS, com 62 compromissos submetidos (67%), seguido de 13 compromissos da categoria “outros” (14%) e 11 do setor privado (12%). Instituições educacionais, fundações e agências governamentais ficaram limitadas a 2 participantes por categoria, e apenas 1 organização intergovernamental (UNFPA) participou da iniciativa.

O grande número de compromissos assumidos por organizações não governamentais (ONGs) está alinhado com a crescente de exigências de prestação de contas destes atores como qualquer outro conjunto de instituições no sistema internacional. De acordo com Edwards (2006, p. viii, tradução nossa), ao tratar-se do trabalho feito pelas ONGs “o espaço para a ação cidadã independente deve ser protegido em troca da presença de regulamentações que garantam que as ONGs operam genuinamente a favor do interesse público”, ou seja, que assegurem que as suas ações sejam divulgadas e acessíveis para o questionamento público. Ademais, as ONGs tem sido as organizações cívicas que cresceram mais rapidamente desde a metade do século

XX. Portanto, as questões de responsabilidade relacionadas a elas não tem surgido apenas em torno do seu rápido aumento em tamanho e número, mas a sua capacidade de atrair financiamentos e a influência que elas exercem sobre políticas públicas, tanto no âmbito doméstico, como internacional (JORDAN; VAN TUIJL, 2006).

Nesse sentido, as ONGs foram as principais responsáveis por submeter compromissos em todas as categorias contempladas pelo Ciclo de Ação, especialmente naquelas relacionadas com mudança de políticas e infraestrutura própria para GHM. Na primeira categoria, as ONGS assumiram 15 dos 20 compromissos feitos, com atividades que incluem fortalecer a capacidade do governo queniano de implementar a política de MH do Quênia (Days for Girls Kenya), aprovar legislação sobre equidade menstrual em Illinois, nos EUA (She Votes Illinois), ou melhorar a colaboração com o Ministério de Relações Exteriores da Holanda em MHH (Simavi). Em seguida, mais de 80% dos 16 compromissos voltados para infraestrutura foram feitos por ONGs com a promessa de atingir cerca de 16 mil pessoas. Vale pontuar, ainda, que o esforço das ONGs para combater o estigma e o tabu relacionado a menstruação colocou uma meta de alcançar mais de 697 milhões de pessoas, principalmente através da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual de 2022, que sozinha pretendia alcançar 695 milhões de pessoas. Por outro lado, entre as 62 ONGs participantes da iniciativa, apenas a organização estadunidense PERIOD. estabeleceu um compromisso financeiro com ações de GHM, com uma quantia total de 20 mil euros (MH DAY, 2023i).

As empresas privadas também assumiram compromissos importantes com o Ciclo de Ação do Dia da Higiene Menstrual. Conforme já explorado, frente às pressões e as demandas da opinião pública, as corporações se esforçam para prever situações de risco ou que possam ser consideradas problemáticas, e tomar ações apropriadas para garantir a sua boa reputação. Tendo em vista que as consequências das suas decisões e operações, além de serem altamente tangíveis, frequentemente são a causa de queixas, a responsabilização é uma das formas pelas quais as grandes empresas tentam estabelecer-se como entidades globais (HOLZER, 2010). Deste modo, o setor privado foi responsável por apresentar os maiores compromissos relacionados ao acesso de produtos de higiene menstrual: a Procter&Gamble pretende impactar 12 milhões de pessoas globalmente e a AFRIPads Ltda. planeja atingir 650 mil meninas e mulheres. Juntos, esses dois projetos correspondem a cerca de 90% da previsão de pessoas que serão impactadas com as iniciativas desta categoria. Além disso, a Kimberly-Clark, através de seu projeto “Kotex She Can Initiative” intende atingir 2,3 milhões de beneficiários em duas diferentes categorias: o combate ao tabu e ao estigma e a educação sobre a menstruação. Nesta

última categoria, a P&G também se comprometeu a promover a educação sobre saúde menstrual para 18 milhões de pessoas globalmente (MH DAY, 2023i).

Por fim, vale comentar sobre o engajamento dos atores estatais. Como pontuado acima, apenas duas agências governamentais submeteram compromissos para o Ciclo de Ação. Foram elas o Ministério da Educação e dos Esportes de Uganda, que se comprometeu a promover a educação sobre a menstruação de 25 mil adolescentes, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (ADF). Esta última foi responsável por dois dos quatro compromissos de financiamento de GHM, com a doação de 31,5 mil euros para a campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual e 3,15 milhões de euros para o projeto “*Menstrual Hygiene Management Development Impact Bond*”, na Etiópia, dedicado a mobilizar o financiamento privado e construir evidências sobre o impacto da GHM na igualdade de gênero (MH DAY, 2023i; ITAD; 2022). Percebe-se, neste sentido, que o envolvimento dos Estados com compromissos públicos em torno da GHM ainda são escassos. Porém, o Ciclo de Ação do Dia da Higiene Menstrual tem o potencial de engajar e monitorar atores relevantes para alterar o quadro relativo à higiene menstrual em escala global e, através destes esforços, elevar a pauta entre as prioridades constantes na agenda internacional.

O Dia Internacional da Higiene Menstrual se utiliza de uma ampla gama de estratégias para atingir seus objetivos na arena internacional. Através da política da informação, o MH Day aumentou seu número de parceiros em todas as partes do mundo e popularizou a questão da pobreza menstrual. Com a política simbólica, a rede criou movimento coeso de pessoas engajadas que vão desde pessoas que estão nas redes sociais, a pessoas que são impactadas diretamente pelas iniciativas do MH Day e tomadores de decisão a nível doméstico e internacional. Por sua vez, a política de incidência faz com que atores importantes no sistema internacional tomem atitudes concretas no combate à pobreza menstrual e, com isso, influenciem outros atores – estatais ou não estatais – a adotar políticas e investimentos sobre o tema. Por fim, a política de responsabilidade faz o papel de monitorar todos aqueles que se envolvem na campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual, com o intuito de garantir a melhoria concreta no que tange às condições para a higiene e saúde menstrual de mulheres.

## 6 CONCLUSÃO

Quase metade do mundo menstrua. Ainda assim, milhões de pessoas – sejam elas mulheres, meninas adolescentes, homens trans e pessoas não binárias – ainda não têm acesso a condições dignas para realizar sua higiene menstrual, encontrando-se em situação de pobreza menstrual. Como consequência deste cenário, essas pessoas que já se encontram em situação vulnerável ficam sujeitas a doenças infecciosas ou sexualmente transmissíveis, situações de violência e exclusão, deixam de frequentar a escola, o trabalho e outros espaços da vida pública – o que, por sua vez, contribui para a ampliação da desigualdade de gênero.

Deste modo, desde o início do século XXI, redes de ativistas de diversas áreas tem se articulado para combater a pobreza menstrual em escala global, dando suporte às comunidades com o suprimento de produtos menstruais, educação sobre saúde menstrual e desmistificando crenças que passam ideias falsas e errôneas sobre a menstruação, além de pressionar os atores importantes do sistema internacional – entre eles Estados, instituições internacionais e grandes empresas – para a adoção de políticas que garantam as condições e os produtos necessários para que seja possível realizar a higiene menstrual de forma digna, saudável e segura. Com isso em vista, o presente trabalho buscou analisar o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual a partir do estudo de caso da rede de ativismo que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual, focando nas estratégias utilizadas por elas e relacionando-as com o quadro conceitual desenvolvido por Keck e Sikkink (1998).

Para tanto, o primeiro capítulo buscou situar o Dia Internacional da Higiene Menstrual dentro da disciplina das Relações Internacionais através da apresentação de conceitos e debates chave dentro da disciplina que se relacionam com o objeto de análise. Esta abordagem se deve ao fato de que o MH Day resultou do processo de transnacionalização do ativismo menstrual, estando intrinsecamente relacionado ao movimento feminista. Explicou-se que o gênero se refere ao conjunto de construções sociais que ditam o comportamento de homens e mulheres, consolidando uma relação de assimetria entre os sexos que se estende também ao âmbito internacional e que é entendida de diferentes formas, de acordo com as correntes feministas. Por outro lado, o capítulo procurou inserir o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual dentro de um movimento transnacional mais amplo de mulheres que se desenvolveu desde a primeira onda do feminismo, apesar de não ser homogêneo, demonstra características comuns e busca pelo fim da desigualdade de gênero.

O segundo capítulo tratou da menstruação enquanto um fenômeno social e político, que é experienciado de diferentes formas, de acordo com o contexto único em que está inserida cada mulher. Em primeiro lugar, explorou-se algumas das várias formas que o estigma se manifesta no cotidiano das mulheres, desde as práticas religiosas que colocam as mulheres como fontes de poluição, pecado e impureza; aos conteúdos divulgados na mídia ou expresso em outros elementos da cultura popular, como séries, livros, filmes e piadas que reforçam a ideia de que a menstruação não deve ser tratada em público e colocam a imagem da mulher menstruada como agressiva, irracional e incapaz; até os comportamentos sociais que tratam a mulher como parte de um grupo marginalizado a partir da menarca e restringem a liberdade de comportamento das meninas que menstruaram. Em segundo lugar, tratou-se da finalidade social e política desses estigmas. Seja por meio da Igreja, do Estado ou de outras instituições lideradas por homens, as normas estigmatizantes tem sido sempre motivadas a excluir a mulher da vida pública e controlar o seu corpo, a sua reprodução e a sua sexualidade. Assim, demonstrou-se que o grande pilar que sustenta a pobreza menstrual é o estigma que persiste em todas as sociedades acerca da menstruação.

Em seguida, o terceiro capítulo trouxe um panorama histórico sobre o ativismo menstrual com o intuito de contextualizar o surgimento e expansão do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Nascido durante a segunda onda do movimento feminista, nos EUA, o ativismo menstrual surgiu como um movimento com escopo de participação relativamente fechado, composto por pequenos grupos de mulheres que estavam preocupadas em trazer mais atenção à saúde feminina e que viam os produtos menstruais como uma conveniência ao “fardo” menstrual. Com o desenvolvimento do movimento, tanto o escopo de participação como o da crítica feita pelas ativistas menstruais foram aumentando. O surto de Síndrome de Choque Tóxico, nos anos 1980, criou uma maior preocupação sobre as regulamentações destes produtos e novas formas de realizar a higiene menstrual. Da mesma forma, a incorporação das reivindicações do feminismo de terceira onda, nos 1990, que traziam maior enfoque na diversidade de experiências, jogaram luz sobre as intersecções de raça e classe nas experiências menstruais. Demonstrou-se, portanto, que essa transformação do ativismo menstrual, junto à estrutura de oportunidades no sistema internacional deu origem ao movimento que hoje é conhecido como Gestão da Higiene Menstrual (GHM), junto às diversas redes transnacionais de ativista que atuam neste campo.

Finalmente, o quarto capítulo traz a análise sobre o ativismo transnacional sobre pobreza menstrual através do estudo de caso do Dia Internacional da Higiene Menstrual. Foram expostas as principais características da rede de ativismo que atua em nome do MH Day, identificadas a partir de materiais de divulgação e informativos, declarações, relatórios de campanha e *newsletters* disponibilizados através do website da rede, vídeos e posts em redes sociais produzidos pela plataforma, bem como materiais produzidos por seus parceiros e disponibilizados no site. Em seguida, focou-se em quatro áreas de análise, de acordo com as estratégias de ação política listadas por Keck e Sikkink (1998): a política da informação, a política simbólica, a política de incidência e a política da responsabilidade.

De fato, há várias características que permitem compreender os atores participantes da campanha do Dia Internacional da Higiene Menstrual como uma rede de ativismo transnacional: a diversidade de atores (ONGs domésticas e internacionais, agências governamentais e internacionais, instituições internacionais e empresas privadas) reunidos em torno de uma reivindicação específica; o denso compartilhamento de informações e recursos de forma aberta entre eles; a conexão gerada com outros parceiros e a união para realizar atividades e iniciativas em prol da campanha anual do Dia Internacional da Higiene Menstrual, além do engajamento com a mídia e da utilização das redes sociais com o intuito de divulgar suas campanhas, informações relevantes e chamar a atenção do público para a questão da pobreza menstrual. Ademais, as ONGs, como em outras redes de ativismo transnacionais, compõe a vasta maioria de parceiros do MH Day, sendo atores importantes para introduzir novas ideias e iniciativas no movimento, pressionar as autoridades pela adoção de políticas e globalizar as pautas locais relativas aos direitos das mulheres nas áreas de higiene e saúde menstrual.

Percebe-se, também, que a rede que atua em nome do Dia Internacional da Higiene Menstrual se utiliza de uma ampla variedade de estratégias que se encaixam dentro das quatro categorias citadas, o que possibilitou um crescimento exponencial da rede desde a sua primeira campanha oficial, em 2014. Em relação à política da informação, esta tem sido uma estratégia de extrema importância para garantir a conexão e o funcionamento interno da rede, assim como a externalização das suas reivindicações e o alcance de um público cada vez maior. A produção de *newsletters*, boletins informativos, relatórios sobre políticas relacionadas ao GHM em diversos países mantém os parceiros do MH Day informados e une ativistas que estão geograficamente distantes. Por outro lado, a rede ganha influência como uma fonte alternativa de informações confiáveis e obtém projeção na mídia local e internacional ao trazer testemunhos de meninas e mulheres que vivem em situação de pobreza menstrual.

O enquadramento tem sido uma peça fundamental para esta estratégia. A área do GHM, de forma geral, se utiliza desta ferramenta para tratar da problemática da pobreza menstrual através de diferentes perspectivas, o que permite à rede do MH Day alcançar um amplo público de pessoas e organizações que atuam em áreas variadas, com diferentes motivações. Isso é especialmente importante ao considerar que a menstruação é um tema permeado por estigmas que estão entrelaçados em questões culturais e religiosas – o que torna ainda mais complexo o processo de convencer um público maior e mais heterogêneo da importância das suas reivindicações. Portanto, através da política da informação e do enquadramento, a rede de ativismo do Dia Internacional da Higiene Menstrual tem demonstrado maestria para desconstruir o estigma e associar a higiene menstrual a uma série de temáticas, tais como a saúde pública, os direitos humanos e a igualdade de gênero.

Em segundo lugar, a política simbólica tem sido responsável por tornar o combate à pobreza menstrual em um movimento coeso. Por meio da comemoração da campanha anual, cada vez mais pessoas têm se mobilizado para discutir sobre os desafios enfrentados por pessoas em condição de pobreza menstrual e o que é necessário para combatê-la. Desta forma, a campanha anual torna um momento propício para pressionar os tomadores de decisão acerca das políticas necessárias na área de GHM. Por outro lado, a pulseira da menstruação tem sido uma forma descontraída, porém importante, de chamar a atenção para as reivindicações do MH Day. Baseando-se nos símbolos adotados por outros movimentos sociais, a rede buscou trazer um símbolo global que pudesse ser usado por todas as pessoas, independentemente de suas crenças religiosas e culturais, contextos sociais ou ideologias políticas.

O sucesso das políticas simbólica e de informação permitiu ao MH Day executar uma bem-sucedida política de incidência. O número crescente de parceiros e o cada vez mais amplo engajamento da opinião pública, tanto por meio das redes sociais, como por meio dos veículos de mídia e demonstrações de apoio de pessoas relevantes da cultura popular fez com que a rede criasse uma reputação no âmbito internacional, no que tange à pauta da pobreza menstrual. Por sua vez, esta rede – composta em sua maioria, de atores com poderes mais fracos no sistema internacional – tem ganhado o apoio de outros atores importantes para atingir seus objetivos. Entre eles, estão as organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e as agências da ONU, corporações transnacionais como a P&G e a Kimberly-Clark e, ainda, Estados do Sul Global. No caso destes últimos, o estabelecimento desta parceria torna-se uma via de mão dupla ao tornar estes estados “empreendedores”, isto é, referências no tema em questão.



Por fim, a política da responsabilidade “fecha” este repertório de estratégias ao tornar públicos os compromissos e os andamentos das políticas adotadas tanto pelos Estados, como pelos seus parceiros. O I Ciclo de Ação do Dia da Higiene Menstrual, embora novo, demonstrou resultados significativos de parceiros dispostos a executar ações nas áreas relacionadas ao GHM frente à ausência de metas e compromissos formais a nível internacional sobre o tema. Mesmo assim, os resultados relativos ao investimento ainda foram escassos, demonstrando uma necessidade de maior engajamento por parte dos seus parceiros e apoiadores para possibilitar iniciativas com maior impacto sobre as comunidades afetadas.

Neste sentido, o Dia Internacional da Higiene Menstrual demonstra que formação de uma rede de ativismo transnacional para atuar na luta contra a pobreza menstrual tem sido um método eficiente para inserir esta problemática na agenda internacional. Ao utilizar-se destas estratégias, o MH Day consegue abordar pontos diversos, porém complementares, para atingir seu objetivo: tornar a menstruação um fato normal da vida feminina, que não impeça mulheres e meninas de frequentar a escola e o trabalho, de participar da vida pública ou ocupar cargos de responsabilidade, ou, ainda, que não coloque sua saúde e segurança em risco. Assim, desde 2014, o dia 28 de Maio tem simbolizado um chamado às mulheres e meninas para que compreendam que não é indigno, não é impuro e nem sujo ser mulher, e nem deveria ser.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Catarina De; SANITATION, U. H. R. C. S. R. ON THE H. R. TO S. D. W. AND. **Report of the Special Rapporteur on the Human Right to Safe Drinking Water and Sanitation, Catarina de Albuquerque**. 2 jul. 2012.

ALHATTAB, S. Breaking the cycle of silence - menstruation matters. **UNICEF, 2022**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/jordan/stories/breaking-cycle-silence-menstruation-matters>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

ALLISON, Carlie M.; HYDE, Janet S. Early menarche: Confluence of biological and contextual factors. **Sex roles**, v. 68, p. 55-64, 2011.

Always doubles down on their efforts to tackle period-related challenges. **P&G, 2021**. Disponível em: <<https://us.pg.com/blogs/always-raises-awareness-surrounding-menstruation/>>. Acesso em 31 mai. 2023.

Always is stepping up to help. Period. **P&G, 2020**. Disponível em: <<https://us.pg.com/blog/always-is-stepping-up-to-help/>>. Acesso em 31 mai. 2023.

ANDERSON, David M. **The Age of Leverage**. Governance Studies at Brookings, 2010.

ANDRIAMASINORO, L. F. Menstruation shouldn't get in the way of a girl's education. **UNICEF, 2022**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/senegal/en/stories/menstruation-shouldnt-get-way-girls-education>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BAHIA, Leticia. **Relatório Livre para menstruar - pobreza menstrual e a educação de meninas**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://livreparamenstruar.org/principaisdados/#oproblema>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

BAKSH, Rawwida; HARCOURT, Wendy. Introduction: Rethinking Knowledge, Power and Social Change. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **The Oxford handbook of transnational feminist movements**. Oxford Handbooks, 2015. p. 1-50.

BANCO MUNDIAL. **O Painel de Inspeção do Banco Mundial: a Serviço das Comunidades e o Meio Ambiente**. Washington: Banco Mundial, 2023. 8 págs. Disponível em: <[https://www.inspectionpanel.org/sites/default/files/publications/Brochure\\_Portugese.pdf](https://www.inspectionpanel.org/sites/default/files/publications/Brochure_Portugese.pdf)>. Acesso em 14 mai. 2023.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World: International Organizations in Global Politics**. New York: Cornell University Press, 2004.

BELL, Susan E. Changing ideas: The medicalization of menopause. **Social science & medicine**, v. 24, n. 6, p. 535-542, 1987.

BHARTIYA, Aru. Menstruation, religion, and society. **International Journal of Social Science and Humanity**, v. 3, n. 6, p. 523, 2013.

BOBEL, Chris. From convenience to hazard: A short history of the emergence of the menstrual activism movement, 1971–1992. **Health care for women international**, v. 29, n. 7, p. 738-754, 2008.

BOBEL, Chris. Introduction: Menstruation as lens, menstruation as opportunity. In: BOBEL et al. (Ed). **The Palgrave handbook of critical menstruation studies**. Online: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-6.

BOBEL, Chris. **New blood: Third-wave feminism and the politics of menstruation**. New Jersey: Rutgers University Press, 2010.

BOBEL, Chris. **The Managed Body: Developing Girls and Menstrual Health in the Global South**, Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

BOBEL, Chris; FAHS, Breanne. From bloodless respectability to radical menstrual embodiment: Shifting menstrual politics from private to public. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 45, n. 4, p. 955-983, 2020a.

BOBEL, Chris; FAHS, Breanne. The messy politics of menstrual activism. In: BOBEL et al. (ed). Online: **The Palgrave handbook of critical menstruation studies**. Online: Palgrave Macmillan, 2020b. p. 1001-1018.

BOBEL, Chris; KISSLING, Elizabeth Arveda. Menstruation matters: Introduction to representations of the menstrual cycle. **Women's Studies**, v. 40, n. 2, p. 121-126, 2011.

BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 84, n. 1, p. 2-31, 1990.

BROWN, L. David; MOORE, Mark H. Accountability, strategy, and international nongovernmental organizations. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 30, n. 3, p. 569-587, 2001.

BRYSK, Alison. "Hearts and minds": bringing symbolic politics back in. **Polity**, v. 27, n. 4, p. 559-585, 1995.

BRYSON, Valerie. 2 ed. **Feminist political theory**. Bloomsbury Publishing, 2003.

CHARLESWORTH, Dacia. Paradoxical constructions of self: Educating young women about menstruation. **Women and Language**, v. 24, n. 2, p. 13-20, 2001.

CHOCANO, Carina. What I Care About Is Important. What You Care About Is a 'Distraction.' **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/26/magazine/what-i-care-about-is-important-what-you-care-about-is-a-distraction.html>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CONWAY, Janet. Transnational feminisms building anti-globalization solidarities. **Globalizations**, v. 9, n. 3, p. 379-393, 2012.

CRAWFORD, Mary; MENDER, Lauren M.; KAUFMAN, Michelle R. 'This is a natural process': managing menstrual stigma in Nepal. **Culture, health & sexuality**, v. 16, n. 4, p. 426-439, 2014.

CRICHTON, J. et al. Emotional and Psychosocial Aspects of Menstrual Poverty in Resource-Poor Settings: A Qualitative Study of the Experiences of Adolescent Girls in an Informal Settlement in Nairobi. **Health Care for Women International**, v. 34, n. 10, p. 891–916, out. 2013.

DE ÁGUEDA CORNELOUP, Inés; MOL, Arthur PJ. Small island developing states and international climate change negotiations: the power of moral “leadership”. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 14, p. 281-297, 2014.

DELANEY, Janice; LUPTON, Mary Jane; TOTH, Emily. **The curse: A cultural history of menstruation**. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney G. **Transnational protest and global activism**. Rowman & Littlefield, 2005.

DIMMEN, Muriel. Power, Sexuality, and Intimacy. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Ed.). **Gender/body/knowledge: Feminist reconstructions of being and knowing**. Rutgers University Press, 1989. p. 34-51.

EDWARDS, Michael. In: JORDAN, Lisa; VAN TUIJL, Peter (Ed.). **NGO accountability: Politics, principles, and innovations**. London: Earthscan, 2006.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, beaches, and bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 1989.

ERCHULL, Mindy J. Distancing through objectification? Depictions of women’s bodies in menstrual product advertisements. **Sex roles**, v. 68, [s.n], p. 32-40, 2013.

ERTÜK; Yakin. Turkey’s Modern Paradoxes: Identity Politics, Women’s Agency, and Universal Rights. In: FERREE, Myra M.; TRIPP, Aili M (Ed). **Global Feminism: Transnational Women 's Activism**. New York: NYU Press, 2006. p. 127-175.

Espanha aprova lei pioneira na Europa que permite licença menstrual. **Exame**, [s.l.], 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: < <https://exame.com/mundo/espanha-aprova-lei-pioneira-na-europa-que-permite-licenca-menstrual/>>. Acesso em 14 mai. 2023.

Evaluating Menstrual Hygiene and Health Development Impact in Ethiopia. **ITAD**, 2022. Disponível em: <https://www.itad.com/project/evaluating-menstrual-hygiene-and-health-development-impact-in-ethiopia/>. Acesso em 20 mai. 2023.

FACT SHEET: Menstrual health and hygiene management still out of reach for many. **UNICEF**, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/press-releases/fact-sheet-menstrual-health-and-hygiene-management-still-out-reach-many#:~:text=NEW%20YORK%2C%2026%20May%202022,ahead%20of%20Menstrual%20Hygiene%20Day>>. Acesso em 30 mai. 2023.

FAHS, Breanne. The body in revolt: The impact and legacy of second wave corporeal embodiment. **Journal of Social Issues**, v. 71, n. 2, p. 386-401, 2015.

FAHS, Breanne. **Out for blood: Essays on menstruation and resistance**. New York: Suny Press, 2016.

FERREE, Myra M.; PUDROVSKA, Tetyana. In: FERREE, Myra M.; TRIPP, Aili M (Ed). **Global Feminism: Transnational Women 's Activism**, NYU Press, 2006. p. 396-437.

FERREE, Myra M.; TRIPP, Aili M (Ed). **Global Feminism: Transnational Women's Activisms**, NYU Press, 2006.

FLACH, Natália. Intimus distribui 1 milhão de absorventes em ação contra pobreza menstrual no Brasil. **Valor Econômico**. São Paulo, 28 de maio de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/05/28/intimus-distribui-1-milhao-de-absorventes-em-acao-contr-pobreza-menstrual-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 13 mai. 2023.

FRIMAN, H. Richard et al. **Politics of Leverage in International Relations**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

FSG. **An Opportunity to Address Menstrual Health and Gender Equity**. 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

GOLDENBERG, Jammie. L.; ROBERTS, Tomi-Ann. The beast within the beauty: An existential perspective on the objectification and condemnation of women. In: GREENBERG, J.; KOOLE, S. L.; PYSZCAZYNSKI, T. (Ed). **Handbook of experiential existential psychology**. New York: Guilford, 2004. p. 71-85.

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and gender: How gender shapes the war system and vice versa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GOMIDES, Lana de Araújo; SANT'ANNA, Thiago Fernando. **Menstruação e tabu: um estudo de caso da sempre livre**. XIII Seminário Nacional de Mídia e Cultura, 2019, Goiânia. Anais. Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2019.

GUTERMAN, Mark et al. Menstrual taboos among major religions. **The Internet Journal of World Health and Societal Politics**, v. 5, n. 2, p. 1-7, 2007.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 17-27.

HARDING, Sandra G. **The science question in feminism**. New York: Cornell University Press, 1986.

HAWKESWORTH; Mary E. **Globalization and Feminist Activism**. 2 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

Health ministry launches initiative to combat period poverty. **Bernama**. 12 de dezembro de 2022. Disponível em: < <https://www.freemalaysiatoday.com/category/nation/2022/12/12/health-ministry-launches-initiative-to-combat-period-poverty/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

History & Legacy. Our Bodies Ourselves Today. **OUR BODIES, OURSELVES, 2023**. Disponível em: <<https://www.ourbodiesourselves.org/about-us/our-history/>>. Acesso em: 26 mar. 2023

HOLZER, Boris. **Moralizing the corporation: Transnational activism and corporate accountability**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH; WASH UNITED. **Understanding Menstrual Hygiene Management & Human Rights**. [S.l.]: Wash United, 2017. 28 págs. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/menstrual-hygiene-human-rights-issue/>>. Acesso em 28 mai. 2023.

If Men Had Periods. **WaterAid**, 2015. Disponível em: <<https://www.wateraid.org/uk/blog/if-men-had-periods>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

JAGGAR, Alison M. **Feminist politics and human nature**. New York: Rowman & Littlefield, 1983.

JOACHIM, Jutta. NGOs, feminist activism and human rights. In: STEANS, Jill; TEPE, Daniela. **Handbook on Gender in World Politics**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 187-194.

JOHNSON, Haley. Understanding and Debunking Menstrual Taboos in India: On the Importance of Education and Activism. **New Views on Gender**, v. 19, p. 6-13, 2019.

JOHNSTON-ROBLEDO, Ingrid; CHRISLER, Joan C. The menstrual mark: Menstruation as social stigma. **The Palgrave handbook of critical menstruation studies**, Online: Palgrave Macmillan, 2020. p. 181-199.

JOHNSTON-ROBLEDO, Ingrid; STUBBS, Margaret. L. Positioning Periods: Menstruation in Social Context: An Introduction to a Special Issue. **Sex Roles**, v. 68, n. 1-2, p. 1-8, jan. 2012.

JORDAN, Lisa; VAN TUIJL, Peter. Rights and Responsibilities in the Political Landscape of NGO Accountability. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **NGO accountability: Politics, principles and innovations**. London: Earthscan, 2006. p. 3-20.

JOSHI, Deepa et al. Menstrual hygiene management: education and empowerment for girls?. **Waterlines**, v. 34, n.1, p. 51-67, jan. 2015.

JURGA, Ina. **Menstrual Hygiene Data [mensagem pessoal]**. Destinatário: Giulia Wolff Bridi. Berlim, 10 mai. 2023. 1 mensagem eletrônica.

KECK, Margaret E. et al. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Cornell University Press, 1998.

KERR, Robert. Corporate Reputation and Corporate Speech. In: CARROLL, Craig E. (Ed.). **The handbook of communication and corporate reputation**. Chichester: John Wiley & Sons, 2015. p. 459-471.

Kimberly-Clark Celebrates Menstrual Hygiene Day, Highlights Global Efforts To Fight Period Stigma. **KIMBERLY-CLARK**, 2022. Disponível em: <<https://www.news.kimberly-clark.com/2022-05-27-Kimberly-Clark-Celebrates-Menstrual-Hygiene-Day,-Highlights-Global-Efforts-to-Fight-Period-Stigma>> . Acesso em 22 mai. 2023.

KISSLING, Elizabeth Arveda. **Capitalizing on the Curse: the Business of Menstruation**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2006.

KLINE, Wendy. **Bodies of knowledge: Sexuality, reproduction, and women's health in the second wave**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

KOWALSKI, Robin M.; CHAPPLE, Tracy. The social stigma of menstruation: Fact or fiction?. **Psychology of Women Quarterly**, v. 24, n. 1, p. 74-80, 2000.

KUMAR, Anant; SRIVASTAVA, Kamiya. Cultural and social practices regarding menstruation among adolescent girls. **Social work in public health**, v. 26, n. 6, p. 594-604, 2011.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; DE MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal. Agência e Poder das Burocracias Internacionais: O Papel do Secretariado da ONU na Institucionalização de Normas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 39, p. 491-510, 2023.

LAWS, Sophie. **Issues of blood: The politics of menstruation**. Hampshire: Macmillan, 1991.

Legge di bilancio, quali sono i bonus per le famiglie?. **Eurocomunicazione**. Roma, 30 de novembro de 2022. Disponível em: <https://eurocomunicazione.eu/legge-di-bilancio-quali-sono-i-bonus-per-le-famiglie/>. Acesso em 13 de mai. 2023.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: a História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MAIGUASHCA, Bice. Transnational feminist politics: a concept that has outlived its usefulness? In: STEANS, Jill; TEPE, Daniela. **Handbook on Gender in World Politics**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 110-117.

MANICA, Daniela. T.; RIOS, Clarice. (In)visible Blood: menstrual performances and body art. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 1, p. e141124, 2017.

MCNEELY, Connie L. **Constructing the nation-state: International organization and prescriptive action**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1995.

Menstrual Health and Hygiene. **BANCO MUNDIAL**, 2022. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/water/brief/menstrual-health-and-hygiene>>. Acesso em 13 mai. 2023.

MENSTRUAL HYGIENE ALLIANCE. **Menstrual Hygiene Webinar Series Brief**. [S.l.]: MH Day, 2018. 16 págs. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/resources-on-mhm/menstrual-hygiene-webinar-series-2018/>>. Acesso em 13 mai. 2023.



Menstrual hygiene management education – the earlier, the better. **ESSITY**, 2019. Disponível em: <<https://reports.essity.com/2018-19/hygiene-and-health-report/en/early-adopters/menstrual-hygiene-management-education-the-earlier-the-better.html>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Menstruation and human rights - Frequently asked questions. **UNFPA**, 2022. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/menstruationfaq#What%20is%20UNFPA%20doing>>. Acesso em 24 fev. 2023.

MH DAY. [Sem título], 11 de maio de 2023g. Instagram: @menstrualhygieneday. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CsGFd9AMHQ8/?ref=doodle>>. Acesso em 21 mai. 2023.

MH DAY. [Sem título], 25 de maio de 2023f. Instagram: @menstrualhygieneday. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CsrArbyhB18/?ref=doodle>> Acesso em 21 mai. 2023.

MH DAY. **Five Things You Need to Know About Menstrual Hygiene Day 2022**. [S.l.]: MH Day, 2022. 2 págs. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/wp-content/uploads/2022/05/mhday2022-five-most-important-things.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2023.

MH DAY. **Let’s Start the Conversation About Menstruation!**. [S.l.]: MH Day, 2014. 1 pág. Disponível em: <https://menstrualhygieneday.org/project/infographic-mhm-basics/>. Acesso em 01 mai. 2023.

MH DAY. **Menstrual Hygiene Day 2015 Highlight Report**. [S.l.]: Wash United, 2015. 38 págs. Disponível em: <[https://menstrualhygieneday.org/wp-content/uploads/2016/04/MHDay2015\\_HighlightReport\\_s.pdf](https://menstrualhygieneday.org/wp-content/uploads/2016/04/MHDay2015_HighlightReport_s.pdf)>. Acesso em 13 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023a. Menstrual Hygiene Day: Making menstruation a normal fact of life by 2030. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023b. About Menstrual Hygiene Day: Learn Who is Behind Menstrual Hygiene Day and how you can be a part of the movement. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/about/about-mhday/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023c. Join the Menstrual Hygiene Day partnership. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/get-involved/become-a-partner/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023d. Menstrual Hygiene Day: Impact Report. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/about/impact>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023e. A Global Symbol for Menstruation. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/materials/menstruationbracelet/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023h. Menstrual Health and Hygiene Country Snapshots Africa. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/new-menstrual-health-hygiene-country-snapshots/>>. Acesso em 20 mai. 2023.

MH DAY. **MH Day Website**, 2023i. The MH Day Action Cycle. Disponível em: <<https://menstrualhygieneday.org/get-involved/actioncycle/>>. Acesso em 01 jun. 2023.



MIKKOLA, Mari. Ontological Commitments, Sex and Gender. In: WITT, Charlotte (ed.). **Feminist Metaphysics**. New York: Springer, 2011. p. 67-83.

MILLETT, Kate. 5. ed. **Sexual politics**. Columbia University Press, 2016.

MOGHADAM, Valentine M. **Globalization and social movements: Islamism, feminism, and the global justice movement**. [S.l], Rowman & Littlefield, 2012.

MOGHADAM, Valentine M. **Globalizing women: Transnational feminist networks**. JHU Press, 2005.

MOGHADAM, Valentine. M. Transnational Activism. In: SHEPHERD, Laura. J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 292-306.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 59-80, 2013.

MORGAN, Robin. **Sisterhood is global: The international women's movement anthology**. New York: Open Road Media, 2016.

NELSON, Jennifer. Historicizing body knowledge: Women's liberation, self-help, and menstrual representation in the 1970s. **Frontiers: A Journal of Women Studies**, v. 40, n. 1, p. 39-61, 2019.

NEW PERIMETER. **New Perimeter Website**, 2022. Advancing Menstrual Health. Disponível em: <<https://www.newperimeter.com/our-work/economic-development/advancing-menstrual-health.html>>. Acesso em 16 mai. 2023.

NIELSSON, Joice; BEMFICA, Melina. Direitos humanos e o enquadramento da pobreza menstrual como um problema público. In: SILVA, Adalene Ferreira Figueiredo da et al. (Org.) **Gênero e Direitos Humanos: Perspectivas Múltiplas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

NSW to roll out free menstrual hygiene products for school students. **9NEWS**. Sydney, 25 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.9news.com.au/national/free-menstrual-hygiene-products-for-public-school-students-in-nsw-announced/0126ac98-7956-4183-a46e-d0248b3fb3cb>>. Acesso em 20 mai. 2023.

OKIN, Susan Moller et al. **Is multiculturalism bad for women?**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

OMS/UNICEF. **Consultation on draft long list of goal, target and indicator options for future global monitoring of water, sanitation and hygiene**. 2012.

ONU MULHERES. **Agreed: Conclusions of the 62th Session of the Commission on the Status of Women**. New York, 2018.

ONU. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

OMS. A cross-cultural study of menstruation: Implications for contraceptive development and use. **Studies in Family Planning**, v. 12, n. 1, p. 3-16, 1981.

Our Story. **MENSTRUAL HEALTH HUB**, 2023. Disponível em: <<https://mhhub.org/about#our%20story>>. Acesso em: 26 mar. 2023

PATTERSON, Ashly. The social construction and resistance of menstruation as a public spectacle. In: FARRIS, D. Nicole; DAVIS, Mary Ann; D'LANE, R. (Ed.). **Illuminating how identities, stereotypes and inequalities matter through gender studies**. New York: Springer Science & Business, p. 91-108, 2014.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio et al. Accountability in International Organizations: the case of World Bank Inspection Panel (1993-2015). **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 1, p. e0002, 2017.

PHILLIPS-HOWARD, Penelope A. et al. Menstrual hygiene management among adolescent schoolgirls in low-and middle-income countries: research priorities. **Global health action**, v. 9, n. 1, p. 33032, 2016.

PHILLIPS-HOWARD, Penelope A. et al. Menstrual needs and associations with sexual and reproductive risks in rural Kenyan females: a cross-sectional behavioral survey linked with HIV prevalence. **Journal of Women's Health**, v. 24, n. 10, p. 801-811, 2015.

PLAN INTERNATIONAL. **#Rewrite her story - Menstrual Hygiene Day.**: [s.n.], 30 mai. 2021. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo canal Plan International. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=BHTOe\\_h\\_wdk&ab\\_channel=PlanInternationalKenyaCountryOffice](https://www.youtube.com/watch?v=BHTOe_h_wdk&ab_channel=PlanInternationalKenyaCountryOffice)>. Acesso em 13 mai. 2023.

Pushing Menstrual Health on the 2030 Agenda. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/events/pushing-menstrual-health-2030-agenda-28082>>. Acesso em 23 mar. 2023.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. Collective identity and social movements. **Annual review of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 283-305, 2001.

RAMIREZ, Francisco, et al. The changing logic of political citizenship: Cross-national acquisition of women's suffrage rights, 1890 to 1990. **American sociological review**, v.62, n. 5, p. 735-745, 1997.

REAME, Nancy K. Toxic Shock Syndrome and Tampons: The Birth of a Movement and a Research “Vagenda”. In: Bobel et al. (Ed). **The Palgrave handbook of critical menstruation studies**. Online: Palgrave Macmillan, 2020. p. 687-704.

ROBERTS, Tomi-Ann et al. “Feminine protection”: The effects of menstruation on attitudes towards women. **Psychology of Women Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 131-139, 2002.

ROSSOUW, Laura; ROSS, Hana. Understanding period poverty: socio-economic inequalities in menstrual hygiene management in eight low-and middle-income countries. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 5, p. 2571, 2021.

RØSTVIK, Camilla Mørk. Blood works: Judy Chicago and menstrual art since 1970. **Oxford Art Journal**, v. 42, n. 3, p. 335-353, 2019.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna (ed). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

RUIZ, T. Feminist Theory and International Relations: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism. **California State University Stanislaus Journal**, Turlock, [s.v.], 2004.

SALOMÓN, Mónica. La teoría de las Relaciones Internacionales en los albores del siglo XXI. Diálogo, disidencia, aproximaciones. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, Madrid. v. 3, [s.n.], p. 1-59, 2002.

SALOMÓN, Monica. **Teorias e enfoques das Relações Internacionais: uma introdução**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American historical review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1985.

SCOTT, Joan W. **Gender, and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SEVERY, Lawrence J. et al. Menstrual experiences and beliefs: a multicountry study of relationships with fertility and fertility regulating methods. **Women & health**, v. 20, n. 2, p. 1-20, 1993.

SHEPHERD, Laura J. Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters. In: \_\_\_\_\_ . **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 3-16.

SIMES, M. R.; BERG, D. H. Surreptitious learning: Menarche and menstrual product advertisements. **Health care for women international**, v. 22, n. 5, p. 455-469, 2001.

SJOBORG, Laura; TICKNER, J. Ann. Feminist perspectives on international relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of international relations**. 2. ed. Online: Sage, 2013. p. 170-194.

SOMMER, Marni et al. Comfortably, safely, and without shame: defining menstrual hygiene management as a public health issue. **American journal of public health**, v. 105, n. 7, p. 1302-1311, 2015.

SOMMER, Marni et al. How addressing menstrual health and hygiene may enable progress across the Sustainable Development Goals. **Global health action**, v. 14, n. 1, p. 1920315, 2021.

SOMMER, Marni. Where the education system and women's bodies collide: The social and health impact of girls' experiences of menstruation and schooling in Tanzania. **Journal of adolescence**, v. 33, n. 4, p. 521-529, 2009.

SPERLING, Valerie et al. Constructing global feminism: Transnational advocacy networks and Russian women's activism. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 26, n. 4, p. 1155-1186, 2001.

STEANS, Jill. Body Politics: Human Rights in International Relations. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 74-88.

STEANS, Jill. **Gender and international relations**. Chichester: John Wiley & Sons, 2013.

STIENSTRA, Deborah. Assessing International Relations Theory: Nonstate Actors, Change and Gender. In: \_\_\_\_\_. **Women's Movements and International Organizations**, 1994. p. 1-21.

STRÖMQUIST, Liv. **A origem do mundo. Uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado**. 1. ed. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2018.

STUBBS, Margaret L. Cultural perceptions and practices around menarche and adolescent menstruation in the United States. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1135, n. 1, p. 58-66, 2008.

STURZA, Janaína Machado. NIELSSON, Joice Graciele. ANDRADE, Estela Parussolo. A violação ao direito à saúde reprodutiva através da instrumentalização do corpo da mulher: o caso Janaína Aparecida Quirino e a esterilização feminina no Brasil. **Rev. Faculdade de Direito**, v. 44, [s.n.], p. e61233, 2020.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

The anatomy of a campaign: 'If men had periods' by WaterAid. **The Guardian**. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/jan/25/if-men-had-periods-wateraid-menstruation-sanitation>>. Acesso em 12 de mai. 2023.

The Global Menstrual Health and Hygiene Collective — joint statement for CSW 64. **THE CASE FOR HER**, 2020. Disponível em: <<https://thecaseforher.medium.com/the-global-menstrual-health-and-hygiene-collective-joint-statement-for-csw-64-7f4b2985d630>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TRIPP, Aili Mari. The evolution of transnational feminisms. In: FERREE, Myra M.; TRIPP, Aili M (Ed). **Global Feminism: Transnational Women 's Activism**. New York: NYU Press, 2006. p. 51-75.

UN 2023 Water Conference. **UN WATER**, 2022. Disponível em: <<https://www.unwater.org/news/un-2023-water-conference>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

UNICEF. [Sem Título]. 28 de maio de 2023. Instagram: @unicef. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CsyvDsvgEvG/>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

UNICEF. **UNICEF Website**, 2019. Menstrual Hygiene: Gender inequality, cultural taboos and poverty can cause menstrual health needs to go unmet. Disponível em: <<https://www.unicef.org/wash/menstrual-hygiene>>. Acesso em 20 mai. 2023.

UNICEF; WATERAID. **East Asia and Pacific Menstrual Hygiene Week 2021**. [S.l]: MH Day, 2021. 13 págs. Disponível em: <<https://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxoof256/files/202107/MH%20Week%20Webinar%20Report%202021>>. Acesso em 15 mai. 2023.

VOSTRAL, Sharra L. Rely and toxic shock syndrome: a technological health crisis. **The Yale journal of biology and medicine**, v. 84, n. 4, p. 447, 2011.

WALBY, Sylvia. **Theorising Patriarchy**. Chichester: Wiley-Blackwell, 1990.

**WASH UNITED**. The Periodical – Your Menstrual Health and Hygiene Newsletter, Feb. 2023. The Periodical. Disponível em: <https://us6.campaign-archive.com/?u=688f521ff208cdfdce6a49839&id=d164f6ff23>. Acesso em 23 mai. 2023.

**WASH UNITED**. The Periodical – Your Menstrual Health and Hygiene Newsletter, Dec. 2022. The Periodical. Disponível em: <<https://us6.campaign-archive.com/?u=688f521ff208cdfdce6a49839&id=8d549a1bef>> . Acesso em 23 mai. 2023.

**WASH UNITED**. **Wash United Website**, 2023. WASH advocacy and education with a focus on Menstrual Hygiene and Human Rights. Disponível em: <<https://wash-united.org/>>. Acesso em 17 mar. 2023.

WATSON, Lori. Feminist political theory. In: LAFOLLETTE, Hugh (Ed.). **The international encyclopedia of ethics**. Chichester: Wiley, 2013.

WEISS-WOLF, Jennifer. **Periods gone public: Taking a stand for menstrual equity**. New York: Simon and Schuster, 2017.

WINKLER, Inga T. Introduction: menstruation as fundamental. In: Bobel et al. (Ed). **The Palgrave handbook of critical menstruation studies**. Online: Palgrave Macmillan, 2020. p. 9-13.

WISTER, Joseph Albert; STUBBS, Margaret L.; SHIPMAN, Chaquica. Mentioning menstruation: A stereotype threat that diminishes cognition?. **Sex Roles**, v. 68, [s.n.], p. 19-31, 2013.

YOUNG, Iris Marion. **On Female Body Experience: Throwing Like a Girl and Other Essays**. New York: Oxford University Press, 2004.

YOUNGS, Gillian. Digital Transformation of Transnational Feminism in Theory and Practice. In: BAKSH, Rawwida; HARCOURT, Wendy (Ed.). **The Oxford handbook of transnational feminist movements**. New York: Oxford Handbooks, 2015. p. 857-871.

ZALEWSKI, Marysia. Feminist international relations: making sense. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 28-43.

ZIVI, Kate. Hiding in Public or Going with the Flow: Human Rights, Human Dignity, and the Movement for Menstrual Equity. **Human Rights Quarterly**, v. 42, n. 1, p. 119–144, 2020.